

LISBOA

REVISTA MUNICIPAL





LISBOA

revista municipal

ANO XLVIII — 2.ª SÉRIE — N.º 20 — 2.º TRIMESTRE DE 1987 — NÚMERO AVULSO: 500\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: FERNANDO
CASTELO BRANCO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

APONIANICVS POLISCINIIVS — UM FALSO
TEÓNIMO • A IGREJA DO MENINO-DEUS
— PEÇA IMPORTANTE DO BARROCO OLISI-
PONENSE QUE RESISTIU AO TERRAMOTO
DE 1755 E CUJA AUTORIA É DISCUTÍVEL
• A «ASSEMBLEIA BRITÂNICA» EM LISBOA
E A SUA SEDE (1771-1819) • A AULA DO
COMÉRCIO DE LISBOA-IV — DOS PROGRA-
MAS AOS EXAMES • LISBOA — NOTICIÁRIO

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHEUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Tiragem: 2000 exemplares — Depósito Legal n.º 18 112/87

Composição e impressão: Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora



Lisboa – St. Pedro D'Alcantara
Reprodução parcial da nona estampa
da obra «Dix Vues de Lisbonne...»,
editada em 1832 por Lith. de Schmid, Genebra.
É autora Celestine Brelaz (1811-1892)
mais tarde Sr.ª Lenoir, nascida em Lisboa.

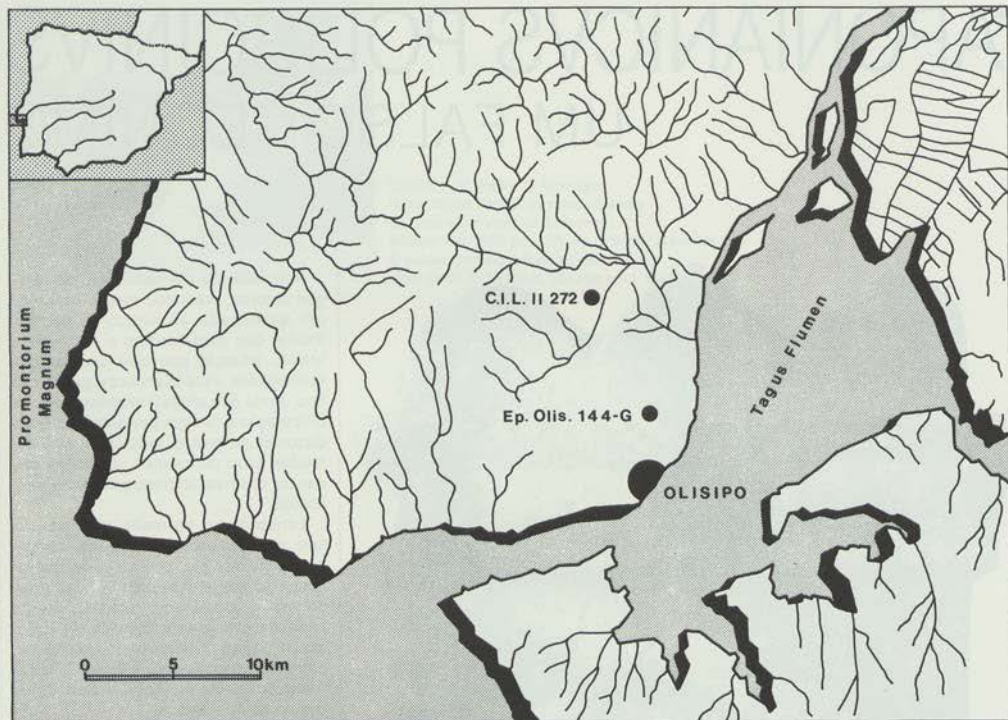


Fig. 2 — Locais de proveniência relativos a *Ep. Olis. 144-G* e a *C.I.L. II 272*

mente entre si as diversas fontes manuscritas e/ou bibliográficas disponíveis (cfr., v.g. e no que se refere à *Hispania*, Mayer, 1984; Donati, 1984; Fabre, 1984; Bonneville, 1984; além de Cardim Ribeiro, 1982/83, *Appendix*); quanto a casos mais recentes — porque, paradoxalmente, também os há —, poder-se-á ainda proceder ao exame de antigos materiais fotográficos, sempre que porventura existam.

Foi este, afinal, o processo que seguimos ao tentar, de forma cabal, decidir se na epígrafe *I.L.E.R. 721* (= *Ep. Olis. 144-G*) se deveria efectivamente ler o tónimo **Aponianicus Poliscinius*, ou tão só os antropónimos de uma *Aponia Nicopolis* seguidos da consagração a um *Genius*.

A árua em causa (fig. 1) (!), descoberta em 1944 — com outras epígrafes (votivas e funerárias) — em plenos agros do Município Olisiponense [«Zona SE» (Poço de Cortes, freguesia de Olivais,

concelho e cidade de Lisboa)] (fig. 2), foi então recolhida no Museu da Cidade de Lisboa, onde oportunamente se procedeu ao seu exame e fotografia (cfr. Vieira da Silva, 1954; idem, 1944, pág. 268). No entanto, fruto de irresponsáveis e absurdas directrizes superiores — ainda que alheias à direcção e corpo técnico do Museu —, transitou alguns anos mais tarde este monumento para inadequado local sito em Coimbra, onde se acabou por perder ou destruir (?). De facto, todas as buscas que empreendemos no sentido de o reencontrar resultaram, até agora, totalmente vãs.

A epígrafe em questão foi estudada e publicada em primeiro lugar por Vieira da Silva (1954, pág. 307; 1944, n.º 144-G), que nela julga poder ler um tónimo indígena composto, **Aponianicus Poliscinius*, cujo primeiro elemento nos propõe aproximar etimologicamente de *Aponiana Insula*, situada na costa siciliana ocidental. Interpreta a totalidade do texto do seguinte modo:

.(aro ?, vel grato ?), s(uo vel sibi), /
Aponianico/Poliscinio/sacrum/a(nimo)
.(ibens) //

Afirma ainda que «as letras C.S. [linha 1] podem ter ainda outras significações mais ou menos verosímeis, que nos dispensamos de mencionar».

Esta "divindade" não é apenas admitida por este autor e — na sua esteira — também por Vives (I.L.E.R. 721), mas ainda por Encarnação (1975, pp. 91 e 92), por Albertos Firmat (1975, pág. 56, a.1) e por Blázquez (1975, pág. 28, col. 2). Contudo, Pflaum (segundo referência in Merlin, 1950, pág. 252, n.º 259) propusera já, oportunamente, uma outra leitura:

<G>(enio) s(acrum) / Aponia Nico/polis
<Ge>nio/sacrum/a(nimo) (ibens) //

leitura e interpretação que cremos estar bem muito próximas das verdadeiras e que foram ainda, recentemente, consideradas por Untermann (1985, pág. 345).

Entre os autores que seguem a proposta inicial — a de Vieira da Silva —, apenas Encarnação (1975, pág. 92) arisca rebater aberta e conscientemente a hipótese de Pflaum, para o que evoca as seguintes razões:

I) «Na pedra não há a separação de palavras pretendida por Pflaum».

II) A «repetição de *Genio sacrum* (...) parece pouco explicável».

Considera ainda este autor como um G a primeira letra exarada na epigrafe, e a sua interpretação difere da de Vieira da Silva apenas no que se reporta àquela mesma linha, que desenvolve na expressão *G(enio) S(ancto)*, supondo-a natural atributo de * *Aponianicus Poliscinius*.

Refere também que, «além da aproximação (...) com *Aponiana* — o que nos levaria a pensar numa divindade tópica, sendo, nesse caso, *Aponianicus* um epíteto do deus *Poliscinius* —», se poderia propôr outra com «*Aponus*, nome de uma nascente de água quente sita junto a Pádua — o que nos induziria a atribuir ao deus um carácter aquático-medicinal». Reconhece, porém, que todas «estas aproximações, se bem que sugestivas, pouco de concreto nos podem trazer».

A supracitada argumentação, contrária a Pflaum, deve ter a dada altura induzido Blázquez (1975, pág. 28, col. 2) a aceitar como verdadeira esta (pseudo)-divindade, a qual, apesar da interpretação de

Vieira da Silva e tendo então talvez em conta a de Pflaum/Merlin, não incluíra ainda em obras anteriores (v.g., 1962) (?). O mesmo se terá passado com Albertos Firmat (1975, pág. 56).

Nós próprios, a dada altura (1974/77, pág. 312, n. 63) e por directa influência da obra de Encarnação, chegámos a admitir a existência da supracitada (pseudo)-divindade. Porém, não vemos hoje qualquer especial significado na argumentação desse autor versus Pflaum, acreditando-a pois perfeitamente discutível e ultrapassável.

Assim e apesar dos pontos existentes nas linhas 1 e 5 da epigrafe, não julgamos que a falta de sinais de separação nas outras linhas actue como factor decisivo na leitura e compreensão do texto. Para já, os pontos das linhas 1 e 5 têm um carácter mais estético que funcional, não só porque dois deles surgem colocados, de forma supérflua, no fim das linhas, mas porque os restantes separam, afinal, abreviaturas já de si bastante distanciadas e, nesse sentido, revelam-se igualmente supérfluos.

De facto, verificamos não ser invulgar, quer no Município Olisiponense, quer, em geral, no Império, a existência de epígrafes onde, em simultâneo no mesmo texto, se observam linhas ostentando pontos de separação — funcionais e/ou apenas ornamentais — e linhas onde tais sinais permanecem de todo ausentes [cfr. Hübner, 1885, pp. LXXVII e LXXVIII (e, v.g., *exempla* 193, 391, 598, 758, 761, 1068, 1102, 1163, 1165, 1181, 1193); Cagnat, 1914, pág. 29; Batlle, 1946, pág. 26; Gordon & Gordon, 1977, pp. 183 e 184; Susini, 1982, pág. 92; além de Mallon, 1982, pág. 248, n. 8]. Nestes exemplares há palavras que se sucedem ininterruptamente ao longo da linha e que, muitas vezes, continuam na linha inferior — tal como no caso que ora nos interessa —, sem que para tal haja qualquer ponto que facilite ou esclareça a leitura adequada, a qual se terá de fazer em exclusivo através da análise e correcta interpretação dos elementos textuais.

Relativamente a pontuações deste tipo em epígrafes do Município Olisiponense, cremos pois poder observar, entre outros e em esquema — não contando com todas as eventuais e/ou irregulares variantes —, um modelo simples e coerente, constituído da seguinte forma:

— primeira e última linhas com pontuação (por vezes não só funcional mas ainda meramente estética); linhas inter-

médias sem qualquer pontuação [v.g., apesar de truncado (?), *Eph. Ep. IX 24 = Ep. Ollis. 5 = Lambrino, 1951, n.º 4 = I.L.E.R. 4561 (Olisipo)*].

Quanto a nós, a pretensa ara a "*Aponianicus Poliscinius* não passa de mais um exemplo deste tipo, resultando pois — segundo esta perspectiva — *intencional* e por razões *meramente estéticas*, a omissão de pontos observável nas respectivas linhas 2,3 e 4 (linhas intermédias), factor que não deve assim induzir a uma forçosa leitura escalonada por linhas.

As acentuadas preocupações estéticas de simetria do *ordinator* — preocupações que o *lapicida* tentou respeitar ao gravar a epigrafe em causa — permanecem ainda claramente explícitas através da presença de faixas «em branco» que "emolduram" o campo epigráfico, faixas que, ao ser executada a inscrição, foram apenas algo desrespeitadas em três pontos:

a) O campo epigráfico poderia ter descido um pouco, em bloco, de molde a que a faixa superior igualasse a inferior; na realidade, a faixa superior resultou demasiado estreita, e a inferior demasiado larga [o que talvez, porém, tenha sido intencional e motivado por meras questões de perspectiva e correcção óptica, porventura determinadas atendendo a uma normal observação e leitura do monumento a partir de plano inferior àquela em que a árua se encontraria vulgarmente colocada].

b) Na linha 1, o espaço "em branco" inicial é menor que o espaço "em branco" final; contudo, tal desequilíbrio é compensado pelo correspondente avanço uniforme da última linha, o que equilibra o conjunto.

c) O primeiro O de *Nicopolis* e o de *Genio* excedem, respectivamente nas linhas 2 e 3, o espaço em teoria destinado ao campo epigráfico, ocupando — ainda que condicionados a um módulo reduzido — parte da faixa direita.

Este último facto, que uniformiza visualmente as linhas 2 e 3 — as quais assim terminam ambas por um pequeno O —, contribui decerto para "falsificar" a primeira leitura do texto, sugerindo, para cada destas linhas, um vocábulo inteiro e não vários (três ao todo, na realidade), entre os quais um que se inicia na linha 2 e termina apenas na linha 3, apesar de conter, em posição intermédia, o primeiro dos pequenos referidos OO. Porém, factos semelhantes são sobejamente conhecidos por todo o Império. 15

Fig. 3 — Ep. *Olis.* 144-G: pormenor do final da terceira linha (*GENIO*)

inclusive noutras inscrições do Município Olisiponense [v.g., neste último território, Cardozo, 1958, n.º 8 (= *H.A.Ep.* 1620), leitura completa efectuada pelo autor (1982/83) — respectivas linhas 2/3] (*).

Em relação ao segundo argumento que Encarnação evoca para justificar a leitura que faz do presente texto (ou seja, que a repetição de *Genio sacrum* «parece pouco explicável»), cumpre-nos salientar, como exemplo a confrontar e a considerar, a seguinte epígrafe:

— *C.I.L. II 2405* (= *I.L.E.R.* 658=Blázquez, 1962, pág. 135=Encarnação, 1975, pp. 191 e 192), provém do *Conv. Bracaraugustanus*, e consiste numa ara dedicada ao *Genius Laquiniensis* e datável de finais do séc. II d.C.-séc. III (Blázquez, 1975, pág. 102, col. 1; idem, 1977, pág. 373) (*), dedicatória que preenche a face frontal do monumento. Todavia, como — entre outros [Hübner, *loc. cit.*; Bellino, 1895, pág. 107; Cardozo, 1935 (= 1972), n.º 36; Encarnação, 1975, pág. 191] — nota já Leite de Vasconcellos (1905, pág. 195, n. 2), «nas costas da ara vêem-se as seguintes letras (...): *GE.LA*, (...) maiores (e mais grossas) que as da frente» e óbvias abreviaturas da divindade em causa. Este autor sugere ainda «que o *lapicida*, verificando que a inscrição em tais proporções lhe não cabia, a interrompeu e a passou para o outro lado da pedra». No entanto, tal explicação não esclarece o porquê de o nome da divindade aparecer abreviado numa das faces, e por extenso na outra. De facto, mesmo que se tivesse realmente passado o que propõe Leite de Vasconcellos, o mais natural é que o *lapicida* iniciasse a epígrafe do mesmo modo nas duas ocasiões, porquanto, não se tendo apercebido ainda da falta de espaço patente na face 1, não teria qualquer motivo para aí começar a dedicatória por abreviaturas. Por outro lado, o citado autor

refere o *lapicida* mas esquece o redactor, pois que o texto em causa deveria constar previamente sobre qualquer material perecível — base a partir da qual se elaboraria a epígrafe —, não sendo pois de admitir que a inscrição se iniciasse, numa das faces, pelo teónimo e, na outra, pela fórmula dedicatória, mas sim (obedecendo a uma base comum) do mesmo modo em ambas as faces. Leite de Vasconcellos esquece também o *ordinator*, pois que o prévio desenho do texto, sobre a ara, impediria erros de cálculo deste vulto, por parte do *lapicida* (*).

Resta-nos pois admitir que a repetição, no mesmo monumento, do teónimo, foi *intencional* (hipótese, aliás, também já entrevista por Mommsen/Hübner, *C.I.L. II 2405*), agindo assim as abreviaturas da face oposta à principal como explícita e destacada invocação da divindade, enquanto que dito, no texto dedicatório propriamente dito, permanece à primeira vista menos saliente — ainda que exarada por extenso —, diluída que está entre os outros elementos (e a meio) desse mesmo texto.

Parece-nos claro e evidente o paralelismo com o *G(enio)* — 1.ª linha — e o *Genio* — 3.ª linha — da epígrafe olisiponense em estudo. Poder-se-á, porém, objectar que uma coisa é a repetição, nas condições expostas, do nome da divindade, e outra, por completo diversa, seria a repetição da forma verbal *sacrum*. Ora é precisamente nesta altura que a nossa interpretação difere das de Pflaum e de Untermann.

De facto, acreditamos ser possível adiantar várias outras hipóteses, mais viáveis, para o regular desenvolvimento das abreviaturas *G.S.* constantes na primeira linha da árua em análise; escalonemos pois algumas, por ordem que julgamos — até certo ponto — crescente de probabilidades:



1) *G(enio) S(alutari)* — Que muitas vezes adequados *Genii* eram invocados *pro salute* de determinados indivíduos e personalidades, constitui realidade inquestionável [cfr., v.g., Cesano, 1922, pág. 467-col. 1 (e exemplos in pp. 458-col. 1, 463-col. 2, 476-col. 1); I.L.S. 2216; Bulhart, 1925-1934, cols. 1831 (54), 1835 (68,80), 1836 (66,73)]; o carácter intrinsecamente protector e benfazejo deste tipo de divindades, tão «personalistas», ressalta entre as suas primordiais particularidades (cfr., v.g., Toutain, 1907, pp. 441 ss.). São também conhecidos casos de íntima relação expressa entre alguns *Genii* e *Salus* [Otto, 1910, col. 1166 (27); Bulhart, 1925-1934, col. 1830 (22)]; e, ainda que possamos encontrar uma multidão de *Genii* diversos relativos a numerosíssimos elementos e entidades de entre os que tomavam parte no quotidiano dos povos vigentes durante a Romanidade — situação sobretudo detectável nos derradeiros séculos do Império (Hild, 1896, pág. 1493, col. 2) —, talvez não seja por acaso que alguns deles se reportam a realidades de cariz aquático, isto é, eminentemente salutaríferas [Otto, 1910, cols. 1165 (3,4), 1167 (21,37,42,66); Cesano, 1922, pág. 464, col. 2, n.º 4,5 e 11; Bulhart, 1925-1934, col. 1835 (13,39,46-48)].

Porém, o epíteto *salutaris* raras vezes permanece explícito entre os exemplos que conhecemos [como excepção, v.g., Bulhart, 1925-1934, cols. 1837 (73), 1839 (18-20)], e um eventual paralelo peninsular [C.I.L. II 3526, *Conv. Carthag., Tarraconensis*: linha 1 — *Genio. S(alutari)? M.F.*], apesar de aliciente, apresenta-se no entanto demasiado dubitativo para ser tomado em real consideração (cfr. Cesano, 1922, pág. 481, col. 2; I.L.E.R. 546a). Cremos, pois, que *G(enio) S(alutari)* não será a melhor interpretação passível de propôr para a primeira linha da ábula em estudo, mas a sua eventual possibilidade obriga-nos, evidentemente, a nomeá-la como hipótese.

2) *G(enio) S(ancto)* — Este desenvolvimento foi sugerido já por Encarnação (1975, pág. 92), embora de forma directamente conotada com o pretenso teónimo **Aponianicus Poliscinius*:

G(enio) S(ancto)/Aponianico/Poliscinio/sacrum/a(nimo) l(ibens)/.

Todavia, mesmo sem permanecer dependente de um teónimo específico e subsequente, *G(enio) S(ancto)* poderá

talvez apresentar-se como uma das mais sólidas propostas na interpretação das abreviaturas em análise, porquanto casos paralelos surgem, de um modo geral, com assinalável frequência por todo o Império [cfr., v.g., I.L.S. 2216, 2290, 2400, 2545; Cesano, 1922, pp. 465 (col. 2), 475 (col. 1), 476 (col. 1); Bulhart, 1925-1934, cols. 1833 (83), 1834 (6, 24), 1835 (12,73), 1836 (68), 1837 (73,75 — *sanctissimus*)]. Mas, se nos cingirmos à Península Ibérica, os eventuais confrontos reduzem-se novamente a uma expressão quase nula; assim, por exemplo, teremos outra vez de encerrar a dubitativa — ainda que conveniente — hipótese de desenvolvimento para a controversa linha 1 de C.I.L. II 3526 (= I.L.E.R. 546a), ora passível de supôr-se *Genio. S(ancto).M(unicipii).F(ica-riensis)*..

No entanto e para lá de todas as dúvidas que se nos possam deparar na busca de fortuitos paralelos geograficamente próximos, não deveremos ignorar a efectiva vulgaridade deste epíteto em diversificados *genii* anónimos espalhados por numerosas Províncias, exemplares quase sempre tardios — facto que, de algum modo, os aproxima da ábula de Poço de Cortes, datável já (como veremos) de finais do séc. II-III d.C. — (cfr., a propósito, Hild, 1896, pág. 1492, col. 2).

Antes de passarmos à terceira e última hipótese aqui examinada quanto ao correcto — ou mais provável — desenvolvimento do início da epigrafe olisiponense em análise (*), queremos ainda salientar os seguintes pontos relacionados com as propostas acabadas de formular:

Em qualquer delas (*Genio Salutari* e *Genio Sancto*), de que tipo de *genius* se trataria? Estamos convictos de que, com grande probabilidade, de um *genius loci* — ou, melhor, do *genius* daquele *locus*, isto é, do lugar onde surgiu a ábula, lugar cujo cariz podemos tentar compreender através do respectivo contexto arqueológico. Efectivamente, cumpre-nos desde já destacar:

a) A presença de uma necrópole onde se terão sucessiva e/ou cumulativamente praticado ritos crematórios e inumatórios, assinalada por uma urna calcária de perfil semi-circular; por uma sepultura, completa, de planta rectangular, formada por *tegulae* e alvenaria; por restos de outras sepulturas; por uma tábua (de columbário?) calcária e rectangular, sobre a qual permanece exarado o epítáfio de

G. Iulius Primitivus, pai de Terentia Iuliana; por numerosos restos avulsos de osos humanos (Vieira da Silva, 1954, pp. 303, 307-309; *Ep. Olis.* 144-H; *I.L.E.R.* 3939; cfr. ainda Bandeira Ferreira, 1958).

b) A presença de um santuário ou local sagrado, ainda que eminentemente particular, no âmbito do qual — e além do *Genius* em causa — foram invocados *Iupiter Assaecus* (por M. *Caecilius Caeno*) e *Pater Liber* (por T. *Avo*) [Vieira da Silva, 1954, pág. 306; *Ep. Olis.* 144-E, 144-F; *I.L.E.R.* 214, 665; Blázquez, 1962, pág. 171; idem, 1975, pág. 30; Encarnação, 1975, pp. 206 a 208].

c) A presença de outros elementos que podem estar relacionados quer com a necrópole quer com o santuário, nomeadamente uma singular cripta escavada na rocha e forrada de *opus signinum*, na qual se deve entrever a base de um *colubarium*, de um pequeno templo, *vel simile*; além de uma moeda de cobre cunhada sob Marco Aurélio Claudio; e de vários fragmentos cerâmicos, entre os quais parece que alguma "terra-sigilata" (Vieira da Silva, 1954, pp. 303 a 305).

d) O cariz eminentemente rural da estação — ainda que próxima de *Olisipo* —, cariz que aponta para uma *villa* cuja economia, sobretudo agrícola, se poderá inclusive pressentir através da árua ali consagrada a *Pater Liber*, conforme supôs já Vieira da Silva (1944, pág. 270; 1954, pág. 306).

Podemos, pois, afirmar estarmos perante uma *villa* rural, em pleno florescimento durante os sécs. II e III d.C. — facto que regularmente se enquadra na próspera situação à época generalizada entre os latifúndios da *Lusitania* (cfr. Gorges, 1979, pág. 40) —, *villa* da qual se detectou parte do respectivo *fanum* (no mais lato sentido do termo), que incluiria um santuário particular e o espaço sagrado destinado a necrópole. O *G(enius) S(alutaris)* ou *G(enius) S(anctus)* exarado sobre uma das áruas aí recolhidas constituiria, assim, o *genius loci* da própria *villa* [cfr., como eventual paralelo, Cesano, 1922, pág. 464, col. 2 (n.º 15); Bulhart, 1925-1934, col. 1835 (39,40)]. Cumpre, por fim, relembra o carácter também tópicor porventura atribuível a *Iupiter Assaecus* (Albertos Firmat, 1952, pág. 51), bem como a aproximação frequentemente ocorrida, de diversos modos, entre *Genius* e *Iupiter*, em geral [Toutain, 1907, pág. 458; Otto, 1910, col. 1167 (28,29,36,37,51-53; Cesano, 1922, pp. 465 (col. 2), 466; Bulhart,

1925-1934, cols. 1830 (23 ss.), 1834 (63 ss.)], e mesmo, por vezes, entre *Genius* e *Liber Pater* [Hild, 1896, pág. 1492, col. 1; Otto, 1910, col. 1167 (58,59); Bulhart, 1925-1934, cols. 1830 (30,31,42), 1834 (69)]; pelo que não deveremos estranhar a reunião, num mesmo santuário, de áruas sensivelmente contemporâneas e consagradas a estas três divindades.

3) *G(enio) S(uo)* (?) — Se os *genii* pessoais são os mais vulgares e os mais antigos entre todas as homônimas invocações em causa (Toutain, 1907, pp. 445 ss.), os exemplos epigraficamente conhecidos de consagração ao *próprio* génio do dedicante apresentam-se bastante raros [idem, *ibidem*, pág. 446; Cesano, 1922, pág. 457 (col. 1, ε); Bulhart, 1925-1934, cols. 1831 (13), 1834 (54,65), 1837 (81)].

Assim, assume para nós especial significado o facto de ser peninsular um daqueles raros textos, *C.I.L. II 2407 = I.L.E.R. 365 (Conv. Bracaraug., Tarracensis)*, o qual ostenta claramente, ainda que num contexto politeístico, a invocação *Genio meo (C.I.L. II, loc. cit., linhas 3-4)*.

Continuando a aproximarmos-nos da versão ora defendida para a linha 1 da árua mandada exarar por *Aponia Nicopolis*, notemos também que Leite de Vasconcellos (1913, pág. 298) supõe, sem qualquer embaraço e paralelamente ao *Genio meo* constante na epigrafe bracaraense antes mencionada, a expressão *Genio (suo)* relativa ao início de outro texto local (*C.I.L. II 6338f = I.L.E.R. 543*).

¿Na verdade — e inclinamo-nos de forma sensível para esta última hipótese —, por que não interpretar a inscrição *Ep. Olis.* 144-G do seguinte modo?:

G(enio) S(uo) / Aponia Nico/polis Genio/ sacrum / a(nimo) l(ibens) //.

Uma única objeção pode ser formulada: o facto de o dedicante pertencer ao sexo feminino.

Na realidade, a opinião geralmente aceite considera como indiscutível o cariz masculino de *Genius* — sobretudo o *Genius* pessoal [Hild, 1896, pág. 1489 (col. 2); Toutain, 1907, pág. 445; Cesano, 1922, pp. 449 (col. 2), 453 ss.] —; a ele antepor-se-ia, como necessário complemento e em paralelo, uma feminina *luno* (cfr. ainda, sobre este último ponto, Haug, 1917, col. 1115, §2).

Porém, a constatação de algumas inequívocas excepções [v.g., *C.I.L. VIII 22770 (Prov. Tripol.) : Genio Tarquitiaie Marcelle, matri piissimae (...)* *matri sanc-*

tissimae] e o conseqüente repensar de um considerável somatório de dados, cuja correcta interpretação sempre sofrera com o carácter algo ambíguo e/ou obscuro dos mesmos [v.g., a célebre frase de Sêrvio (*Aen.* II 351), referente ao *Genius Urbis Romae*: «*sive mas sive femina*»], levaram determinados autores — em pequeno número, mas com incontável autoridade — a pôr em causa o totalitarismo da clássica e vulgarizada corrente de opinião: os sólidos argumentos de um Otto [1910, col. 1157 (39 ss.)], ou as isentas listagens de um Bulhart [1925-1934, col. 1828 (16 ss.)], são de facto aquisições inalienáveis, ainda que um outro não convincente detractor tenha posteriormente surgido [v.g., Eisenhut, 1979, col. 742 (18 ss.)]. Se, na verdade, seria despropositado negar a acentuada tendência masculinizante da maioria dos *genii* documentados, será igualmente inoportuno ignorar os vários casos em que tal não acontece.

Como explicá-los, todavia, teoricamente? Considerando-os como vestígios de uma ambigüidade sexual peculiar aos «mais antigos cultos de Itália»? — (Hild, 1896, pág. 1492, col. 2). Ou, contrariamente, considerando-os simples degenerescências tardias, reveladoras de como já se «andava longe do conceito original de *Genius*»? — (Cesano, 1922, pág. 480, col. 1). Quanto a nós, julgamos estar perante um fenómeno similar ao ocorrido, por exemplo, com *Tutela* — divindade, por seu lado, tão próxima do *Genius* (Hild, 1896, pág. 1491, col. 1; Leite de Vasconcellos, 1905, pág. 194; Toutain, 1907, pp. 442 a 445; Pena, 1981, pág. 73) —, fenómeno que terá consistido numa certa ambigüidade sexual base (tipo *sive deo sive deae*) a dada altura "oficialmente" cristalizada num género definido: para *Tutela*, o género feminino; para *Genius*, o masculino, talvez (entre outras razões) porque cada vez mais o *genius* pessoal do *pater familias* assume um papel preponderante, transformando-se célebre na divindade protectora de toda a família, no *genius domus, genius domesticus* (Toutain, 1907, pág. 445; Cesano, 1922, pp. 454 ss.) — aliás, num processo concordante com o crescente cariz patriarcal da sociedade romana, cariz a partir de dada altura sublimado de forma verdadeiramente admirável através do culto prestado ao Imperador, «esse *pater familias* por excelência» (Étienne, 1974, pág. 307)...

As "exceções" femininas de *Genius* poderão ainda ter sido influenciadas pela «associação, identificação prática», ocorrida com *Tutela*, tal como afinal parece ter sucedido, por vezes, no caso inverso (Pena, 1981, pág. 74).

Voltando à epígrafe consagrada por *Aponia Nicopolis* e tomando agora em consideração a hipótese de estarmos perante um *genius* pessoal, cumpre-nos destacar os seguintes pontos:

a) A dedicante, decerto uma antiga escrava (como veremos mais à frente), pode por qualquer razão ter desempenhado, no âmbito de sua família consanguínea, um papel preponderante: v.g., a "conquista" da respectiva liberdade, acaso iniciando um processo a pouco e pouco extensível aos restantes familiares; assim sendo, não estranharemos que invoque o seu Gênio, verdadeiro *genius familiae* [Bulhart, 1925-1934, col. 1837 (36,37)] — ou, num paralelismo simbólico sugerido por parentescos etimológicos mais ou menos consciencializados, verdadeiro "*generator familiae*" (cfr., a propósito, Hild, 1896, pág. 1488).

b) Ainda que consagradas por diferentes indivíduos, as restantes ámulas de Poço de Cortes (dedicadas a *Iupiter Asaecus* e a *Pater Liber*) enquadram-se numa mesma ambiência sócio-religiosa, à qual também não foge a única epígrafe funerária recolhida no local. De facto, a discordância de gentílicos entre pai e filha verificada em *Ep. Ollis.* 144-H = *I.L.E.R.* 3939 (*G. Iulius Primitivus/Terentia Iuliana*), acaso revelará a presença de libertos dependentes de diversas *gentes* (Limentani, 1974, pág. 162, g; cfr. ainda Thylander, 1952, pág. 92); e, se partirmos do princípio que no âmbito das classes mais desfavorecidas poderiam com

Fig. 4 — *Ep. Ollis.* 144-G:
pormenor do início
da primeira linha
(G.)



Fig. 5 — C.I.L. II 272=I.L.E.R. 4848:
perspectiva geral



frequência incluir-se alguns indígenas (v.g., Mangas, 1971, pp. 55 a, 59-60, 119-121, 272-273; idem, 1982, pág. 385; Blázquez, 1978, pág. 438), não deveremos ignorar o carácter pré-latino dos antropónimos ostentados pelos dedicantes de *Pater Liber* e de *Iupiter Assaecus*, respectivamente *Avo* e *Caeno* (cfr. Palomar Lapesa, 1957, pp. 47 e 55; Albertos Firmat, 1966, pp. 46 e 69; idem, 1964/65, pp. 228 e 234). Aliás, quaisquer dos elementos antes citados omitem indicações de filiação e, os casos masculinos, também de tribo, reforçando assim as nossas suspeitas quanto à sua condição de libertos.

c) Antes de passarmos adiante, cremos ser ainda oportuno recordar a vincada propensão observada, entre escravos e libertos, em consagrarem variados *genii* — sobretudo *genii loci* (no mais lato sentido), mas também muitos outros, entre os quais génios pessoais de seus patronos [Toutain, 1907, pp. 457 e 464; Cesano, 1922, pp. 454 (col. 1) e 456 (α); e, para o caso concreto da Península Ibérica, cfr. Vázquez y Hoys, 1982, pp. 549 e 552] —, o que até certo ponto nos sugere, por parte de *Aponia Nicopolis* e respectivo agregado sociofamiliar, provável intimidade com este tipo de númenes tutelares.

d) Limitando-nos de novo aos génios pessoais — e atendendo à suposta dedicatória *Genio suo* —, não deixaremos de relacionar a presença próxima de um elemento revelador do culto local a *Liber Pater* com as cerimónias rituais peculiares àquele grupo de génios, as quais consistiam sobretudo em oferendas de vinho, flores e outros produtos de cariz vincadamente rural (Hild, 1896, pág. 1489, col. 2).

Todavia, se a hipótese de leitura que vimos a defender para *Ep. Odis. 144-G* (=I.L.E.R. 721) não tiver, de facto, real correlação com o texto verdadeiramente exarado na árua em causa, de nada nos poderá servir toda a argumentação até agora aduzida, e permaneceremos para sempre na dúvida entre *Aponianico Poliscinio sacrum* e *Aponia Nicopolis Genio sacrum*. Assumem, pois, carácter excepcional e decisivo as ampliações fotográficas que, por gentileza da Direcção do Museu da Cidade de Lisboa, lográmos obter a partir de um antigo negativo (¹), ainda vítreo, conservado nos arquivos daquele Museu (¹).

Verificámos, assim, que na linha 3 do texto se pode ler, seguramente, *GENIO*, e não *-CINIO* (fig. 3), e que na linha 1 temos *G.S.*, e não *C.S.* (fig. 4).

Tornam-se deste modo em tudo pertinentes as hipóteses de interpretação antes adiantadas e desenvolvidas, bem como o confronto — aliás suposto já por Pflaum e Untermann, *loc. cit.* — entre a epigrafe em estudo e a que consta em *C.I.L. II 272* (= *I.L.E.R.* 4848), monumento também proveniente dos *Agri Olisiponenses*, «Zona E» (cfr. fig. 2), e cuja leitura (corrigida, relativamente ao *C.I.L.* e ao *I.L.E.R.*, por observação directa que efectuámos do exemplar) ⁽¹³⁾ é a seguinte (figs. 5 e 6) ⁽¹⁴⁾:

D(iis) M(anibus)/Aponiae. P(ublii) f(iliae) lulianae/P(ublii) Aponius lulianus] et Aponia Nicopolis filiae//.

A epigrafe, pela presença maximamente abreviada da fórmula de consagração aos «Deuses Manes» e pelas características paleográficas-base ainda detectáveis, deverá ser «tardia», já de finais do séc. II d.C. ou mesmo do III, o que condiz com a cronologia geral proposta por Blázquez (1975, pág. 28, col. 2) para a áru-la de que nos ocupámos («letras del s.III»), cronologia que, pelo exame formal dos respectivos caracteres, cremos pelo menos dilatável ao último quartel do séc. II; de facto, os *GG* que podemos ler nesta inscrição, formalmente idênticos ao *G n.º 6a* da fig. 12 de Gordon & Gordon (1977, pág. 103), são em absoluto aproximáveis a um *G* dito «cursivo» que Gagnat (1914, pág. 16) menciona como empregue nas províncias, a partir do séc. II d.C., sobre *monumentos lapidares* — *G* que surge também (ainda que mais perfeito, mas acaso denunciando igual tradição oficial) sobre uma das restantes epígrafes descobertas em Poço de Cortes e próximo da áru-la consagrada por *Aponia Nicopolis*; referimo-nos ao já citado epitáfio de *G. Iulius Primitivus, Ep. Olis. 144-H = I.L.E.R. 3939* (fig. 7).

Saliente-se, ainda, que algumas características paleográficas afiguram-se bastante relacionáveis entre *Ep. Olis. 144-G* e *C.I.L. II 272*; v.g., o traçado geral dos *AA*, dos *OO* (= *Battle*, 1946, pág. 14, fig. 16, n.º 6) e mesmo dos *PP* (= *Battle*, 1946, pág. 15, fig. 17, n.º 3).

Julgamos, pois, totalmente evidente a identificação, numa só pessoa, das *Aponiae Nicopolis* patentes em ambas as epígrafes em causa. E, deste modo, surge reforçada a ambiência social suposta

já através da análise das inscrições de Poço de Cortes: de facto, *P. Aponius Iulianus* e *Aponia Nicopolis*, marido e mulher ostentando idêntico gentílico e omitindo quaisquer indicações de filiação e (no primeiro elemento) também de tribo, serão por certo libertos de um mesmo patrono; sua filha, porém — conforme lho proporcionava a legislação em vigor, ao considerar como *ingenui* de plenos direitos os descendentes de libertos —, exibe já a respectiva filiação e herda, naturalmente, o gentílico paterno: *Aponia P. f. Iuliana*.

Ao finalizarmos este texto recordemos que, antes de mais, importava aqui demonstrar a total inexistência da pretensa divindade indígena **Aponianicus Poliscinius*. O estudo dos materiais subsistentes — ou seja, a análise aprofundada e correlativa dos elementos verdadeiramente constantes nas inscrições *I.L.E.R. 721* e *C.I.L. II 272*, e ainda a interpretação exaustiva dos respectivos contextos epigráfico-arqueológicos (temas que apenas aforámos) — é assunto que ora nos não interessa de forma directa e que, portanto, nos cumprirá desenvolver noutra local ⁽¹⁵⁾.

NOTAS:

⁽¹⁾ Segundo Vieira da Silva (1944, pág. 272), o monumento apresentava as seguintes dimensões:

Altura: 29,7 cm; Largura no fuste: 17 cm; Espessura: 9,8 cm; Altura das letras: entre 1,8 cm a 1,1 cm.

O respectivo suporte era em calcário lioz.

Pontuação realizada através de pontos triangulares, simples na linha 5, mais elaborados na linha 1.

⁽²⁾ Informação que nos foi directa e gentilmente prestada pela Directora do Museu, Dr.ª Irisalva Moita, a qual nos facultou ainda a consulta de um «dossier» documental que — sem deixar margem para quaisquer dúvidas — comprova a abusiva transferência em causa. Carece pois de fundamento a afirmativa, subscrita por Encarnação (1975, pág. 91), segundo a qual «a ara [...] está numa arrecadação da Avenida da Índia (Belém, Lisboa), dependente daqueles Serviços [Culturais da Câmara Municipal de Lisboa]».

⁽³⁾ Blázquez (1975) não cita Encarnação (1975), mas apenas Vieira da Silva (1944); de facto, as duas primeiras obras consideradas saíram no mesmo ano, parecendo pois difícil pensar-se, *a priori*, em qualquer eventual influência de uma sobre a outra. Contudo, estamos convencidos de que houve, neste caso específico e de qualquer modo — talvez através do conheci-

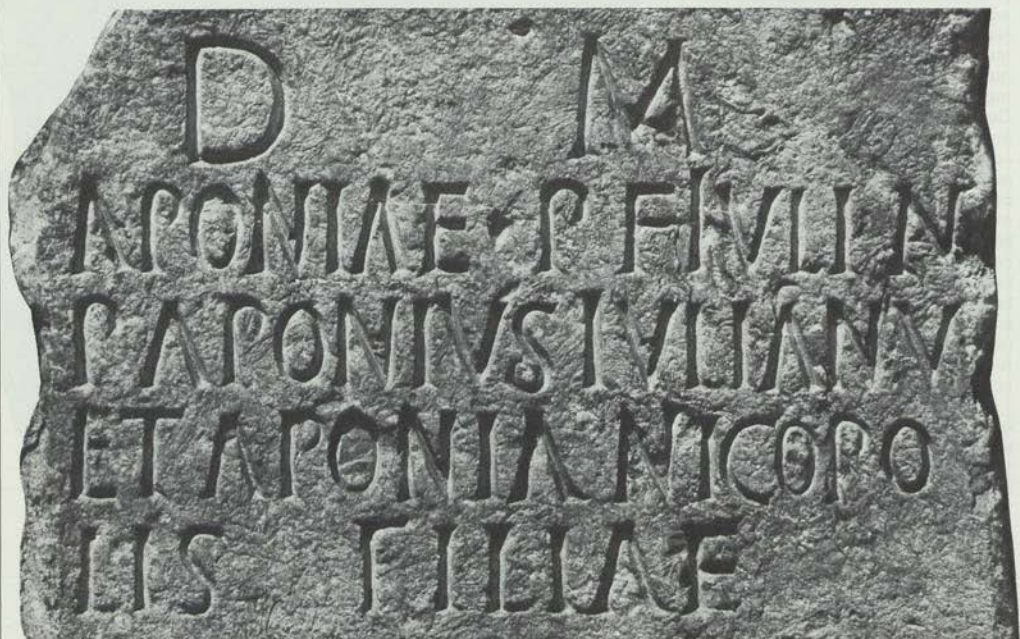
Fig. 6 — C.I.L. II 272=I.L.E.R. 4848: epigrafe

mento do estudo de Encarnação enquanto tese mimeografada, tese publicamente defendida já em 1969 —, incentivo do autor português em relação ao espanhol [cfr., v.g., Albertos Firmat (1975⁴, pág. 56) que, de forma explícita, refere e se baseia na versão original da obra de Encarnação, 1969 (ver pág. 8)].

(*) Os vários autores que até agora publicaram este monumento — cuja principal bibliografia acima registámos — interpretam a respectiva truncagem superior como tendo prejudicado apenas parte do gentílico do defunto, que eles unanimemente creem ocupar a primeira linha da epigrafe.

Todavia, o estudo comparativo de diversos textos similares, exarados em monólitos detectados no interior (e imediata periferia) do aro urbano de *Olisipo*, induz-nos a supor, com fortíssima probabilidade e em relação ao exemplar em análise, a primitiva existência de uma outra linha, superior à que hoje inicia a epigrafe e, certamente, constituída pela fórmula de consagração aos «Deuses Manes» (cfr., v.g., como casos mais ou menos próximos, *Ep. Olis.* 52, 61, 75, 92 e 102). As inerentes abreviaturas — *DIS.MANIB*, *DIS.MAN*, *D.M* ou, com menos probabilidade, *D.M.S* — deveriam seguramente ostentar pontuação (quer funcional, quer talvez decorativa), agindo pois essa primeira linha, a este nível, como paralelo e simétrico complemento da última, a qual vimos constituir o único trecho pontuado hoje subsistente na epigrafe.

(†) Nesta inscrição, de que até há pouco se tinha apenas decifrado parte da primeira linha, permanece exarado o epitáfio de *P.Staius G.f.*



Cal. *Exoratus, flamen Divi Vespasiani*. O respectivo *cognomen* encontra-se distribuído entre o final da linha 2 e o início da linha 3, sendo a separação efectuada depois do O, o qual surge — em módulo menor — no extremo da linha 2, tangente à aresta direita da face epigráfica: *EXO/RATI*.

(*) Cronologia idêntica àquela que — como mais à frente veremos — nos surge adequado relativamente à árua consagrada por *Aponia Nicopolis*.

(*) Sobre as sucessivas e complementares funções do redactor de textos, do *ordinator* e do *lapicida*, cf., v.g., Mallon, 1952, sobretudo pp. 58 ss.; Gordon & Gordon, 1977, pp. 70 a 73; Susini, 1973; idem, 1982, sobretudo pp. 70 ss.

(*) Outras hipóteses de desenvolvimento, porém tão remotas que não julgámos oportuno considerá-las, levar-nos-iam a supor, v.g., *G(enio) S(inistro)*, *G(enio) S(ummo)*, etc. [cf. Bulhart, 1925-1934, col. 1837 (76 ss.)].

(*) Como vimos, Vieira da Silva (1944, pág. 271; 1954, pág. 307) propusera já, ainda que dubitativamente e num contexto por completo diverso — e aleatório —, a interpretação *S(uo)* para esta abreviatura.

(*) O presente negativo foi também utilizado — mas sem se praticarem então as convenientes e decisivas ampliações de pormenor — por Encarnação, 1975, fot. 5. Porém, as amplas dimensões em que foi impresso e a sua inequívoca nitidez bastariam para ter proporcionado já, se não novas certezas, pelo menos as maiores dúvidas quanto à "clássica" leitura de Vieira da Silva...

(*) Cumpro-nos aqui agradecer à Dr.^a Irialva Moita todas as facilidades concedidas para a reprodução deste negativo, bem como à Dr.^a Salette Salvado e ao Dr. Fernando Castelo Branco, ao tempo responsáveis pelo referido Arquivo.

(*) Cumpro-nos desde já agradecer ao Dr. Ludgero Gonçalves, então Director do Museu Arqueológico de Loures, que quando localizou o monólito no-lo cedeu, de imediato, para estudo.

(*) O presente monumento encontra-se hoje incrustado na parede de uma habitação sita no Barro (freguesia de St.^a Maria, concelho de Loures) em local próximo ou mesmo idêntico ao que, de outro modo, nos é citado por Hübnér.

Trata-se de restos de um monólito paralelepípedo em calcário branco, o qual foi "recentemente" truncado e afeiçoado de modo singular, recortando-se-lhe os ângulos em pronunciada linha côncava e picando-se-lhe as talhas superior e inferior (de 11-12 cm de altura cada), que talvez ostentassem molduras. O campo epigráfico, porém, foi deixado intacto, ainda que se lhe aviassem as letras, tendo-se no entanto procurado manter — ou, pelo menos, não apagar — as principais características paleográficas originais, conforme pudemos verificar ao examinar directamente a epigrafe.

Talvez estejamos perante vestígios de um pequeno monumento funerário em forma de ara.

O exemplar apresenta as seguintes dimensões:

Altura: 61,5 cm; Largura: 43,5 cm; Campo epigráfico: 40 cm x 27 cm; Altura das letras: 5,5 cm (linha 1), 4 cm (restantes linhas; excepto o I inicial de *lulianae*, na linha 2, que atinge

os 4,8 cm; e o primeiro A deste mesmo *cognomen* que, incluso em módulo muito menor, a custo ainda se distingue entre as letras circundantes: 1,1 cm). A espessura do exemplar não pode ser medida nem calculada, atendendo à sua actual localização.

O único elemento de pontuação detectável (linha 2, entre *Aponia* e *P*) revela-se uma *hedera*.

Principais diferenças de leitura verificadas relativamente à *C.I.L. II 272*, para além da diversa distribuição linear do texto: linha 2 — *IV[L]I[A]IN[AE]*; linha 3 — *IVLIAN[VS PATER]*; última linha — *FILIA*.

(*) O presente estudo foi lido no *IV Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas*, que se realizou em Vitoria, na Universidad del País Vasco (Euskal Herriko Unibertsitatea), em Maio de 1985, e figura nas respectivas *Actas*, pp. 311 a 325; atendendo, porém, ao público restrito e especializado a que estas se destinam, entendemos útil reeditar aqui o mesmo texto — apenas com alguns ligeiros acrescentos e pequenas alterações —, considerando que a sua temática possui cariz intrinsecamente oisiponense, passível pois de interessar aos leitores da *Revista Municipal*.

BIBLIOGRAFIA:

- ALBERTOS FIRMAT (M.^a Lourdes), 1952, «Nuevas divinidades de la Antigua Hispania», *Zephyrus*, III, Salamanca, pp. 49 a 63.
- , 1964/65, «Nuevos antropónimos hispánicos», *Emerita*, XXXII e XXXIII, Madrid, respectivamente pp. 209 a 252, e 109 a 143.
- , 1966, *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*, Salamanca.
- , 1972, «Nuevos antropónimos hispánicos (2.^a serie)», *Emerita*, XL, Madrid, pp. 1 a 29 e 287 a 318.
- , 1975, «Organizaciones suprafamiliares en la Hispania antigua», *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*, XL-XLI, Valladolid, pp. 5 a 66.
- , 1975, «Situación de la epigrafía hispanorromana. Soluciones posibles al problema», *XIII Congreso Nacional de Arqueología (Huelva, 1973)*, Zaragoza, pp. 945 a 950.
- , 1976, «La antropónimo prerromana de la Península Ibérica», *Actas del I Coloquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica* — 1974, Salamanca, pp. 57 a 86.
- , 1977, «Correcciones a los trabajos sobre onomástica personal indígena (...)», *Emerita*, XLV, Madrid, pp. 33 a 54.
- BATLLE Huguet (Pedro), 1946, *Epigrafía Latina*, Barcelona.
- BANDEIRA FERREIRA (Fernando), 1958, «Apostila à leitura duma inscrição do Poço de Cortes», *Varia Epigraphica* (separata de *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, sér. III, vol. II), Lisboa, pp. 43 e 44.
- BLÁZQUEZ Martínez (José María), 1962, *Religiones Primitivas de Hispania*, I, Roma.
- , 1975, *Diccionario de las Religiones Prerromanas de Hispania*, Madrid.
- , 1977, *Imagen y Mito*, Madrid.
- , 1978, «Economía y sociedad de Hispania

nia durante las dinastias de los Antoninos y de los Severos», *Historia de España Antigua*, II, Madrid, «Ed. Catedral», pp. 443 a 488.

BELLINO (Albano), 1895, *Inscricções Romanas de Braga*, Braga.

BONNEVILLE (J.-N.), 1984, «A propos de l'exploitation des livres anciens par E. Hübner: Les "Antiquedades" de Ambrosio de Morales (1575)», *Epigraphie Hispanique. Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, pp. 68 e 83.

BULHART, 1925-1934, «Genius», *Thesaurus Linguae Latinae*, VI.2 (G), Lipsia, cols. 1826 a 1842.

CAGNAT (René), 1914, *Cours d'Épigraphie Latine*, 4.ª ed., Paris.

CARDIM RIBEIRO (José), 1974/77, «Três novos monumentos epigráficos da época romana pertencentes à Zona Oeste do Município Olisiponense», *O Arqueólogo Português*, sér. III, vols. VII-IX, Lisboa, pp. 277 a 329.

—, 1982/83, «Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de L. Iulius Maelo Caudicus», *Sintra*, I-II (1), Sintra, pp. 151 a 476.

CARDOZO (Mário), 1935, *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmiento. I - Secção Lapidar e de Escultura*, Guimarães - (2.ª ed., ilustrada, Guimarães, 1972).

—, 1958, *Novas inscrições romanas do Museu Arqueológico de Odrinhas*, Sintra (= separata da *Revista de Guimarães*, LXVIII).

CESANO (L.), 1922, «Genius», *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane*, III (F-H), Ed. Ettore de Ruggiero, Roma — (reimpressão em Roma, 1962) —, pp. 449 a 481.

DESSAU (Herm.), ed. 1962, *Inscriptiones Latinae Selectae*, Berlim (= I.L.S.)

DONATI (A.), 1984, «Una silloge manoscritta di iscrizioni romane della Spagna del XVII secolo: breve notizia», *Epigraphie Hispanique. Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, pp. 58 a 60.

EISENHUT (Werner), 1979, «Genius», *Der Kleine Pauly. Lexikon der Antike*, II Munchen, cols. 741 e 742.

ENCARNAÇÃO (José d'), 1975, *Divindades Indígenas sob o Dominio Romano em Portugal*, Lisboa.

ÉTIENNE (Robert), 1974, *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien* — (reimpressão conforme a 1.ª ed., 1958) —, Paris.

FABRE (G.), 1984, «Accursus, Hübner et l'épigraphie de Conimbriga», *Epigraphie Hispanique. Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, pp. 61 a 67.

GORDON (Joyce S.) e GORDON (Arthur E.), 1977, *Contributions to the Paleography of Latin Inscriptions*, Milão — (reimpressão conforme a 1.ª ed., 1957, Berkeley e Los Angeles).

GÖRGES (J.-G.), 1979, *Les Villas Hispano-Romaines*, Paris.

HAUG, 1917, «Luno», *Paulys Real-Encyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, X (19), Stuttgart, cols. 1114 a 1125.

HILD (J.A.), 1986, «Genius», *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, II.2 (F-G), ed. Ch. Daremberg e Edm. Saglio, Paris, pp. 1488 a 1494.

Hispania Antiqua Epigraphica (= H.A.Ep.), 1957-1960, vol. 8-11, Madrid.

HÜBNER (E.), 1869, *Inscriptiones Hispaniae Latinae*; 1892, *Supplementum* — (= *Corpus Ins-*

criptionum Latinarum, II), Berlim (= C.I.L. II).

—, 1885, *Exempla Scripturae Epigraphicae Latinae*, Berlim.

—, 1903, «Additamenta Nova ad Inscriptiones Hispaniae Latinae», *Epheméris Epigraphica*, IX, Berlim, pp. 12 a 185 (= *Eph. Ep. IX*).

LAMBRIÑO (Sclariat), 1951, «inscriptions latines du Musée Dr. Leite de Vasconcelos», *O Arqueólogo Português*, sér. II, vol. I, Lisboa, pp. 37 a 61.

LEITE DE VASCONCELLOS (José), 1905, *Religiões da Lusitania*, vol. II; 1913, vol. III; Lisboa.

LIMENTANI (Ida Calabi), 1974, *Epigrafia Latina*, 3.ª ed., Milão.

MALLON (Jean), 1952, *Paléographie Romaine*, «Scripturae. Monumenta et Studia» — III, Madrid.

—, 1982, *De l'Écriture*, C.N.R.S., Paris.

MANGAS Manjarres (Julio), 1971, *Esclavos y Libertos en la España Romana*, Salamanca.

—, 1982, «Hispania Romana», *Historia de España*, I (Introducción, Primeras Culturas e Hispania Romana), «Ed. Labor», 3.ª ed., Barcelona, pp. 197 a 446.

MAYER (M.), 1984, «Epigrafia hispánica y transmisión literaria con especial atención a la manuscrita», *Epigraphie Hispanique. Problèmes de Méthode et d'Édition*, Paris, pp. 35 a 57.

MERLIN (Alfred), 1950, «Revue des Publications Epigraphiques», *Revue Archéologique*, XXXVI, 6.ª série, Paris.

OTTO (W.F.), 1910, «Genius», *Paulys Real-Encyclopädie der Classischen Altertumswissenschaft*, VII(13), Stuttgart, cols. 1155 a 1170.

PALOMAR LAPESA (M.), 1957, *La Onomástica Personal Pre-Latina de la Antigua Lusitania*, Salamanca.

PENA (M.ª J.), 1981, «El culto a Tutela en Hispania», *Paganismo y Cristianismo en el Occidente del Imperio Romano* (= *Memorias de Historia Antigua*, VI), Oviedo, pp. 73 a 88.

PFLAUM (H.G.) — Cfr. Merlin, 1950.

SUSINI (Giancarlo), 1973, *The Roman Stone-cutter*, Oxford.

—, 1982, *Epigrafia Romana*, «Ed. Jouvence», Roma.

THYLANDER (Hilding), 1952, *Étude sur l'Épigraphie Latine*, Lund.

TOUTAIN (J.), 1907, *Les Cultes Païens dans l'Empire Romain*, I, Paris.

UNTERMANN (Jürgen), 1985, «Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas», *III Coloquio Internacional de Lenguas y Culturas Paleohispánicas*, (Lisboa, 5-8 Noviembre 1980), Salamanca, pp. 343 a 363.

VÁZQUEZ Y HOYS (Ana María), 1982, *La Religión Romana en Hispania. Fuentes Epigráficas, Arqueológicas y Numismáticas*, Ed. Universidad Complutense, Madrid.

VIEIRA DA SILVA (Augusto), 1944, *Epigrafia de Olisipo*, Lisboa (= *Ep. Olis.*).

—, 1954, «Uma estação lusitano-romana no sítio de Poço de Cortes», *Dispensos*, I, Lisboa, pp. 301 a 310.

VIVES (José), 1971/72, *Inscricções Latinas de la España Romana*, Barcelona (= I.L.E.R.).

WILMANN (G.), MOMMSEN (Th.), CAGNAT (R.), SCHMIDT (I.) e DESSAU (H.), 1881-1916, *Inscricções Africae Latinae* (= *Corpus Inscriptionum Latinarum*, VIII), Berlim (= C.I.L. VIII).



A IGREJA DO MENINO-DEUS

PEÇA IMPORTANTE DO BARROCO
OLISIPONENSE QUE RESISTIU
AO TERRAMOTO DE 1755 E
CUJA AUTORIA É DISCUTÍVEL

1. INTRODUÇÃO E REFERÊNCIAS IMPORTANTES

A Igreja do Menino-Deus é uma obra de grande significado histórico e estilístico, que está localizada na Olisipo, no Largo do Menino de Deus, numa das zonas mais típicas da capital portuguesa e a meio dum percurso, que faz a ligação entre outras duas grandes obras do Património Cultural — a Sé Catedral e o Castelo de S. Jorge.

No dia 4 de Julho de 1711, o Rei D. João V, acompanhado dos Infantes, seus irmãos, Senhores D. António e D. Manuel, conjuntamente com vários membros da Casa Real, lançou a primeira pedra da obra e, em gesto simbólico, juntou-lhe muitas moedas de ouro.

A construção prolongou-se durante 26 anos e, assim, no dia 25 de Março de 1737, a Igreja ficou concluída. Na inauguração, o mesmo Rei D. João V, colocou nela a milagrosa imagem do MENINO-DEUS, patrono da Ordem Terceira de S. Francisco de Xabregas. Às cerimónias da inauguração, Sua Majestade foi acompanhado em procissão nocturna, com tochas acesas, pela população da capital e pelos Príncipe D. José, seu filho, seus irmãos Infante D. António e D. Manuel, presidindo religiosamente às cerimónias o Padre Frei Jerónimo de Belém e o Ministro da Ordem Terceira, D. Diogo Fernandes de Almeida, e os Condes de Assumar, cujo titular foi principal da Santa Igreja de Lisboa.

O edifício foi construído, progressivamente, durante quase três décadas, com

dinheiro adquirido através de esmolas públicas.

O Templo serviu, durante muitos anos, para recolhimento das Mantelatas da Ordem Terceira de S. Francisco de Xabregas.

É uma obra de estilo barroco, denominado *barroco lisboeta*, onde este estilo se define com nitidez, visto que até então, na generalidade, as construções arquitectónicas não conseguiam libertar-se das indefinições estilísticas do século XVII, conseguindo ao mesmo tempo desviar-se do estilo de dois grandes arquitectos estrangeiros J.F. Ludwig, dito Ludovice (alemão) e Carlos Mardel (de origem húngara), que pontificaram com grande potencialidade na Arquitectura portuguesa, durante mais de 50 anos.

É, assim, a Igreja do Menino de Deus um dos edifícios mais importantes construído em Lisboa, antes do Convento de Mafra, conseguindo resistir ao Terramoto de 1755.

No que diz respeito ao autor do projecto desta obra, ainda hoje não se pode assegurar quem a realizou, havendo três hipóteses possíveis: 1.ª — *Arquitecto Real João Antunes*, antes mestre pedreiro; 2.ª — *Padre Tinoco (Francisco Tinoco da Silva)*; 3.ª — *Um dos Tinocos, provavelmente o Arquitecto João Nunes Tinoco*.

Reconhece-se ainda a intervenção na obra de um outro *Arquitecto Real de nome Custódio Vieira* que teria tomado parte numa fase do projecto.

Convém, para uma análise mais corrente, dar alguns indicativos dessas três

personalidades envolvidas na obra, bem como parte dos seus currículos conhecidos.

A Igreja do Menino de Deus foi atribuída pelos historiadores Reynaldo dos Santos e Gustavo Matos Sequeira, ao Arquitecto João Antunes, primeiro mestre pedreiro. No livro «D. João V e a Arte do seu tempo», Il Volume, o Historiador Aires de Carvalho desvenda o mistério que tem envolvido o mestre pedreiro, e dá-nos a data exacta da sua morte (1712). Poderemos assim, em segurança, pôr de parte algumas atribuições recentes e que andavam ligadas, sem discussão, ao seu nome, especialmente a Igreja do Senhor das Barrocas, em Aveiro e, com toda a verosimilhança, a Igreja do Menino-Deus. Aires de Carvalho afirma: «Santa Engrácia (1682) e, depois o Menino-Deus (1711), seriam as grandiosas fábricas arquitectónicas, dirigidas por portugueses, que se manteriam fiéis ao espírito renascentista e barroco de seiscentos».

João Antunes foi mestre pedreiro antes de começar a estudar arquitectura na Aula dos Paços da Ribeira, em 1683. Em 1697, foi nomeado arquitecto das Ordens Militares de S. Tiago da Espada e S. Bento de Avis, por morte de Mateus do Couto. Já a partir de 1695, encontramos documentação referente à sua actividade em obras reais, como Arquitecto, e não como mestre pedreiro. Por volta de 1696, já devia exercer o cargo de arquitecto das Ordens Militares, por doença de Mateus do Couto, que foi retirado para a sua terra natal. Como aprendiz de arquitectura e conhecido discípulo do Padre Tinoco, foi o dirigente das obras de Santa Engrácia, reiniciadas no ano de 1682 e foi, por certo, quem iniciou esses trabalhos. Baptista de Castro, no seu «Mapa de Portugal» (Vol. III, pág. 270), diz «que a pedra fundamental fora lançada em 1682». João Antunes, a quem Aires de Carvalho dedicou uma série de estudos muito importantes, é em boa verdade o primeiro construtor português a procurar fugir à tradicional fórmula seca dos esquemas maneiristas e a ensaiar elementos de ornamentação borrominica (jogos caprichosos decorativos do arquitecto italiano Borromini), que dinamizam espacialmente os edifícios em termos de Barroco (facto bem notório no projecto de Santa Engrácia).

Na sua qualidade de mestre pedreiro, João Antunes não só de há muito estava em contacto com arquitectos, como também se habituou a resolver arquitectoni-

camente muitos dos problemas da construção. É um dos casos mais curiosos na hierarquia artística portuguesa, pois mesmo modesto mestre pedreiro, era o seu trabalho muito considerado e, até se sabe que, antes de obter a praça de aprendiz, já competia com os arquitectos, não só dirigindo obras, como por vezes delineando a respectiva arquitectura.

Antunes partiu da monumentalidade audaciosa de Santa Engrácia, entrando fulgurantemente no século XVIII, antes de Ludovice se impor, com o espírito de uma nova visão da luz e do espaço. As construções projectadas por este mestre pedreiro são exemplos duma renovação das formas e das proporções, conseguindo pela primeira vez que o conceito dinâmico se aplicasse à inteira massa construtiva, de maneira a concebê-la como um só organismo plástico. Alterou na sua obra todo o conteúdo espacial renascentista, em Santa Engrácia, alargando-lhe todo o espaço interno, simplificando-o e definindo-o numa grandiosa cruz grega com os braços curvos, apenas (discretamente) iluminada pelo lanternim do projectado zimbório.

Quanto ao célebre Padre Tinoco (Francisco Tinoco da Silva) era um presbítero com grandes conhecimentos de arquitectura e que exercia a construção civil, conjuntamente com o sacerdócio. Foi nomeado aprendiz pelo Príncipe Regente D. Pedro, no ano de 1677, na vaga deixada pelo falecimento de Paulo Ferreira, que já era arquitecto real; porém em 1683 foi promovido a Mestre Arquitecto das obras dos Paços da Ribeira, por falecimento de Teodósio de Frias. Finalmente, em 1690, foi nomeado Arquitecto e Mestre dos Paços da Ribeira.

Sobre estes dois arquitectos, Padre Tinoco e João Antunes, sabe-se que ambos fundamentaram os seus estudos arquitectónicos no Tratado de Arquitectura de Sebastião Serlio.

O Historiador Aires de Carvalho atribui uma série de obras importantes ao Padre Tinoco. Reynaldo dos Santos, que é o único a discordar dessa atribuição, afirma o seguinte: «... É justo reconhecer que é a Sousa Viterbo e Aires de Carvalho que devemos hoje o conhecimento de numerosos documentos relativos aos arquitectos do ciclo do Barroco, entre os quais figuram os Tinocos. (...) Só Aires de Carvalho, por simples conjecturas fundadas no título de Mestre da Aula dos Paços, do Padre Francisco Tinoco da Silva lhe poderia atribuir uma série de obras importantes, mas sem documentação di-



Fachada da igreja do Menino-Deus, onde ressaltam os volumes barrocos, criando-lhe uma austeridade e, ao mesmo tempo, harmonia e graciosidade

Pormenor da frontaria da igreja do Menino-Deus, observando-se os três nichos moldurados de janelas, na parte superior, que lhe fornecem grande riqueza na coroação por tímpanos

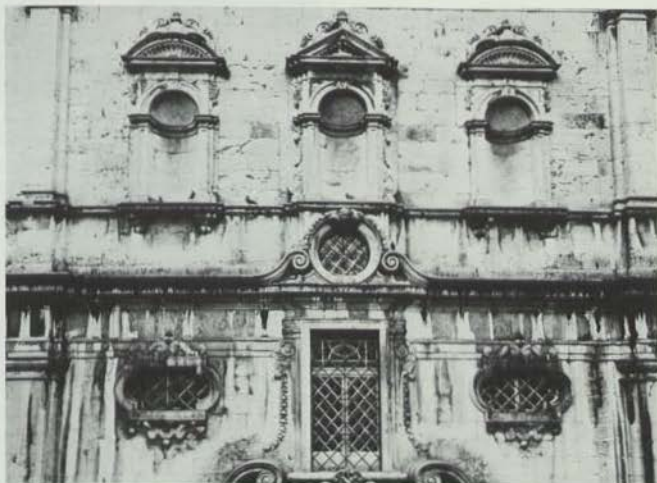
recta, sobre o que me parece prudente observar certas reservas. A personalidade mais importante da dinastia dos Tinoços foi sem dúvida o Arquitecto João Nunes Tinoco...» (1)

Não há dúvida que João Nunes Tinoco, em termos de arquitectura e urbanização, teve grande importância na sua época, pois conseguiu desprender-se de hábitos medievais na arquitectura, tendo realizado aquilo a que chamamos o primeiro anúncio duma cidade moderna, pois foi o autor em 1650 do Primeiro Plano Urbanístico de Lisboa, conhecido e executado de forma racional.

Ficámos assim a conhecer os três prováveis autores da Igreja do Menino de Deus.

2. DESCRIÇÃO E ESTILO DA OBRA ARQUITECTÓNICA

A fachada da Igreja do Menino-Deus, tem três corpos separados por colunas



Pormenor da parte superior
do pórtico,
recheado de volutas concheadas,
onde foi inscrita, em 1711,
uma lápide comemorativa
do lançamento da primeira pedra
da igreja do Menino-Deus



Detalhe dum oculo,
situado por cima da janela rectangular,
apresentando, no cume,
uma cabeça de anjo,
elemento decorativo,
extraído da gramática barroca
(igreja do Menino-Deus)

de ordem dórica. No corpo central, a porta é ladeada por colunas caneladas de ordem coríntia e sobrepujada por uma janela de grades, que é rematada no seu coroamento por um óculo igualmente gradeado. Na parte superior da fachada, sobre o entablamento, há três nichos. Os corpos laterais estão adornados com janelões ao alto. A janela do coro (único vão iluminante da fachada) centra o primeiro corpo da frontaria e é ladeada por duas frestas oblongas e guarnece-se ao alto por outro entablamento de volutas, que dir-se-iam amparar um óculo, que ascende para o segundo corpo e se abre para o coro. Há, no alto da frontaria, três nichos moldurados de janelas, coroados por tímpanos (o central triangular e os laterais circulares ou duas meias elípticas), que dão grande riqueza à composição. Estes nichos estão vazios de imagens e talvez nem sequer tivessem sido projectados para serem habitados. Era comum, nessa época, a utilização de nichos como simples acessórios decorativos das fachadas. Nos corpos laterais rasgam-se oito frestas, (quatro de cada lado), como tabelas ornamentais para iluminação das escadas. Os dois corpos da construção são separados por um robusto entablamento e, coroando toda a fachada, um outro mais frágil, que remata na cornija. O entablamento forte assenta em pilastras. A partir da cornija, existe a dúvida de como seria o acabamento desta obra joanina, pois o próprio telhado é um telhado de recurso. Outrotanto, se constata que a cobertura não acusa a planta baixa, malgrado este prejuízo, a fachada consegue uma segurança de traçado, uma nobreza e uma robustez, que além de lhe dar foros de um bellissimo monumento olisiponense, o consegue afirmar como um documento do barroquismo português, sem Nasoni e sem Ludovice. Frontaria harmoniosa, dividida na vertical por pilastras, truncada superiormente, é duma simplicidade cativante na sua motivação ornamental. Tem um barroquismo moderado nos seus nichos e aberturas, estilo que se acentua na porta, cujo frontão se não desenha inteiramente, ficando limitado às linhas do arco, que logo se enrolam em volutas bem recortadas e salientes, emoldurando uma folha canelada e em concha, que vai prender-se à moldura da janela gradeada, esta coroada por um frontão, desenhado pelas linhas da cornija, que se levantam e espiralam, tangenciando um óculo aberto sob o nicho do centro. A parte central é graciosa e elegante, pela

pequenez das suas proporções e pelo desenho caprichoso do pórtico, de colunas coríntias, caneladas, encimadas por um frontão, quebrado de volutas concheadas, onde está inscrita a lápide comemorativa do lançamento da primeira pedra, efectuado por D. João V, no ano de 1711. Há que referir ainda que a fachada é bastante original e requintada pelo traçado sinuoso dos vãos iluminantes do coro e das escadas das torres, ou dos nichos com frontões, que o autor, em reminiscências seiscentistas, não deixou de ornar com as tradicionais conchas, que tão erradamente se tem vindo a destacar como típicas do estilo D. João V.

A frontaria da Igreja Menino-Deus apresenta-se levemente saliente do corpo conventual, porém falta-lhe o complemento do ático e dos campanários. A porta tem elementos de gramática renascentista, como por exemplo as folhas de acanto e as colunas caneladas, extremamente sóbrias. As duas conchas que envolvem a porta são elementos barrocos. A janela forma um rectângulo acentuado, articulando com a grande porta. As portadas setecentistas apresentam, muitas vezes, uma só composição. A ligação da entrada (porta) faz-se unicamente através de uma janela imediatamente superior. A fachada desenvolve-se num motivo central, que incorpora três elementos, fazendo uma unidade — porta, janela e nicho. Esta janela acentua a verticalidade da fachada. Tal articulação constitui uma articulação barroca. Um pequeno óculo, em cima da janela rectangular, tem no cume uma cabeça de anjo (é outro elemento barroco).

Há assim um diálogo extremamente vivo entre as duas formas curvas — volutas, que se destacam nitidamente do resto, envolvendo a porta principal e simultaneamente o óculo (bull's-eye) e os três nichos, em formas cada vez mais reduzidas e em repetições de um mesmo elemento — a voluta.

As pilastras da fachada desenvolvem-se em dois tempos (fases). Num primeiro tempo, teremos um conjunto de saliências, que correspondem a várias linhas horizontais definidas e, num segundo tempo, essas mesmas saliências são mais acentuadas, criando uma perspectiva gradativa de profundidade, exactamente pela sequência entre a primeira e a segunda série de saliências, que se observam na fachada. Visualiza-se ainda um contraste curioso entre essas linhas horizontais e a verticalidade, definido pela ligação (porta-janela). Há, também



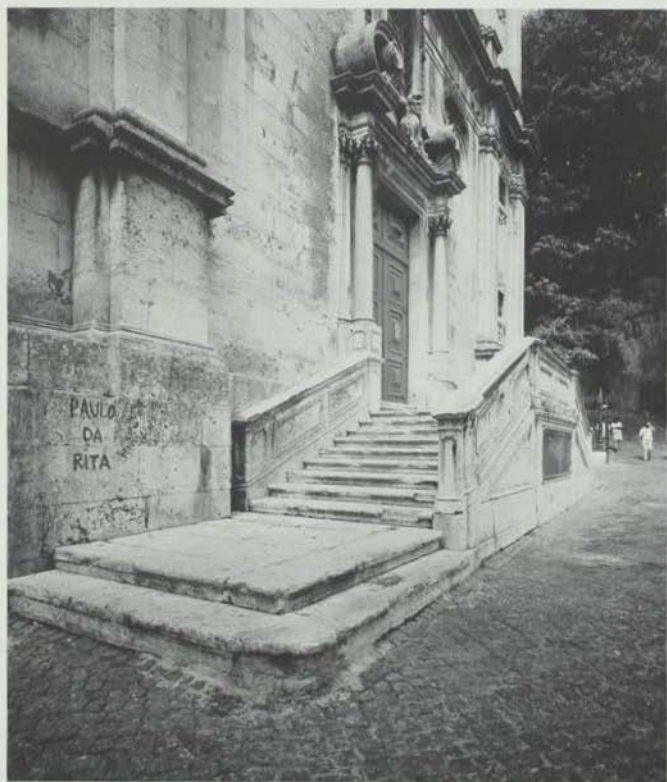
Perspectiva da capela-mor da igreja do Menino-Deus,
com a beleza obtida pela entrada da luz,
enriquecendo o emprego dos mármore brancos e róseos

Pormenor dinâmico
duma das pilastras do interior
da igreja do Menino-Deus
canelada, que ao fazer canto,
recorta em profundidade
os restantes elementos até à abóbada





Diálogo estético entre as duas formas curvas (volutas), envolvendo a porta principal da igreja do Menino-Deus e o óculo menor, postado no centro da fachada.



Um dos lanços da escadaria dupla da igreja do Menino-Deus, espaço cenográfico que dá uma interrupção visual à fachada, com linhas oblíquas bem marcadas.

na fachada, uma simetria entre todos os elementos que a compõem e se enquadra positivamente na arquitectura barroca, bem como certas articulações, que pontualmente aparecem. As partes laterais são equidistantes umas das outras, criando um diálogo subtil entre as diversas simetrias.

Podemos, desta forma, afirmar que os elementos estritamente barrocos não coincidem, nem estão inseridos numa fachada completamente barroca. Portanto, direi que estes elementos (gramática barroca) estão isoladamente colocados e assim a articulação não é feita com exactidão, isto apesar da articulação janela-porta, que acentua a verticalidade, não deixar de ter um aspecto consistente, pesado e, consequentemente, tipicamente barroco. No essencial, estamos em presença, sem dúvida, duma fachada barroca. Desejo acrescentar ainda que, em termos de paralelismo, que a porta da Igreja do Menino-Deus e a porta da Igreja da Misericórdia em Torres Vedras, esta realizada em 1718, se definem com duas aletas concheadas, tendo semelhanças estilísticas, reveladoras da mesma época.

3. A ESCADARIA DO MENINO-DEUS É UM IMPORTANTE SINAL ESTÉTICO EPOCAL

A escadaria da Igreja do Menino-Deus foi projectada pelo Arquitecto Custódio Vieira, Arquitecto dos Paços Reais, Arquitecto da Província do Alentejo e das Ordens Militares de Santiago e de S. Bento de Avis. É isto que se extrai da versão dos «Monumentos Sacros de Lisboa», da autoria de Luís Gonzaga Pereira, que também afirma que teria sido realizado tal projecto depois da sua intervenção no Convento de Mafra e após a morte do Padre Tinoco (1730), do qual herdou o cargo de Arquitecto Real, em Agosto de 1734. A traça das escadarias da entrada da igreja do Menino-Deus, (escadaria dupla), é semelhante às que esse Arquitecto delineou para os pátios do Convento de Mafra.

Observa-se na traça da escadaria dupla do Menino-Deus dois lanços, com ornamentos simples, sóbrios e com conchas simétricas. Existe um espaço junto a ela que apresenta uma semelhança notória com a escadaria do Convento de Mafra, criando um local cenográfico à fachada. Na articulação da fachada com a

escadaria nota-se a existência de um nítido desequilíbrio, uma distorsão. Teria sido mais adequado que o Arquitecto Real Custódio Vieira tivesse traçado, unicamente, uma escadaria sem parapeito, sem corrimão, aberta para a frente, que desse acesso directamente à porta principal, deixando de perturbar visualmente a fachada principal, que no caso presente se torna desproporcionada e acanhada. Há assim grande dificuldade visual em abranger globalmente a fachada, porque as duas linhas oblíquas da escadaria interrompem esse olhar estético. Porém, esta interrupção visual não impede de se considerar que a escadaria dupla tem grande significado e constitui um sinal estético importante, mas não deixa de se constatar a existência de dois elementos estéticos (fachada e escadaria) de grande beleza, individualmente, que no entanto, em conjunto, se prejudicam. Também podemos afirmar que, apesar desse senão, existe um grande dinamismo nesta forma arquitectónica, e, que pouco a pouco, com o olhar, se instala uma complexa emotividade, verificando-se uma elástica flexão nas formas da fachada, que Custódio Vieira, talvez, propositalmente, assim quisesse que fosse, para tirar um partido original dentro dum espaço reduzido, estabelecendo um ondular nas linhas e no movimento das massas. É, por isso, que a escadaria dupla da Igreja do Menino-Deus, parecendo um corpo estranho à fachada, revela um gosto estético muito especial do Arquitecto Custódio Vieira.

Parte exterior da escadaria, onde se observam ornamentos simples e conchas simétricas, realçando-a como se fosse um corpo estranho à fachada da igreja do Menino-Deus



Detalhe duma pilastra canelada,
no interior da igreja do Menino-Deus,
notando-se o capitel trabalhado
escultoricamente em folhagens retorcidas.
Na parte superior ressalta
um trabalho de embulidos,
funcionando como peças de mosaico
— «Intarsia»



4. ANÁLISE DA PLANTA E INTERIOR DA IGREJA

Trata-se duma planta rectangular com traçado octogonal e regular. O desenho do interior tem a forma de ângulos cortados, que não correspondem à fachada que é direita. A Igreja é composta por nove capelas, 4 de cada lado. Existem 4 retábulos, em cada lateral, dando à igreja a configuração de forma oitavada. Todo o interior é robustecido por um espaço largo (um grande salão), com os cantos interceptados, não havendo uma firmeza absoluta na traça poligonal. Toda a composição deste interior é subordinada à Ordem Coríntia, com mármore coloridos (uso típico do século XVII), embutidos num geometrismo ornamental, que se define por oito arcos fundos de Ordem Composita, onde se acolhem os altares, intervalados. Os arcos centrais são resolvidos por dois elegantes púlpitos (entre as duas capelas) de madeira e mármore adosselados.

Sobre a cimalha geral que fecha o primeiro corpo, outro se ergue, donde nasce a calote do tecto pintado.

Existem duas estátuas simbólicas na prumada dos púlpitos, abrigadas em nichos, ladeados por pilares historiados e oito janelas —, tribunas por cima das capelas laterais, que iluminam o templo. Os elementos arquitectónicos e escultóricos deste segundo corpo completam, com riqueza de efeitos, o interior da nave.

A capela-mor tem uma forma quase quadrada, elemento que pertence ao estilo «chão». Ela é revestida de ricos marmoreados de embutidos, com dois grandes painéis de pintura, também moldurados de mármore. O tecto de abóbada de aresta e o retábulo clássico de ordem coríntia, não têm nada a ver com o resto da igreja, acolitado pelas estátuas de S. Francisco e de S. Domingos. Tomam relevo, no interior da igreja, os coloridos dos embutidos, ornamentando os paramentos, e da mesma forma, fazendo ressaltar a ordem coríntia, que vai dominando toda a composição arquitectónica. A pintura dos altares e todo o conjunto da decoração pictural do tecto, fazem da Igreja do Menino-Deus um autêntico mostruário do ciclo Joanino, ainda italianizante. O revestimento de embutidos, desde o tecto em abóbada, de pedraria, até à base do altar iluminada por dois óculos com moldurados de gomos, mostram a influência da talha transposta para os mármore. Destaca-se também o grandioso retábulo de ordem coríntia, de



tal maneira ornamentado e decorado com esculturas, que pelas afinidades estilísticas ali bem definidas, se pode presumir pertencer a um dos escultores e «arquitectos de retábulos», o italiano João António Bellini, de Pádua, activo na Catedral de Évora e na Igreja de S. Domingos, como colaborador de Ludovice e em S. Antão e em Santarém, trabalhando para os Jesuítas.

No que diz respeito à relação entre o exterior e o interior da igreja, nota-se que o exterior deveria corresponder a um interior incluindo uma nave central, com capelas recuadas, o que não se verifica, visto que todos os elementos estão inse-

Portomemorstilístico do altar-mor da igreja do Menino-Deus, onde ressaltatoda a beleza dum altar do século XVIII | 25



Tomada de frente do interior da igreja do Menino-Deus, onde se observa que não tem marcadamente uma nave central, mas um espaço-salão e, ainda, que o altar-mor faz recanto, lembrando as igrejas do Renascimento italiano

ridos no mesmo corpo, com excepção do altar-mor, que faz uma espécie de recanto, fugindo assim todo este composto a uma autêntica estética barroca. Portanto, a nível de espaço, o interior da igreja é muito menos barroco do que a fachada, podendo mesmo afirmar-se não haver uma articulação correcta, mas sim *existirem assimilações barrocas, muito bem executadas, mas só ao nível de pormenores isolados*. Há porém uma grande unidade formal, ordem nas proporções e nas pilastras, todavia, o interior da Igreja do Menino-Deus faz-nos lembrar certas igrejas do Renascimento italiano. Registam-se os elementos de maior expressão barroca que são: — *os mármore trabalhados; os embutidos coloridos; os fustes que se torcem num esforço de dinamismo, revestidos de folhagens, cachos, meninos, aves e espigas*.

O que mais proeminentemente se destaca no altar-mor são as colunas e a abóbada, esta encimada de ogivas pouco acentuadas.

Os elementos estilísticos, encontrados na igreja do Menino-Deus, com afinidades em construções antes realizadas, são os seguintes: — *os nichos, relacionados com os que existem na Igreja de S. Vicente de Fora e os grandes janelões, rectangulares, relacionados com os da Igreja de St.ª Engrácia*. Contudo, os janelões do Menino-Deus apresentam um leve alargamento na curva das partes laterais.

A decoração pictural impõe-se pela força documental, onde trabalharam os mais importantes pintores da primeira metade do século XVIII. Todas as obras pictóricas, bem como os seus autores, já foram identificadas pelo historiador Cirilo Volkmar Machado, na sua colecção de memórias, destacando-se como mais importantes: — «o grande painel de S. Francisco», despojado dos hábitos seculares, na Capela-mor, pintado por Vieira Lusitano; «Painel de S. José e da morte de S. Francisco», pintado pelo espanhol André Rubira; «S. Francisco recebendo os estigmas», pintado por Inácio de Oliveira Bernardes; a maioria dos retábulos do corpo da igreja, pintados por André Gonçalves, nomeadamente, os painéis das capelas de Sant'Ana, S. Miguel, Assunção da Virgem e St.ª Isabel; a composição e execução do tecto da igreja, pintada por Jerónimo da Silva; o quadro central e as figuras das Virtudes, pintadas por Vitorino da Serra e as pinturas

dos ornamentos e perspectivas, realizadas por João Nunes Abreu.

Trata-se assim duma construção que revela a transição dos fins de Seiscentos para os princípios de Setecentos, dada a osmose estilística criada no interior da igreja.

5. CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES

Na época em que se iniciou a construção da Igreja do Menino-Deus, a Igreja de St.ª Engrácia, majestoso templo, encontrava-se inacabada. Por razões várias, quer uma quer outra, tiveram como autor do «risco inicial», o arquitecto régio João Nunes. Porém, deve-se esta atribuição, sobretudo, à carência de documentos comprovativos.

Tanto o Professor e Historiador Reynaldo dos Santos como Matos Sequeira, se inclinaram para a autoria pertencer a João Antunes, fundamentando esta opção pelas afinidades de traçado com o Mosteiro do Lourçal e da Sacristia da Sé de Braga, pois estas são também constituídas por pilastras caneladas com capitéis coríntios e entablamento rico de molduras e denticuladas, proporções que já anunciam o século XVIII. Cita-se o esclarecimento dado por Reynaldo dos Santos: «... Foi uma das sugestões que nos levou a notar afinidades com o Menino-Deus o facto da planta octogonal ou de ângulos cortados terem o mesmo domínio das formas rectas, pilastras caneladas e portas de arco redondo. Por isso, Matos Sequeira e eu atribuímos a João Antunes esta jóia italianizante do começo do século XVIII. É uma planta octogonal como a do Lourçal e de Barcelos, toda revestida de mármore claro, com elegantes pilastras estriadas... a luz creme e rosa dá às formas uma feminilidade que a arte de Ludovice, não possuía... É uma aurora luminosa do século XVIII, longe da austeridade e do barroquismo seiscentista dos Tinocos e Turrianos...» (7)

Penso que a traça da igreja do Menino-Deus tem também algumas analogias estilísticas com as traças que foram delineadas, anos antes, para o interior da igreja Cisterciense de Arouca, embora abstraindo a grosseira interpretação dos pormenores.

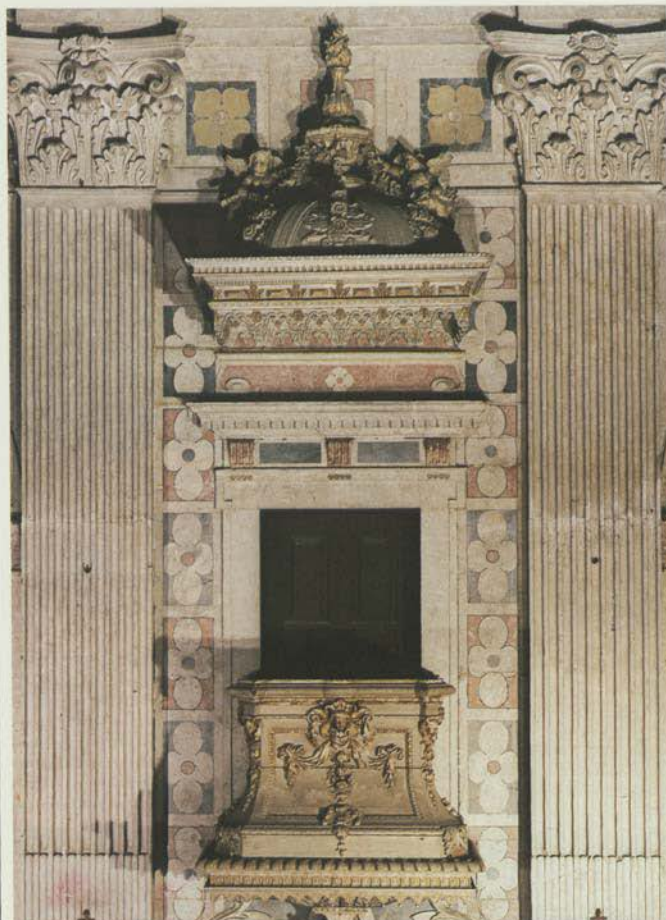
Ainda ao observarmos atentamente a capela-mor do Menino-Deus, encontraremos a tradicional toada policroma seiscentista dos mármore embutidos; o re-



Vista lateral do interior da igreja do Menino-Deus, onde ressalta uma das capelas, num conjunto expressivo de planos e volumes, valorizando suavemente as massas, criando uma irradiação de luz, que passa através do óculo

Encantador pormenor do altar-mor da igreja do Menino-Deus, com retábulo de ordem coríntia, acolitado pelas estátuas de S. Francisco e de S. Domingos e onde são reveladas as colunas caneladas, em formas cilíndricas e quadradas, alternadamente, dando-lhe um notável equilíbrio estético e suave harmonia





Um belo apontamento da parte superior dum púlpito, existente no interior da igreja do Menino-Deus, entre as duas capelas não comunicantes, onde toma relevo um artístico trabalho escultórico de pedraria, a que dois anjos lhe imprimem uma expressão barroca

corte caprichoso das molduras em mármore (já encontradas na igreja de Atouguia da Baleia), que veremos repetir-se, pouco tempo depois, na talha dourada da igreja de Nossa Senhora da Pena. Contudo, algo de novo surge na igreja do Menino-Deus que são as quadraturas geométricas das paredes e da abóbada, bem afins com as da Igreja de Arouca e ainda o ineditismo no traçado do retábulo, em que as colunas caneladas substituem as colunas «retorcidas» ou salo-

mónicas. Assim, se este retábulo corresponder ao «risco» inicial da fundação de 1711, será difícil poder aceitar a autoria do arquitecto João Antunes, isto se recordarmos que tantas das suas obras identificadas têm como motivo predilecto a coluna salomónica (Igreja de Nossa Senhora da Assunção e retábulo da Igreja de Colares).

Reynaldo dos Santos e Matos Sequeira prolongaram demasiado a actividade artística de João Antunes, isto porque a

levaram para além de 1730, quando o arquitecto faleceu em 1712. Por exemplo, atribuem-lhe o traçado da Igreja do Senhor das Barrocas em Aveiro, obra realizada entre 1722 e 1732, apenas por afinidades estilísticas, sem rigor documental e quando o arquitecto já havia morrido há 10 anos.

É coerente, desta forma, admitir que muitas das obras mais importantes e discutidas realizadas no reinado de D. João V, erroneamente atribuídas a João Antunes ou a Ludovice e a alguns artífices locais, incluindo a Igreja do Menino-Deus, se possam explicar melhor como tendo as suas origens, bem portuguesas, na «Casa das Obras» e na «Aula dos Paços da Ribeira», onde o arquitecto — Padre Tinoco (Francisco Tinoco da Silva) pontificou como emérito Mestre e Artista por mais de meio século de actividade (de 1677 a 1730).

A Igreja do Menino-Deus é uma obra notável. Por um lado, foi um dos raros monumentos de Lisboa que ficou intacto depois do Terramoto de 1755, conservando a sua traça Joanina; por outro lado, foi a última obra de significado antes da grande construção do Convento de Mafra e antes da intervenção potente de Ludovice na arquitectura portuguesa.

Admito que há ainda muitos dados que estão por esclarecer sobre a arquitectura e os arquitectos seiscentistas, muitas lacunas que estão por preencher sobre as construções delineadas antes da grande obra de Mafra. Porém, a Igreja do Menino-Deus é uma peça da Arquitectura Portuguesa, que levanta uma série de interrogações e de dúvidas acerca da autoria da sua traça. *No entanto Padre Tinoco é o arquitecto que, por muitos factos, se aproxima mais de ser o verdadeiro autor deste belo edificio lisboeta, que não pode ficar esquecido, visto representar para além dum esforço de natureza espiritual do magnânimo rei D. João V, envolve o trabalho de talentosos arquitectos e artistas criadores duma peça preciosa alisiponense, testemunho rico duma arquitectura que conseguiu uma passagem importante dum estilo Seiscentista para um estilo que veio a consagrar-se no século seguinte.*

(¹) Reynaldo dos Santos, «Oito Séculos de Arte Portuguesa», vol. II.

(²) Idem. (¹).

*A «ASSEMBLEIA BRITÂNICA» EM LISBOA E A SUA SEDE (1771-1819)

Em Setembro de 1859 demoliam-se em Lisboa os casebres do Loreto, amálgama de pardieiros densa e variadamente ocupados: desde tabernas de galegos, ervanários e barbeiros, a cambistas e casas para a prostituição vadia⁽¹⁾. Há mais de vinte anos que a Câmara desejava eliminar aquela chaga urbanística e social, ali a dois passos do Chiado. Pela excelente localização se justificavam, aliás, tanto a exigência de grossa contrapartida pelo dono (o Duque de Lafões, herdeiro da Casa de Marialva), quanto o interesse dos muitos ali instalados, com seu pequeno negócio ou pobre alojamento, em protelar o despejo. A mesma motivação estivera já na origem dessas miseráveis casinholas, erguidas entre as ruínas que o Terramoto de 1755 e o incêndio subsequente deixaram de um palácio dos Condes de Cantanhede que vinha dos meados de Seiscentos⁽²⁾.

Mas essa nobre habitação cuja agonia de um século então chegava ao fim era apenas o centro de várias propriedades dos Meneses naquela zona. Para leste, precisamente no interior do recinto das Portas de Santa Catarina, tomara D. António Luís, 3.º Conde de Cantanhede e 1.º Marquês de Marialva, de aforamento à Câmara em 1652 e 1657 algumas pequenas casas e diversos *pataneios* ou pátios⁽³⁾. Diante da longa fachada que deitava para a Rua Direita do Loreto, entre a Rua do Norte e a das Gáveas, comprou o 4.º Marquês o chão de um prédio que ardera no Terramoto e que a proprietária, a Irmandade do Santíssimo da freguesia da Encarnação, não podia reedificar⁽⁴⁾. E a sul do palácio uma outra construção do grande mestre de cavalaria ligou-se intimamente à história dos ingleses de Lisboa.

Pelos começos da Primavera de 1783 um numeroso grupo de *homens de negócio da Nação Britânica* escolheu três dos seus membros para firmar um arrendamento com o 4.º Marquês de Marialva e Estreito-Mor, D. Pedro José António de Meneses. Todos se responsabilizavam pelo pagamento do aluguer, no valor de 600 000 reis anuais, bem como pelos prejuízos que aos seus representantes — João Berthon⁽⁵⁾, Duarte Marshall⁽⁶⁾ e João Diogo Stephens⁽⁷⁾ — pudessem eventualmente sobrevir. E fixaram a validade do contrato em *dez annos certos*, embora tivessem tido o cuidado de recomendar aos seus *successores a continuação deste estabelecimento depois de findado o referido prazo, em atenção ao edificio ser construido para este fim sómente*⁽⁸⁾. O fim era o de uma *Assemblea Britânica* que achavam por bem poder reunir-se nas casas do Marquês, à Rua das Duas Igrejas.

Depois de identificada a quase totalidade dos subscritores do documento confirma-se que se tratava de negociantes da praça de Lisboa. Alguns deles eram também, comprovadamente, membros da Feitoria Britânica⁽⁹⁾.

Contudo, e em rigor, esta iniciativa não se inscreve propriamente na história dessa instituição. Ao contrário do que tem sido admitido, aliás com reservas⁽¹⁰⁾, inclinamo-nos a pensar, diante de relatos dos efeitos do Terramoto, que existiu de facto uma casa onde se sediava a Feitoria⁽¹¹⁾. Mas os prejuízos provocados pelo sismo⁽¹²⁾; certa quebra do grande domínio até então exercido na praça da capital como reflexo da política pomalina de cerceamento de privilégios; e, sobretudo, o acentuado decréscimo nas importações de Inglaterra



1 – D. Pedro José António de Meneses (1713-1799),
4.º Marquês de Marialva

2 – Assinaturas dos «homens de negócio
de Nação Britânica»
João Berthon, Duarte Marshall
e João Diogo Stephens

João Berthon.
Duarte Marshall
João Diogo Stephens
1807

quando, a partir de c. 1760, a produção do ouro brasileiro caiu gravemente e a amoedação baixou⁽¹³⁾, explicam que não tenha sido viável a construção de novo edifício próprio. As principais funções de uma sede tiveram assim que se repartir por locais diferentes.

Na habitação do Cônsul realizavam-se os importantes encontros de trabalho dos homens de negócio, desde a época da contestação possível às medidas do Conde de Oeiras até à das Invasões Francesas. Mas outros espaços exigiam as horas de lazer e de convívio (onde o gosto da dança imperava), quer pela própria dimensão da colónia, quer pela relativa abertura de certas ocasiões, indo dos sectores mais mundanizados da aristocracia portuguesa⁽¹⁴⁾, até aos inúmeros visitantes que constantemente demandavam o porto de Lisboa.

Já na primeira metade do século se assistia a alguma anglicização de hábitos e de gostos, estimulada pelo regresso da rainha viúva D. Catarina de Bragança (1693) e, sobretudo, pelo auge do domínio comercial dos homens da «Factory» a partir do Tratado de Methuen (1703). Embora não podendo em geral concorrer com as dominantes culturais francesas e italiana, ela revelava-se em áreas significativas, fossem a do mobiliário civil⁽¹⁵⁾ ou a das maneiras dos casquilhos:

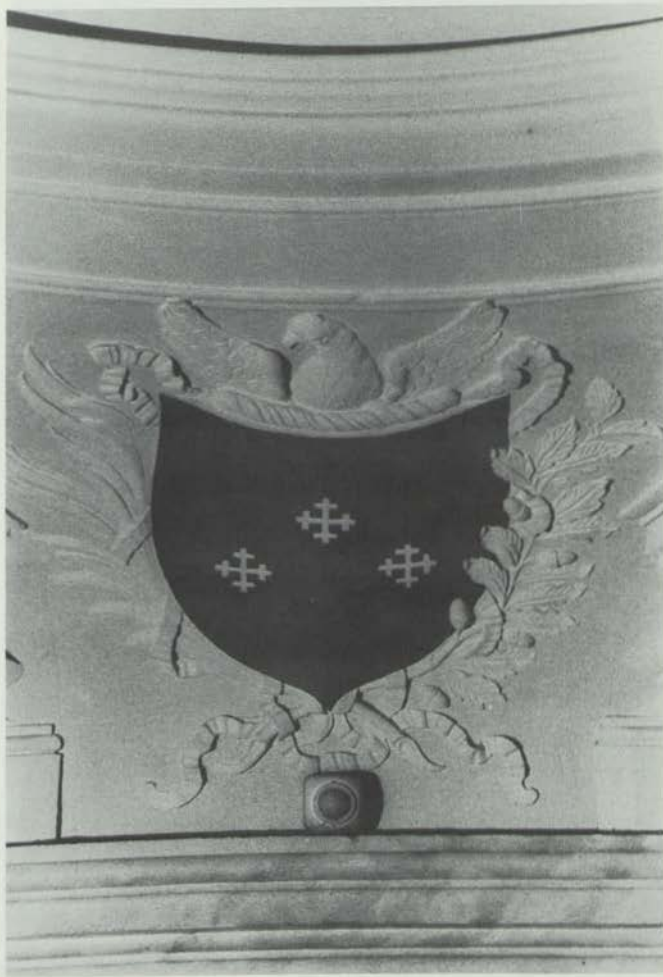
*Andar nas carruagens a correr;
polaina branca sempre ao cavalgar;
quanto ao trato, dever e não pagar;
quanto ao génio, ser tolo e não o crer;*

*de boleia ir as vezes que puder;
ter um mestre francês, só por se usar;
ir ouvir Missa às horas de jantar;
ao Amparo, e melhor se a não houver;*

*andar sempre de gesto carrancudo
mas aos coches cortês e conhecido;
dizer a tudo «guapo», «eres» a tudo;*

*com as damas adamado e derretido;
loquaz na asneira, em cousas sérias
[mudo;
isto é fidalgo moço inglês fundido]⁽¹⁶⁾.*

Após o Terramoto, a promoção pomalinalina dos interesses burgueses não se faz sem a dos valores, que se infiltram por múltiplas vias e atingem diversas esferas. Mesmo a do quotidiano doméstico, como, por exemplo, bem se conhece da biografia de Pedro António Correia Garção (1724-1772) com seus prazeres do chá, torradas e partidas de whist. Mas





Lady Hay, a esposa do Cônsul e Enviado⁽²⁰⁾. E no ano seguinte, com evidente sentido de oportunidade, era lançado um manual que se apresentava como obra muito útil, não somente para esta mocidade, que quer aprender a dançar bem, mas ainda para as pessoas honestas, e polidas, às quais ensina, as regras pra bem andar, saudar, e fazer todas as cortesias, que convém em as Assembleas adonde o uzo do mundo a todos chama⁽²¹⁾.

Nos começos da década de 1770 haveria pelo menos duas «casas de assembleia», cuja localização se ignora, ambas lideradas pelos homens da Feitoria⁽²²⁾. Mas muito pouco tempo depois essas duas sociedades ter-se-ão fundido, arranjando um conveniente *very large room*⁽²³⁾.

As outras comunidades, dirigidas pela francesa⁽²⁴⁾, subtraem-se então decididamente à hegemonia britânica; e vemos uma nova «Assembleia das Nações Estrangeiras» ocupar os 2.º e 3.º andares da casa de Bento José Dias Pereira Chaves, com fachada principal para a Travessa dos Gatos (defronte das traseiras do Palácio Mariaíva) e tornejando para as ruas da Horta Seca e do Loreto⁽²⁵⁾. Aí levou brilhante existência durante quase duas décadas, até que os efeitos da Revolução Francesa vieram alterar o seu equilíbrio interno. Dissolveu-se em 1793 e uma parte dos seus membros resolveu integrar-se na vizinha «Assembleia dos Ingleses»⁽²⁶⁾.

Esta dispunha já ca. 1774-75 (a ser correcta a informação que chegou a Twiss após a sua partida) de instalação apropriada, numa sala que se deverá considerar imediata precursora da sede da Rua do Alecrim. E conseguiu desenvolver as suas actividades de convivência e prazer mesmo sob a retracção dos costumes nos tempos da «Viradeira».

No Natal de 1780 um militar inglês, de passagem, apenas pôde aproveitar os bailes organizados quinzenalmente pelos membros da «Factory». Lamentava aquele capitão de infantaria que a *rigida piedade* da Rainha tivesse mandado encerrar todos os locais de diversão incluindo os teatros e até a ópera⁽²⁷⁾, o que bem poderia ter feito revolver nos túmulos os melômanos D. João V e D. José I...

Assim, esse foco de intensa vida social resistia, ainda quando os alto-burgueses nacionais já disputavam abertamente aos britânicos (e aos outros grandes negociantes estrangeiros) o grosso trato de importação-exportação. Senão

ainda no último quartel de Setecentos as forças mais conservadoras se apegavam a formas de sociabilidade acentuadamente tradicionais. Na «Assembleia do Salitre», espécie de clube sustentado por vários aristocratas, além de duas das diversões mais benquistas no reinado de D. José, o serão musical e a forte batota (que levou a um encerramento temporário em 1784), o principal atractivo eram os jogos de bola e de péla num recinto próprio⁽¹⁷⁾.

A primeira notícia que refere a existência de uma agremiação dançante confirma, pela responsabilidade do motivo em causa, o envolvimento dos britânicos no prestígio destas funções. Em Novembro de 1766 a «Assembleia das Nações Estrangeiras», estabelecida em casa do músico Pedro António Avendaño⁽¹⁸⁾, ao fim da Rua da Cruz, celebrava com grande baile e ceia o aniversário natalício do soberano inglês, cabendo o primeiro minuetto⁽¹⁹⁾ ao filho do Conde de Oeiras e a

4 - «(...) as duas grandes propriedades de casas que tenho (...)»

mesmo os procuravam prejudicar na solução dos seus assuntos e na manifestação visível do seu poder (veja-se como o «pombalino» Anselmo José da Cruz Sobral dificultou, nos fins dos anos 80, a aquisição de terrenos para construir o novo Hospital da Feltria) (20).

As obras que em 1783 decorriam na referida propriedade do Marquês de Marialva poderiam dar ainda mais cómoda resposta a tais florescentes reuniões recreativas, já que muito a recomendava a sua óptima localização (21). Recorde-se que a vida comercial dos ingleses, além de um núcleo às Pedras Negras e de algumas lojas dispersas na baixa reconstruída (ruas da Madalena, dos Fanqueiros, dos Douradores, de S. Julião, Augusta, Áurea), bordejava, com seus armazéns e escritórios, a zona portuária desde o Cais de Santarém e S. João da Praça, passando pelo Arsenal, até aos Remolares e Ribeira Nova; dos Remolares e de S. Paulo subia pelas ruas do Alecrim, Flores, Emenda e Chagas, constituindo aí um grande pólo que se alongava pelas ruas da Boavista, Formosa, do Caldeira, Fresca e de S. Bento; e, por excepção, encontravam-se alguns estabelecimentos ainda mais a oeste, na área sobretudo residencial de Buenos Aires e, até, nas Necessidades (22).

No final do mês de Agosto celebrou-se o contrato entre o procurador do Estribeiro-Mor e os mencionados João Berthon, Duarte Marshall e João Diogo Stephens. Coube a este último, bem conhecido irmão, sócio e sucessor do notável empresário que restabeleceu a Fábrica de Vidros da Marinha Grande (23), a elaboração do risco.

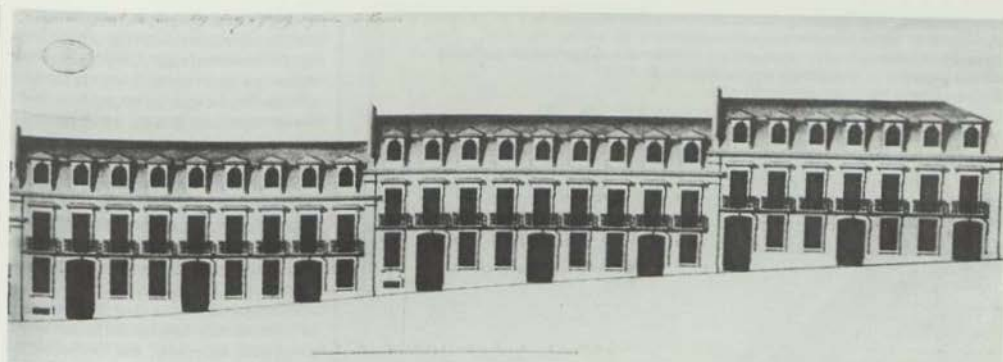
Esse trabalho, a verificação das obras já em curso e bem assim a negociação do clausulado, no que também J. D. Stephens teve acção decisiva (24), teriam gasto os cinco meses que medeiam entre aquela procuração e a assinatura do arrendamento.

O Marquês obrigava-se a mandar construir (...) em os dous andares da sua propriedade a acomodação para Assembleia da Nação Britânica. Em relação às fachadas determinava-se que haveria sete janelas para a Rua das Duas Igrejas, seis para a Travessa de S. José (25) e também sete para a Rua das Flores. Quanto às plantas, as exigências eram bastante explicitas: no nível terreo huma logea de duas portas de entrada, e huma janella, e huma logea interior com o xagão, e seus contiguos; no primeiro andar huma antecâmara, hum quarto para



6 - «(...) e Beco dos Apóstolos, que formam os dois lados de um largo chamado dos Stephens»





7 - Prospecto Geral da Rua das Duas Igrejas da parte do Poente

bilhar, huma caza para tomar o chá, huma sala para a dansa (...) com sua orquestra que deveria ter de pé direito os dous andares (...), huma caza para cartas, huma cozinha, e outros comodoss; no segundo andar, huma sala para a cêa do comprimento da frente das cazas, huma cozinha, e huma caza repartida de tabique com seu corredor; e em sima todo o mais vão com algum repartimento⁽²⁴⁾.

O contrato estipulava ainda que o proprietário se comprometia a reedificar, no prazo de um ano, suportando todas as despesas e respeitando os fins próprios, caso sobreviesse ruína; e que a renda não poderia baixar, mesmo que houvesse incêndio, risco, aliás, então ainda relativamente elevado⁽²⁵⁾. Fora do arrendamento ficavam algumas das lojas do rés-do-chão, exactamente as que se situavam por debaixo das tres salias principais, que D. Pedro José António de Meneses reservava para seu uso.

O «velho Marquês» (como lhe iria chamar Beckford) lograva pois, em vantajosas condições, aumentar o seu património imobiliário. Tal obra constituiu outro exemplo a somar ao já vasto quadro de novas edificações e trabalhos de ampliação, restauro ou valorização que desde os inícios do reinado de D. Maria I envolveu muitas das propriedades e residências da nobreza velha e de boa parte da grande burguesia mercantil⁽²⁶⁾. E, no plano mais restrito da poderosa família Mariaiva, cronologicamente se acerta com a intervenção do artista decorador Jerónimo de Barros Ferreira (1750-1803) no Palácio do Arco do Bom Sucesso⁽²⁷⁾, que haveria depois de passar aos Loulés; com a construção de um

bom prédio na Rua Direita do Loreto, entre a das Gáveas e a do Norte (no terreno que vimos ser comprado à Irmandade do Santíssimo) e em cujo primeiro andar, com dispensa de pagamento de renda, habitava o médico da família, notável homem de ciência e pai de Francisco Solano Constâncio⁽²⁸⁾; com o pavilhão da Quinta de S. Pedro, em Sintra, riscado nos meados dos anos 80 pelo francês Pillement para o primogénito Conde de Cantanhede⁽²⁹⁾; e ainda com a compra (c. 1797) do Palácio de Seteais aos herdeiros do cônsul holandês Daniel Guildemeester e o sequeite levantamento da fachada de «pendant» e do arco triunfal (1802)⁽³⁰⁾.

Quanto aos inquilinos, não há dúvida que souberam dar longa e intensa utilização a todas as salas. Em 1785 já as obras estariam terminadas, uma vez que nesse ano foi votada a oferta de uma placa de prata a João Diogo Stephens pelos membros da «Casa da Assembleia Inglesa» por ele ter alcançado do Marquês de Mariaiva, edifica-la na Rua do Alecrim⁽³¹⁾.

Quatro anos depois, festejando o restabelecimento de Jorge III, reuniram-se ali 600 convidados⁽³²⁾, o que mostra a sua excelente capacidade. Nestas ocasiões de excepção, pontificavam o corpo diplomático, altas patentes do exército português, figuras de topo da administração do reino e da capital, elementos da primeira nobreza. Mas nos bailes normais, no bem preenchido calendário do Outono-Inverno, também compareciam alguns portugueses, relacionados com os britânicos pelo trato comercial e pelos casamentos e mesmo certa nobreza que aí procurava respirar mundanidades mais

espontâneas que se contrapusessem ao ritualismo beático que emanava da Corte.

Estrangeiros das mais diversas nacionalidades eram igualmente bem acolhidos⁽³³⁾. Compreende-se assim que um guia turístico de Espanha e Portugal, publicado em Weimar em 1793, recomendasse sob a rubrica «espectáculos e festas» não perder «as assembleias e bailes da Feitoria Inglesa»⁽³⁴⁾.

Por outro lado, deve entender-se a comunidade britânica de Lisboa, nessa época, em toda a sua heterogeneidade: irlandeses refugiados por razões religiosas; oficiais que sob as ordens do general Townshend tinham vindo em 1762 integrar a reorganização do exército conduzida pelo Conde de Lippe e que, finda a guerra, viviam de magro soldo⁽³⁵⁾; especialistas do contrabando de ouro que o paquete transportava facilmente para Falmouth⁽³⁶⁾; alguns médicos⁽³⁷⁾, engenheiros, boticários, mestres de línguas ou de contabilidade e outros profissionais liberais⁽³⁸⁾; artifices variados⁽³⁹⁾ (carpinteiros, calafates, tanoeiros, ferreiros, fundidores, serralheiros, sapateiros, relojeiros, alfaiates, cabeleiros, modistas, espartilheiras, engomadeiras); pequenos comerciantes, com suas lojas de ferragens, hospedarias, tabernas, cafés, mercearias⁽⁴⁰⁾.

Um francês contemporâneo afirmava: «o inglês falido (...) vinha recuperar as suas perdas a Portugal; o irlandês, miserável na sua pátria, escapava à força em Londres para ir fazer fortuna a Lisboa»⁽⁴¹⁾. Descontemos a maledicência anglofoba e, principalmente, reconhecamos que casos de ascensão social, conjugando especiais qualificações técni-

8 — «Palácio» da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande (risco de J. D. Stephens?): a simplicidade das proporções, as colunas dóricas, o amplo e dominante frontão despojado e a preferência pelas janelas de guilhotina evocam aspectos da arquitectura anglo-palladiana do Porto, designadamente das duas cabeças-de-série (cf. fachada principal do Hospital de Santo António, John Carr, 1769; e fachada leste da Feitoria Inglesa, John Whitehead, 1785-1790)

cas, carácter forte e algum vento conjuntural favorável, como com os irmãos Guilherme e João Diogo Stephens, eram verdadeiramente excepcionais⁽²³⁾.

Fazia-se, é claro, selecção à porta da «Assembleia» da Rua do Alecrim para a qual os bilhetes de convite eram de prata...⁽²³⁾ E onde muitos humildes compatriotas gostariam de ter ido, em 2 de Fevereiro de 1801, ver de perto Sua Alteza Real o Príncipe Augusto Frederico, depois Duque de Sussex⁽²⁴⁾. Mas aí eram bem recebidas outras gentes, igualmente de nacionalidade britânica: as tripulações superiores dos navios mercantes, os militares que defendiam as terras (e, sobretudo, os mares) das ambições do inimigo francês, umas e outros vitais à prosperidade dos estabelecidos em Lisboa; essa elite de filhos-família e literatos cujas normas educativas impunham uma viagem ao Continente, muitas vezes um sedutor périplo mediterrânico; o pessoal diplomático; os abundantes espíões; aqueles que, por moda crescente, vinham passar o Inverno ao sol da sua favorita zona de Buenos Aires e, no Verão, dos seus excessos se refugiavam em Sintra ou Colares; e os que aqui, ou em trânsito para a Ilha da Madeira, acorriam na esperança de minorar a tísica.



Todavia, o tom era indubitavelmente dado pelos grandes comerciantes residentes que em 1796 mereceram de Robert Southey, algo puritano nos costumes e exigente quanto a convívio intelectual, definições tão ásperas quanto esta: «os ingleses de aqui são os mais incansáveis bailarinos e os mais inveterados jogadores de toda a Europa»⁽²³⁾.

Com a invasão das forças napoleónicas a «Assembleia da Nação Britânica» entra na sua última e difícil fase⁽²⁴⁾, até lhe suceder em 1819 na mesma sede uma instituição similar que, porém, mais interessa ao estudo do conturbado período de instauração do liberalismo⁽²⁵⁾.

O Tratado de 1810, que extinguiu a Feitoria⁽²⁶⁾, vibrou à sociedade dançante um rude golpe. O opressivo domínio de Beresford não favoreceu também o clima de tolerante convivência dos salões. Não obstante, os ingleses defendiam os seus hábitos.

Nos duros anos da guerra os portugueses não recebiam, sentindo-se já bem longínquo o novo-riquismo optimista das «assembleias» satirizadas por Correia Garção. Em contrapartida, à mínima possibilidade, o «Longroom» abria as portas para os seus animados bailes. Bem próximos, o Comissariado Britânico ocupava, entre 1809 e 1816, o palácio do Largo do Chiado que viria a ser de José Ferreira Pinto Basto⁽²⁷⁾ e o Hospital Militar Britânico instalara-se, desde Outubro de 1810, na casa que havia erguido o «Manteigueiro»⁽²⁸⁾. Os bravos oficiais compatriotas, em campanha na Península, podiam assim desfrutar, no prédio alugado à família Marialva, de amena companhia feminina, além de, obviamente, as cartas, os bilhares e o chá⁽²⁹⁾.

DOCUMENTO

1783, 30 de Agosto

Contrato de Arrendamento

«Em nome de Deos amen. Saibão quantos este instrumento de contrato de arrendamento, e obrigação virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos outenta e tres, aos trinta dias do mez de Agosto, nesta cidade de Lisboa, na Rua Direita do Arsenal Real da Marinha, e escritório de mim tabelião, aparecerão prezen-tes, a saber: de huma parte o Capitão Felix Pereira Rego, em nome, e como procurador do Illustrissimo, e Excelentissimo Marquez de Marialva Dom Pedro Jozé Antonio de Menezes, do Concelho

9 - «Assembleia Britânica» (1783), fachada principal. No piso térreo (entrada das «lojas» reservadas a uso do proprietário, Marquês de Marialva), bem como no andar nobre, é visível a fidelidade à Reconstrução pombalina (cf. EST. 7)





10 - «Assembleia Britânica», fachadas principal (antiga Rua das Duas Igrejas) e lateral (desaparecida Travessa de S. José). Com a abertura do Largo do Barão de Quintela esta face do edificio ganhou importância maior, recebendo benefícios oitocentistas que acusam a influência do corpo central do vizinho Palácio Farrobo (cachorros, frontão curvo, tipo de mansardas) — cf. EST. 13

da Raynha nossa Senhora, Gentil Homem da sua Camera, e seu Estribeiro Mór, e Thenente General dos seus Exercitos, por hum seu alvará de procuração que apresentou, reconheço ser verdadeiro, e ao diante hirá tresladado; e de outra parte João Berthon, morador nesta cidade no citio das Chagas, Duarte Marshall, morador no citio das Pedras Negras, e João Diogo Stephens morador no principio da Rua das Flores, todos tres homens de negocio de Nasção Britanica, per sy, e em nome dos mais assinantes homens de negocio da mesma Nasção, que estão assinados, e hão de assinar na obrigação, que tãobem se tresladará ao diante. E logo por elles partes nos nomes que representão foy dito perante mim tabellião, e testemunhas ao diante nomeadas estarem ajustados em o dito Illustrissimo e Excelentissimo Marquez de Marialva Estribeiro Mór mandar construir na sua propriedade que se está edificando de novo nesta cidade na Rua das Duas Igrejas, a acomodação para Assembleia da dita Nasção Britanica, em os dous andares da mesma propriedade, com sete janellas para a mencionada Rua das Duas Igrejas, seis janellas para a Travessa de São Jozé, e sete janellas para a Rua das Flores; e hade ter no plano terreo huma logea de duas portas de entrada, e huma janella, e huma logea interior com o xaguão, e seus contiguos: no primeiro andar huma antecamera, hum quarto para bilhar, huma caza para tomar o chá, huma sala para a dança de pé direito dos dous andares com sua orquestra, huma caza para cartas, huma cozinha, e outros comodos: no segundo andar, huma sala para a cea do comprimento da frente das cazas, huma cozinha, e huma caza repartida de tabique com seu corredor, e em sima todo o mais vão com algum repartimento. O que tudo sendo completamente acabado na forma do risco trassado pelo sobredito João Diogo Stephens de que entregou neste acto duas copias, huma ao procurador de Sua Excellencia, e outra que fica neste cartorio para a todo o tempo constar, principiará a vencer renda no primeiro semestre despois da entrega das chaves aos sobreditos João Berthon, Duarte Marshall, e João Diogo Stephens, que nos nomes que representão offerecem de aluger seiscentos mil reis cada anno por todo o dito edificio, do qual ficarão tão somente livres para Sua Excellencia as loges debaixo das tres salias principais, que não entrão neste arrendamento. O qual elles partes

celebrão pela prezente escritura na forma referida e com as mais condições seguintes: que ficará sendo invariavel para o termo de dez annos, sem que os rendatarios possam pedir abatimento algum na renda, ainda que haja insendio (o que Deos não permita) porque comtudo sempre pagarão os ditos seiscentos mil reis cada anno, metade pelo São João, e a outra metade pelo Natal na forma do costume; comtanto porem que no caso de ruina se torne a re-edificar, e a pôr no estado de poder servir tão sómente para o sobredito fim dentro de hum anno primeiro seguinte à custa e despeza do dito senhorio: que elles ditos João Berthon, Duarte Marshall, e João Diogo Stephens se obrigão por sy, e por suas proprias pessoas e bens presentes, e futuros à pronta satisfação da renda annual de seiscentos mil reis de todos os ditos dez annos, que hão de pagar às meyas pagas costumadas ao dito senhorio sem falta, nem duvida alguma depois de se lhe entregarem as chaves do referido edificio como dito fica; e esta obrigação fazem todos tres juntamente, e cada hum in solidum pelo todo, e como fiadores, e principais pagadores cada hum dos outros: que elles João Berthon, Duarte Marshal, e João Diogo Stephens, tomão o dito edificio de arrendamento não só em seus nomes, mas tãobem nos nomes dos sobreditos assinantes, que se obrigãõ a indemnizalos, por ser para a Assembleia da sua Nasção Britanica como no papel abaixo tresladado se declara. E por elle Felix Pereira Rego foy dito, que asseita esta obrigação e arrendamento para o dito Illustrissimo e Excellentissimo Marquez de Marialva seu constituinte, e o obriga a que pelo que lhe toca cumprirá este contrato. E todos outorgão responder por todo o aqui contheudo nesta cidade de Lisboa perante as justicas a que se requerer o cumprimento desta escritura para o que renuncião juro de seu foro, domicilio, e os mais privilegios que em seu favor alegar possam. Em testemunho de verdade assim o outorgarão, pedirão, e asseitarão, e eu tabelião por quem tocar auzente e a procuração, e papel de que se faz menção he do theor seguinte, Dom Pedro José Antonio de Menezes Marquez de Marialva, do Concelho da Raynha minha Senhora Gentil Homem da sua Camera, e seu Estribeiro Mór, Thenente General de seus Exercitos, etta. Pelo prezente meu alvará de procuração, dou poder a Felix Pereira Rego, para que por ordem, e em meu nome possa outorgar, e assinar

humã escritura de contrato que celebrou com a Nasção Britanica a respeito do arrendamento que me fazem da caza para a sua Assamblea, que se hade formalizar na minha propriedade que se está edificando na Rua das Duas Igrejas conforme o risco trassado pelo Senhor João Diogo Stephens, e com as cazas que se hão de declarar na mesma escritura, obrigando-se a dita Nasção a dar-me de renda em cada hum anno seiscentos mil reis por tempo de dez annos pagos em dons semestres de cada hum dos mesmos annos, sem que da dita renda possam pedir abatimento algum, ainda que haja insendio, comtanto porem que da minha parte se re-edifique a dita caza dentro de hum anno, capaz de servir para a dita Assamblea, e com as mais clauzulas, e condições que o dito meu procurador quizer estipular, e forem precisas para validade e firmeza do dito contrato, o que tudo haverei por firme, e valioso. Belem vinte e outo de Agosto de mil e setecentos outenta e tres, Marquez Estribeiro Mór, Alvará de procuração, que Vossa Excelencia mandou fazer a Felix Pereira Rego, para o effeito que nele se declara. Para Vossa Excelencia ver, Nós abaixo assinados homens de negocio da Nasção Britanica, nos obrigamos cada hum pela quantia que nos tocar de indemni-

11 - «Assembleia Britânica»,
fachadas lateral e posterior
(Rua das Flores).

Note-se a semelhança da balaustrada
como a da «bela e grande casa» (LINK)
da Fábrica da Marinha Grande
(cf. EST. 8)



zar, e resarcir aos Senhores João Berthon, Duarte Marshall, e João Diogo Estephens de todo, e qualquer prejuizo que lhes podem resultar do ajuste que fazem com o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquez de Marialva a respeito de cazas para huma Assamblea Britanica, na Rua das Duas Igrejas, para a qual conviemos em pagar seiscentos mil reis do aluguel annual, ficando valido este ajuste por dez annos certos: E recomendamos aos nossos successores a continuação deste estabelecimento depois de findado o referido prazo, em attenção ao edificio ser construido para este fim sómente. Lisboa dezanove de Março de mil e setecentos outenta e tres, Thomaz Mayne, Gualter Groset, João King, Guilherme Lucas, João Turner, João Bell, Timotheo Goodall, Diogo Brander, Duarte Joyse, Henrique Galwey, Guilherme Tonkin, Duarte Power, Daniel João Hoissard, Ricardo Amies, João Theodoro Koster, Benjamin Harrison, Ricardo Sealy, Thomaz Coppendale, João Elias Perrochon, Guilherme Davenport, David Bouden, Carlos Newman, Pedro Travers, João Horton, Alexandre Brander, Jediah Stephens, Thomas March, João Skeys, Jorge Warden, Daniel Parminter, João Montgomery, Duarte Mayne, Roberto Noble, E tresladados os concertey com os proprios a que me reporto: E o dito assinado de indemnização, o torney a entregar ao dito João Diogo Estephens, por quem se acha assinado o risco de que assim se faz menção, que fica neste cartorio com o alvará de procuração de Sua Excelencia. E forá testemunhas presentes Elias dos Santos Sharps morador em Alcantara, e Jozé Antonio Alegre mestre de obras do officio de carpinteiro morador em Bellem, que nesta nota assinarão com elles partes, a quem conheço, e dou fé serem os proprios aqui contheudos: e eu Bartholomeu Angelo Escopez tabellião o escrevy, Felix Pereyra Rego, Elias dos Santos Sharps, João Berthon, Duarte Marshall, João Diogo Stephens, Jozé Antonio Alegre».

(A.N.T.T., *Cartório Notarial n.º 1*, Maio 129, Livro «6 de Agosto de 1783 — 31 de Outubro de 1783», fls. 27-28 v.).

NOTAS

(¹) GUIMARÃES, J. Ribeiro — *Summario de Vana Historia. Narrativas, Lendas, Biographias, Descrições de templos e monumentos. Estab-*

licas, Costumes civis, politicos e religiosos de outras eras, vol. 5, [Lisboa], 1875, [ed. Autor], pp. 194-212.

(²) CASTILHO, Júlio de — *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, 3.ª ed. (rev. e anot. por Gustavo de Matos Sequeira), vol. 2, Lisboa, Câmara Municipal, 1955, pp. 76-91.

(³) SEQUEIRA, Gustavo de Matos — *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a história da cidade*, vol. 1, Lisboa, Câmara Municipal, 1939, pp. 309-311 e SILVA, Augusto Vieira da — *A cerca fernandina de Lisboa*, vol. 1, Lisboa, Câmara Municipal, 1948, pp. 177-178.

(⁴) GUIMARÃES, J. Ribeiro — *Ob. cit.*, vol. 5, p. 199.

(⁵) Admitido como membro da Feitoria em 6 de Maio de 1767 — cf. WALFORD, A. R. — *The British Factory in Lisbon & its closing stages ensuing upon the Treaty of 1810*, Lisbon, Instituto Britânico em Portugal, 1940, p. 72. Seria, em rigor, um anglo-português: «(...) I see all the English going, and numbers of them born here — indeed the Wives and Children of most famlyts that are going are natives of this Country — (...) Berthon and all his family are born here — in short vast numbers (...)» — cf. HIPWELL, H. Hallam — *Lisbon on the eve of invasion. As seen in unpublished letters of a local merchant-banker of 1807*, in «Third Annual Report & Review», Lisbon, The Historical Association-Lisbon Branch, 1939, p. 169. Em 1783 residia as Chagas (cf. APÊNDICE) onde tinha também o seu estabelecimento (cf. *Almanach para o anno de 1787*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, p. 198), o qual mudou depois para as Pedras Negras (cf. *Almanach...*, 1792, p. 350) e, mais tarde ainda, para a Rua do Alecrim (cf. *Almanach...*, 1798, p. 373).

(⁶) Morava em 1783 no cílio das Pedras Negras — cf. APÊNDICE.

(⁷) Vd. *infra* nota 31.

(⁸) A.N.T.T., *Cartório Notarial n.º 1*, Maio 129, Livro «6 de Agosto de 1783 — 31 de Outubro de 1783», fls. 27-28v. — vd. APÊNDICE.

(⁹) Dos trinta e seis sócios da «Assembleia» apenas no tocante a Alexandre Brander, Benjamin Harrison, Daniel João Hoissard, Thomaz Mayne e Pedro Travers não apurámos qualquer nota que seguramente se lhes reportasse (para o efeito, não atendemos a que os apelidos «Harrison» e «Mayne» surgem em firmas da época, nem a que Alexandre B. seria presumivelmente irmão ou teria outro próximo parentesco com o bem identificado Diogo Brander, o mesmo sucedendo entre Pedro T. e um João Baptista Traverso estabelecido à Ribeira Nova, etc.).

Sobre os restantes encontram-se escassas referências apud: *Almanach...*, 1787, pp. 194-199 e 201; HARBY, H. V. — *Thomas Parr. British merchant & member of the «Factory»*, Lisbon: 1734-1783, in «Third Annual Report...», 1939, p. 165; HIPWELL, H. Hallam — *Art. cit.*, p. 187; WALFORD, A. R. — *Ob. cit.*, pp. 71-72 e 104; S/A — *List of British Merchants in Lisbon (extracted from the Lisbon «Almanach» of 1788, 1789, 1790, & 1791, translated)*, in «Tenth Annual Report & Review», Lisbon, The Historical Association-Lisbon Branch, 1946-1950, p. 664; GUERRA, Luis de Bivar — *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro*, em 1759, Lisboa, Arquivo do



J.P.A.L. lith. em 1838

Off. Lg. do Conde Barão N.º 23

UMA ASSEMBLÉIA EM 1834.

Tribunal de Contas, 1952, pp. 72, 117, 319, 402 e 403; THORNTON, Grace — *The Stephens Brothers and Marinha Grande*, in «British-Portuguese Chamber of Commerce — Monthly Magazine», Lisbon, vol. 2, n.º 6, October 1969, p. 256; BARROS, Carlos Vitorino da Silva — *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande, II Centenário. 1769-1969*, Lisboa, Fábrica Escola Irmãos Stephens, 1969, pp. 30-32; e NORRIS, A. H. — *The British Hospital in Lisbon*, 2.ª ed., Lisbon, The British Historical Society of Portugal, 1983, pp. 9 e 29.

A testemunha Elias dos Santos Sharps residia em Alcântara — cf. APÊNDICE.

(10) WALFORD, A. R. — *Ob. cit.*, pp. 77-81. Note-se, porém, que do Arquivo da Feitoria apenas chegou até nós documentação cobrindo o período 1786-1826 — cf. NORRIS, A. H. — *Ob. cit.*, p. 3.

(11) GUIMARÃES, Jorge — *O terramoto de 1755 visto por testemunhas inglesas*, in «História», Lisboa, n.º 36-37, Outubro-Novembro de 1981, p. 46.

(12) FRANÇA, José-Augusto — *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 2.ª ed., Lisboa, Bertrand, 1977, pp. 66-67.

(13) GODINHO, Vitorino Magalhães — *Prix et Monnaies au Portugal. 1750-1850*, Paris, Armand Colin, 1955, pp. 254-258; MACEDO, Jorge Borges de — *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, 2.ª ed., Lisboa, Quercro, 1982, pp. 187-188; e FISHER, H.E.S. — *De Mathuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*, Lisboa, Gradiva, 1984, pp. 68-80.

(14) Há que distinguir entre a frequência ordinária das «Assembleias», reservada aos sócios, e os grandes bailes sazonais, com ceia, onde a

12 — A «Assembleia dos Ingleses» foi precursora das Sociedades Recreativas que, ao lado da intensa animação de alguns salões particulares, se multiplicaram após a paz liberal

nata da sociedade lisboeta não podia faltar. Diz CARRÈRE: «(...) les Portugais en étoient exclus: les abonnés s'y réunissoient tous les soirs; on y conversoit; on y jouoit aux cartes, au billard; on y trouvoit les papiers publics des différentes parties de l'Europe; on y distribuait tous les jours des rafraichissemens à ceux qui en demandoient, de l'orgeat, de la limonade, du punch, du café, du thé; on y donnoit à danser une fois toutes les semaines pendant l'hiver aux dames des abonnés et à celles du corps diplomatique; on donnoit encore trois fêtes tous les ans, bal paré, souper, rafraichissemens pendant toute la nuit; on invitoit à ces fêtes les dames des abonnés, beaucoup de dames de la cour, celles du corps diplomatique, et celles des consuls des différentes puissances; les étrangers étoient admis gratis dans ces maisons d'assemblée pendant les trois premiers mois de leur séjour à Lisbonne» — cf. [CARRÈRE, Joseph-Barthélemy-François] — *Voyage en Portugal, et particulièrement à Lisbonne, ou Tableau Moral, Civil, Politique, Physique et Religieux de cette Capitale*, Paris, chez Deterville, 1798, pp. 74-75.

(¹⁵) Cf., *inter alia*, SYMONDS, R. W. — *English Eighteenth Century Furniture exports to Spain and Portugal*, in «The Burlington Magazine», London, February 1941, pp. 57-60; SANTOS, Reynaldo dos — *Duas Palavras...* in «Exposição de Arte Decorativa Inglesa» (Catálogo), Lisboa, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 1958, pp. 7-8; PINTO, Maria Helena Mendes — *Signed and Dated Examples of Eighteenth-century Portuguese Furniture*, in «Apollo», London, vol. 97, n.º 134, April 1973, p. 418; IDEM — «Móveis», in *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV-XVIII* (Catálogo), Lisboa, M.N.A.A., 1979, pp. 63-64.

(¹⁶) Soneto anónimo datável dos princípios do reinado de D. João V — cf. CASTILHO, Júlio de — *Ob. cit.*, vol. 2, pp. 180-181.

(¹⁷) TINOP [João Pinto de Carvalho] — *Lisboa de Outrora*, vol. 2, Lisboa, «Amigos de Lisboa», 1939 (ed. póstuma, rev. e anot. por G. de M. Sequeira e Luiz Pastor de Macedo), pp. 122-123.

(¹⁸) Contratado a peso de ouro pela rainha Mariana Vitória, era em 1765 primeiro violino da Real Câmara e no ano seguinte surge referido como «professor de música de Sua Magestade»; Twiss pôde apreciar, em 72, o êxito dos minuetes que compunha — cf. TWISS, Richard — *Travels through Portugal and Spain, in 1772 and 1773*, vol. 1, London, printed for the Author, and sold by G. Robinson, T. Becket, and J. Robson, 1775, p. 3; DANTAS, Júlio — *O Amor em Portugal no Século XVIII*, Porto, Lello & Irmão, 1916, pp. 322-323; e COSTA, Mário — *Danças e Dançarinos em Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1962, p. 113.

(¹⁹) Sobre as danças de salão em voga no último terço do séc. XVIII e na primeira década do seguinte vd. CASTILHO, Júlio de — *Ob. cit.*, vol. 2, pp. 200-201; TINOP — *História do Fado*, 2.ª ed., Lisboa, Dom Quixote, 1982, pp. 23-25; e COSTA, Mário — *Ob. cit.*, p. 112 *et passim*.

(²⁰) TINOP — *Lisboa de Outrora*, vol. 2, p. 119. Edward Hay era já Cônsul na época do terramoto, vindo a servir também como Enviado entre 1757 e 1767 — cf. WALFORD, A.R. — *Ob. cit.*, p. 31; BOXER, C.R. — *Some contemporary reac-*

tions to the Lisbon earthquake of 1755, in «Revista da Faculdade de Letras», Lisboa, 2.ª série, vol. 22, 1956, pp. 115-116 e 122-124; e MA-CAULAY, Rose — *The went to Portugal*, 2.ª ed., Harmondsworth, Penguin Books, 1985, pp. 277-282.

(²¹) No frontispício de BONEM, Natal Jácome — *Tratado dos principais fundamentos da dança*, Coimbra, 1767, cit. apud COSTA, Mário — *Ob. cit.*, p. 295.

(²²) «Esta noite há baile no Long Room» — carta de Gaubier de Barrault, engenheiro militar francês ao serviço de Portugal, dirigida em 4 de Fevereiro de 1771 ao seu íntimo amigo Henrique José de Carvalho e Melo, 2.º Conde de Oeiras e Presidente do Senado da Câmara, então ausente de Lisboa, parcialmente publ. apud DANTAS, Júlio — *Lisboa dos nossos avós*, 2.ª ed., Lisboa, Câmara Municipal, 1969, p. 272. Três dias depois, uma outra idêntica carta menciona a «nova assembleia de baixo» — cf. TINOP — *Lisboa de outrora*, vol. 2, p. 123.

A informação de Twiss é preciosa, por pormenorizar a estação, a periodicidade, o custo da assinatura, a frequência por parte dos britânicos em trânsito e dos portugueses nobres: «There are two long rooms, where the British factory assemble twice a week, during the winter, to dance and play at cards (...) Any British stranger who does not intend to reside six months in Lisbon is admitted gratis to these assemblies; but the subscription for the inhabitants is seven moedores for each room (...) During the course of the Winter there are four grand balls, with suppers; to which many of the Portuguese nobility are invited» — cf. TWISS, Richard — *Ob. cit.*, p. 3.

(²³) Cf. TWISS, R. — *Ibidem*.

(²⁴) Segundo CARRÈRE, juntaram-se aos Franceses: «les Suisses, les Brabançons, les Flamands, les Liégeois, les Allemands et les Hollandois» — cf. *Ob. cit.*, p. 75.

(²⁵) Já ocupava essa sede em 1775 — cf. TINOP — *Lisboa de Outrora*, vol. 2, p. 120.

(²⁶) [CARRÈRE, J.-B.-F.] — *Ob. cit.*, p. 75 e TINOP — *Lisboa de outrora*, vol. 2, pp. 121-122.

(²⁷) CROKER, Richard — *Travels through several provinces of Spain and Portugal*, London, printed for the Author and sold by J. Robson, T. Payne, Cadell & Davis, and Rivingtons, 1799, pp. 277-278.

(²⁸) NORRIS, A.H. — *Ob. cit.*, p. 20.

(²⁹) A «Assembleia da Nação Britânica» (simplicadamente conhecida por «Assembleia Inglesa» e por vezes designada apenas por «Longroom») sucede nas mesmas instalações, em 1819, a «Assembleia Estrangeira» — então fundada por quinze negociantes de várias nacionalidades mas em cujas direcções se destacaram ainda alguns britânicos. As suas actividades correntes (reuniões diárias dos sócios, com leitura das gazetas e uso de refrescos, exercício de jogos permitidos e bailes públicos semanais, desde Novembro até à Páscoa) confirmam o enraizamento dos hábitos lançados pelos homens da «Factory», como nos informou Twiss em 1772 (vd. *supra* nota 22). Depois da paz liberal irão passar por aqueles salões a «Academia Filarmónica de Lisboa», a «Academia Real dos Professores de Música», o «Clube Recreação Familiar» e uma associação política, o «Centro Progressista»



(cf. TINOP — *Lisboa de outrora*, vol. 2, pp. 126, 135, 142 e 149-150), numa sequência ininterrupta que comprova a muito boa localização, a ampla capacidade e a excelente resposta que continuava a dar o risco de João Diogo Stephens às especiais funções musicais e dançantes.

(⁶⁹) Vd. *Almanach... 1787*, pp. 193-202 e *List of British Merchants...* pp. 663-664.

(⁷¹) Vd. a biografia de João Diogo Stephens (1748-1825) no bem documentado estudo de BARROS, Carlos Vitorino da Silva — *Ob. cit.*, pp. 27-32. Quando D. Maria I, pelo alvará de 11 de Dezembro de 1780, confirmou e ampliou as condições da licença pombalina de 1769, já João Diogo era sócio da manufactura vidreira — cf. VALENTE, Vasco — *O Vidro em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1950, pp. 163-168; BARROS, C.V. da Silva — *Ob. cit.*, pp. 55-59 e 261-263; e ALMEIDA, Luís Ferrand de — *A Fábrica de Vidros da Marinha Grande em 1774*, in «*Revista Portuguesa de História*», Coimbra, vol. 18, 1980, p. 302.

(⁷²) Cf. BARROS, C.V. da Silva — *Ob. cit.*, p. 31.

(⁷³) Arterial de ligação entre a Rua do Alecrim e a Rua das Flores, desaparecida quando, no princípio do séc. XIX, Joaquim Pedro Quintela comprou terrenos e barracas fronteiras ao seu palá-

cio, fez o terrapleno e doou à Câmara o largo assim formado, que por isso recebeu o nome de «Barão de Quintela», designativo já em uso pelo menos desde finais de 1801 — cf. CASTILHO, Júlio de — *Ob. cit.*, vol. 2, pp. 114-115 e *Almanach... 1802*, p. 441.

(⁷⁴) Cf. APÊNDICE.

(⁷⁵) Cf. o cap.º A acção de Mateus da Costa, a criação do lugar de Inspector e a regulamentação dos aguadeiros, capatazes e cabos (1787 a 1805), in ANDRADE, Ferreira de — «Lisboa e os seus serviços de incêndios. Vol. I [e único publ.]: 1395-1868», Lisboa, Câmara Municipal, 1969, pp. 71-98.

(⁷⁶) FRANÇA, José-Augusto — *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2.ª ed., vol. I, Lisboa, Bertrand, 1981, pp. 167-180.

(⁷⁷) GUIMARÃES, Alfredo — *Um pintor do século XVIII*, in «*Revista de Guimarães*», Guimarães, vol. 35, 1925, p. 87. Note-se que o «Marquês Estrebeiro-Mor», D. Pedro José António (1713-1799), morava «em Belém» [Quinta da Praia] — cf. *Almanach... 1785*, p. 165; e o seu primogénito D. Diogo José Vito (1739-1803), Conde de Cantanhede, havendo-lhe sido confirmado o título de «Marquês de Marialva» em 1785 (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *et alii* —

Nobreza de Portugal e do Brasil, 2.^a ed., vol. 2, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1984, p. 724), é por ele nomeado e dado como residente «ao Bom-Sucesso» no *Almanach... 1787*, p. 47.

(⁸³) CASTRO, Augusto de — *A bibliotheca do professor Constanção em 1793*, in «Arquivos de História da Medicina Portuguesa», Porto, nova série, 9.^o anno, 1918, n.^o 1, p. 53.

(⁸⁴) COSTA, Francisco — *Beckford em Sintra no Verão de 1787. Narrativa literária seguida de: História da Quinta e Palácio do Ramalhão*. Sintra, Câmara Municipal, 1982, pp. 21-28 e 89-96.

(⁸⁵) AZEVEDO, José Alfredo da Costa — *Velharias de Sintra — I*, Sintra, Câmara Municipal, 1980, pp. 89-98; COSTA, Francisco — *Ob. cit.*, pp. 44-45 e 97-103; e STOOP, Anne de — *O Palácio de Seteais*, in «Mundo da Arte», Coimbra, n.^o 7, Junho de 1982, pp. 15-18.

(⁸⁶) Vd. o testamento de J.D. Stephens (1825) apud BARROS, C.V. da Silva — *Ob. cit.*, p. 31.

(⁸⁷) TINOP — *Lisboa de Ourora*, vol. 2, p. 124.

(⁸⁸) [CARRÈRE, J.-B.-F.] — *Ob. cit.*, p. 76.

(⁸⁹) REICHARD, Hans Ottokar (ed.) — *Guide d'Espagne et du Portugal*, 1793, 2.^a éd., Paris, Editions de la Courtille, 1971, p. 8.

(⁹⁰) As suas amargas queixas foram a principal base do livro de DALRYMPLE, Major William — *Travels through Spain and Portugal in 1774; with a short account of the Spanish Expedition against Algiers in 1775*, Dublin, 1777.

(⁹¹) BOXER, C.R. — *Art. cit.*, p. 115.

(⁹²) Após o Terramoto, com os géneros e o dinheiro do auxílio inglês vieram também alguns médicos e aprendizes de cirurgia para ajudarem no tratamento dos feridos — cf. WEST, S. George — *O terramoto de 1755 e os seus reflexos na Grã-Bretanha*, in «Diário de Lisboa», de 31 de Outubro de 1955, p. 2.

(⁹³) Cf. ESTORNINHO, Carlos — *O Terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas (Índícios de influência inglesa na política de recuperação e de reconstrução seguida por Pombal)*, in «Revista da Faculdade de Letras», Lisboa, 2.^a série, vol. 22, n.^o 1, 1956, p. 204.

(⁹⁴) Para trabalharem na reconstrução da capital portuguesa foram contratados na Inglaterra e na Irlanda cerca de 3000 artífices e operários — cf. WEST, S. George — *Art. cit.*, p. 2.

(⁹⁵) Cf. ESTORNINHO, Carlos — *Art. cit.*, p. 204 e MACEDO, Jorge Borges de — *Ob. cit.*, p. 95.

(⁹⁶) *Cit. apud AZEVEDO, J. Lúcio de — O Marquês de Pombal e a Sua Época*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1922, p. 209.

(⁹⁷) MACEDO, Jorge Borges de — *Ob. cit.*, p. 95.

(⁹⁸) TINOP — *Lisboa de Ourora*, vol. 2, p. 126.

(⁹⁹) RUDERS, Carl Israel — *Viagem em Portugal, 1798-1802*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, pp. 173-174. Alguns breves dados do consciencioso pastor sueco confirmam, no essencial, o que sabemos desde, pelo menos, 1772: «(...) o chamado Longroom, uma espécie de clube dos ingleses aqui residentes, mas de que podem fazer parte quaisquer outros estrangeiros de boa posição, mediante o pagamento de 80 cruzados pelo tempo que vai do mês de Novembro ao principio da Quaresma. Os viajantes que se não demoram, no país, mais de seis se-

manas, são isentos de quotização e têm entrada livre, logo que uma vez foram apresentados. As pessoas pertencentes ao corpo diplomático não pagam nada».

(¹⁰⁰) Cf. CABRAL, Adolfo de Oliveira — *Southey e Portugal, 1774-1801. Aspectos de uma biografia literária*, Lisboa, Papelaria Fernandes, 1959, p. 166.

(¹⁰¹) Muito provavelmente verificou-se um encerramento, temporário, na imediata sequência da 1.^a invasão — cf. HIPWELL, H. Hallam — *Art. cit.*, p. 188.

(¹⁰²) *Cf. supra* nota 29.

(¹⁰³) WALFORD, A. R. — *Ob. cit.*, pp. 85-96 e WILLIAMS, H. Fullord — *The last days of the British Factory at Lisbon*, in «Seventh Annual Report & Review», Lisbon, The Historical Association-Lisbon Branch, 1943, pp. 466-479.

(¹⁰⁴) TINOP — *Lisboa de Ourora*, vol. 2, p. 146.

(¹⁰⁵) IDEM — *Lisboa d'outros tempos*, vol. 1 («Figuras e scenas antigas»), Lisboa, Livraria de António Maria Pereira-Editor, 1898, p. 181.

(¹⁰⁶) ELLIOT, William Granville — *A treatise on the defence of Portugal, with a military map of the country; to which is added, a sketch of the manners and customs of the inhabitants, and principal events of the campaigns under Lord Wellington*, London, T. Egerton, 1811, p. 189.

TÁBUA DAS ILUSTRAÇÕES

1) Desenho de Domingos António de Sequeira — Gravura a água-forte de Gregório Francisco de Queiroz (c. 1798). Colecção Sociedade Martins Sarmento (Guimarães).

2) A. N. T. T., *Cartório Notarial n.^o 1*, Março 129, Livro «6 de Agosto de 1783 — 31 de Outubro de 1783», fl. 28 v. — cf. APÉNDICE.

3) Estuque pintado. Sobreporta do «Palácio», Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande.

4 a 6) Casas de Guilherme e João Diogo Stephens (c. 1772), que serviam também de armazéns e depósitos da sua empresa — cf. BARROS, C. V. da Silva — *Ob. cit.*, p. 252.

7) Desenho a tinta-da-china, com aguada. Arquivo Histórico Municipal — cf. (MOITA, Írisalva) — *Lisboa e o Marquês de Pombal. Exposição* (Catálogo), vol. 2, Lisboa, Museu da Cidade, 1982, p. 64, n.^o 151.

8) Fachada principal da residência dos Stephens na Marinha Grande.

9) Sede da «Assembleia Britânica», entre c. 1783 e 1819. R. do Alecrim.

10) Idem. Gaveto da Rua do Alecrim e Largo Barão de Quintela.

11) Idem. Gaveto do Largo Barão de Quintela e Rua das Flores.

12) Litografia de Joaquim Pedro Aragão (1838). Colecção Biblioteca Nacional.

13) Inauguração do monumento a Eça de Queirós, in jornal «Mala da Europa» (Lisboa), n.^o 405, de 15 de Novembro de 1903, pág. 1. Colecção Biblioteca Pública Municipal do Porto.

* Este texto teve por origem a comunicação que apresentámos ao «COLÓQUIO COMEMORATIVO DO 6.^o CENTENÁRIO DO TRATADO DE WINDSOR», realizado de 15 a 18 de Outubro de 1986 na Faculdade de Letras do Porto, sob organização do seu *Instituto de Estudos Ingleses*.

A AULA DO COMÉRCIO DE LISBOA

IV – DOS PROGRAMAS AOS EXAMES

(CONTINUAÇÃO)

Instalada a Junta do Comércio no «corpo entalado entre a rua Augusta e a rua Aurea», ficou «a Aula do mesmo comercio (...) à parte do Norte do mesmo corpo, com face para a rua nova d'El Rey, e no pavimento debaixo della as cazas e loges de aluguer (...) e por cima da mesma Aula (...) na mesma frente do Norte, os seus mezaninos e agos furtadas (...)».

Dado que «as cazas e loges de aluguer» se situavam no 1.º andar e no piso térreo, a sala da Aula era no 2.º andar do edificio hoje ocupado pelo Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa; tinha 5 janelas para a actual Rua do Comércio e 2 para a Rua Augusta. Nestas instalações funcionou de Janeiro de 1769 a Abril de 1777 e de finais de 1796 (provavelmente) a Junho de 1821.



Da imposição de assiduidade e pontualidade naturalmente transitamos para as outras regras que se pretendia orientassem a vida escolar e para um importante elemento da vida da escola, que acima vimos referenciado, a propósito da marcação do ponto, o porteiro.

Vejam os que foi possível encontrar quanto às suas funções e quanto aos diversos indivíduos que se sucederam no cargo.

Durante alguns anos foi o porteiro da Junta, José dos Santos Leal, que, cumulativamente, desempenhou as funções de guarda da Aula⁽⁷⁾, até que, em 1762, foi este lugar provido. Deste provimento e dos motivos que a ele levaram nos informa aviso dirigido em 9 de Agosto de 1762 pela Secretaria da Junta aos «Lentes das Aulas do Commercio, e de Lingua Franca»: «A Junta (...) havendo entendido que as repetidas inquietações, e escandalozos disturbios, com que alguns dos Assistentes da Aula do Commercio se tem feito considerar indignos da confiança que a mesma Junta tem feito dos seus procedimentos, devem ser cohibidas por aquele mesmo modo, com que se costumão tratar as Escollas, aonde a sizudez, gravidade, e estudo, se deve ao temor do castigo: Tem nomeado hum Guarda, que tambem servirá de Continuo, para que, estando sempre pronto ao serviço das Aulas, e para executar os castigos, que a VM.^a parecerem competentes, se haja de conseguir, por medo, aquella quietação, sossego, e aplicação, que nos Estatutos da mesma Aula se recomendarão aos seus Assistentes, e não se duvida haverse conseguido da sua mayor parte»⁽⁸⁾.

Ganhava o guarda 120\$000 anuais, vencimento que se mantinha em 1771. Era ele neste ano, não sabemos se desde 1762, Manuel Nunes⁽⁹⁾ e nestas funções se manteve pelo menos até 10 de Julho de 1780⁽¹⁰⁾.

Em 8 de Agosto de 1782 «se passou Provimento p. tempo de tres annos p.^a Guarda e Continuo da Aula do Commercio» a Manuel Francisco⁽¹¹⁾. É talvez este porteiro que em 1785 se queixa de que vários alunos «o tinham insultado, atirando-lhe com Bolas de Papel em occasião que fóra acommetido de hum profundo somno no Banco, que dentro na mesma Aula tem para estar asentado»⁽¹²⁾ (decidiu a Junta ordenar ao porteiro «que haja de tomar lugar fora da Porta da mesma Aula, como se pratica em todas, e se praticou nella, em quanto se não fez o abuzo de se assentar da parte de dentro: 45

Advertindo-o juntamente de que se deve conter de se embaraçar com os Aulistas, os quaes devem só ser reprehendidos pelo seu lente» (81).

Talvez nos últimos anos do séc. XVIII, Joaquim Manuel dos Santos Leal, sendo continuado da Junta, «fora nomeado Porteiro da (...) Aula do Commercio, que servira com actividade em quanto durara o impedimento da molestia do seu respectivo Porteiro» (82). Ainda que isso não possa ser indicado como provável, é admissível que o porteiro doente fosse Manuel José Lopes, nomeado para o cargo em 4 de Janeiro de 1797. Para serventário do lugar foi nomeado em 8 de Maio de 1813 José Maria Lopes, filho do precedente, que como proprietário é já indicado nos almanques para anos entre 1814 e 1843 (83).

Nos últimos tempos da Aula do Comércio as funções de porteiro terão sido desempenhadas por José Maria Lopes ou por Francisco José Viana (84).

E, uma vez que se falou em pessoal não docente, enxerta-se aqui a referência a um secretário da Aula, que tardiamente aparece a desempenhar as suas funções. No segundo «Livro dos Exames do Segundo Anno» os termos estão assinados, no curtíssimo período entre 20 e 22 de Junho de 1836, por Miguel Caetano de Almeida Coutinho, como secretário, nessas funções aparecendo substituído a partir dos registos de 19 de Junho de 1837 por José Maria Mendes Bastos, que também lavra todos os assentos de um livro de matrículas do 1.º ano que cobre o período de Setembro de 1839 a Outubro de 1845 (continua a lavrá-los depois da integração da Aula no Liceu de Lisboa e, no que respeita aos assentos do último mês indicado, assina-os também, sem indicação de ser secretário). Não é possível determinar a natureza da vinculação do secretário à Aula, pois tanto poderia ser funcionário dela como nela desempenhar tarefas eventualmente.

Nos textos respeitantes aos porteiros já encontramos a emergência de uma realidade desajustada do padrão a que deveria conformar-se: a turbulência dos aulistas. Os comportamentos menos correctos dos alunos são contrapontados pelos juízos sobre eles expressos, pelas medidas repressivas ou preventivas, pelo estabelecimento de normas de conduta. Talvez a ordem cronológica, se outros méritos não tiver, torne mais saboroso o confronto entre as duas tábuas

Actas.

Para o quarto Curso da Aula do Commercio.

Capitulo.

Os Praticantes da Aula do commercio, observarão o maior decoro em todo o tempo da lição: e não hão de mudar de banco o vento q. lhe for determinado, sem expressa licença doente.

Durante o tempo da lição os Praticantes porão em toda a vez a devida ordem e silencio fora da aula em q. outro estiver offensa, menos q. necessidade os obriguem: mas sempre tomando licença doente, e de quem preceder na cadeira.

Dixada ou sahida da aula nenhum do Praticante se poderá de baixo de presenço algum demorar na cidade, logo de baixo do pappo da Surta do Commercio antes andará sempre a direita seu caminho.

Aos alunos do 4.º curso (que decorreu entre 1771 e 1774) eram impostas estas normas de disciplina, cortesia e moralidade. Destaque-se o cap. 9.º, que determina o estudo da Língua Portuguesa.

Os Praticantes da Aula, sempre lembrada, e fiel
mãe, com as suas promessas, contratos, obrigações, e obriga-
ções sempre empedidos os seus negócios com maiores prome-
tidas e com o ponto de vista de honra e de boa fé, digno da
crença desta Aula. § 2.

Reverência sempre a esta Aula com a devida re-
verência, e de que nos for do curso de estudos de aprovados, pronta
serão o juramento costumada.

Todo o discípulo q' faltas q' faltas a aula, observando, de
contínuo dos seus capitulos precedentes será pela pri-
meira advertido; pela segunda reprehendido e pela terceira
expulso irreversivelmente da referida Aula.

Todo o Discipulo q' obrar o contrario ao termo q' tem
assignado e que por isso por qualquer modo o escandaloso e
com publicidade formal, será logo expulso irreversivelmente
da referida Aula.

Para o efeito destas Actas se alijão de com-
missões m. de q' os castigos dellas está detrimido
em um livro em q' se fabricarão e se entenderão as culpas
de cada de Liqueite, q' q' não possa ja mais ser do-
vida sobre a equalidade com o mesmo das culpas: e q' se gan-
do a enclaxe amedida, o proprio castigo venha a ser o de lo
necessario de justiça. D.

do diptico. Por isso vai ser preferente-
mente seguida.

É o seguinte aviso de 8 de Fevereiro
de 1762 (seis meses anterior ao provi-
mento de uma guarda privativo para a
Aula) o primeiro texto encontrado em
que se referem problemas de indole dis-
ciplinar: «A Junta (...) sendo informada
de que alguns dos Assistentes da Aula,
desdizendo da regularidade de Costu-
mes, e observancia de exemplar proce-
dimento, que lhes foy recomendado nos
Estatutos da mesma Aula, e deve ser o
seu inseparavel caracter, para conserva-
ção do seu credito, e satisfação, ou agra-
decimento devido às honras, premios, e
despachos, que estão recebendo: Tem
obrado tanto pelo contrario, e tem adian-
tado de tal modo os seus máus costu-
mes, que athé chegarão a perder o hor-
ror à publicidade do vicio, armando jogo
dos prohibidos em Logens de vendas
públicas, e nas vizinhanças da Caza do
despacho da Junta; dando com o mes-
mo jogo occazioens de disturbios, per-
turbações e escandalos; e resultando
destes máus exemplos a dispoziçam
para a liberdade nos vicios, a outros dos
seus Collegas: Ordena a mesma Junta,
que, havendo-se VM.* informado dos pri-
meiros motivos, e dos complices desta
desordem, os faça chegar á sua presen-
ça, em tempo de plena Aula, e dando-lhe
a ler este mesmo Avizo, que sera repeti-
do em voz alta, pelo mais culpado, os
haja a todos por despedidos da lição da
mesma Aula, e excluidos do numero dos
seus Asistentes. E porque outras algu-
mas queixas tem chegado á noticia da
Junta, a qual não perde occasião de ave-
riguar se há reincidencia, para proceder
a outros semelhantes, e ainda mayores
castigos; fará VM.* entender a todos os
Assistentes, que a mesma Junta há exac-
tas informaçoes do procedimento, e
progressos de cada hum dos Aulistas,
para que a certeza da sua boa opinião,
em huns, e de máu conceito em outros,
sirva, aos primeiros, de estímulo para
continuarem na sua louvavel applicação;
e seja de advertencia, a outros, para se
prevenirem com a emenda dos seus
máus costumes» (10).

As «Determinações particulares (...)»
de 1767 estabelecem nos seus n.ºs I a V
e X estritas regras de comportamento.
Atenemos nelas: «I. Observar-se-ha o
maior decóro, e silencio em todo o tem-
po da Aula, e nenhum dos Discipulos
della poderá mudar-se do banco, ou as-
sento que lhe for assignado, sem ex-

pressa licença do Lente»; «II. Durante o tempo da Lição, os Praticantes porão em muito cuidado não sahir fóra da Aula em quanto outro estiver fóra, menos que a necessidade os obrigue.»; «III. Nenhum dos Praticantes se poderá demorar na entrada, ou passagem para a Caza da Aula; e muito menos na rua, ou lojas da sua vizinhança; pena de que fazendo o contrário, será pela primeira vez advertido, pela segunda reprehendido, e pela terceira expulso da Aula»; «IV. A mesma ordem de caminhar via recta se observará na sahida, desfilando hum por hum, pela ordem dos seus assentos, e dos bancos.»; «V. Os Decuriões, que o Lente nomear, lhe darão huma fiel, e pontual Conta de todas as transgressões, que presenciarem, ou de que forem informados a este respeito; como tambem dos disturbios, brigas, jogos, indecencias, e de todas as mais culpas graves, commetidas pelos Aulistas, dentro ou fóra da Aula; advertindo, que he interesse público, e geral de todos os Praticantes, descobrir-se estas culpas, das quaes o mesmo Lente deve dar conta, para serem castigados a arbitrio da Junta.»; «X. (...) serão expulso por Ordem da Junta os que commetterem culpas de maior escandalo, como dar pancadas, armarse, ou dispôr-se para brigas, usar de navalhas, facas, espadins, & ou que mutuamente se offenderem com palavras; e sobre tudo os que fizerem açoes, ou entrarem em actos contrários à pureza, decencia, e compostura, de que se devem revestir todos os Assistentes da Aula».

Estas determinações, estabelecidas já depois de iniciado o 3.º curso, justificaram alterações logo no curso seguinte. Do novo texto, as «Actas para o quarto curso», mencionando páginas atrás e na n. 27, posso citar tambem uma outra versão que, de modo mais completo, é designada como «Actas que devem inviolavelmente observar os Praticantes do Quarto Curso da Aula do Commercio; alem dos Estatutos da mesma Aula, q' lhe forão entregues impressos; as quaes Actas de haõ de dictar, e lançar no principio das suas respectivas Postilas para q' dellas não possam allegar ignorancia» (68).

O n.º 1, no exemplar de Paulo da Conceição, talvez por culposo lapsus calami, omite o silêncio necessário nas aulas. As novas actas, no seu n.º 2, acrescentam que, quando os alunos tivessem de se ausentar, sempre o fariam «tomando vênua» do docente em exercicio. A prescri-

ção 3.ª denota a presença no novo edificio (proibição de demora «debaixo da Arcada dos Passos da Junta», no texto da Biblioteca de Évora) e não comina as penas previstas nas «Determinações» de 1767; aliás, nestas mencionam-se penas nos n.ºs III e X e nas actas do 4.º curso nos n.ºs 13 a 15 (com referências mais genéricas aos possiveis delictos e o anúncio de um procedimento pratico, a abertura do livro onde os mesmos se registassem, «p.ª q.ª não possa ja mais haver duvidas sobre a qualidade e o numero de culpas»). A partir do n.º IV os textos divergem: no de 1767 estabelece-se norma a respeitar na saída das aulas e no do 4.º curso impõe-se: «Os Praticantes sempre se tratarão huns aos outros por Vm.ª e com toda a sevellidade, q.ª se deve observar entre homens e condecipulos.» O n.º 5 das actas refere-se à saída e entrada das aulas mas denunciando preocupação diferente, a de evitar agrupamentos de aulistas, enquanto a determinação V especifica as obrigações de vigilância dos decuriões do 3.º curso sobre os colegas. As prescrições destinadas ao 4.º curso consideram no seu n.º 6, de modo praticamente exclusivo, a proibição da frequência de casas públicas de jogo, nos n.ºs 10 a 12 preconizam outras regras de moralidade e nos n.ºs 7 e 8 escalonam uma série de deveres de cortesia: os praticantes reverenciariam com todo o devido respeito os deputados da Junta e o lente, também obsequiarium os substitutos ou ajudantes, cortejarium com a maior urbanidade os officiaes da Junta e tratarium sempre com muita politica os antigos aulistas. A terminar a menção a estes textos destinados ao 4.º curso registre-se ainda que o da Biblioteca de Évora, devido a copista mais cuidadoso, refere no n.º 9 que os praticantes deviam fazer «estudo particular da mesma Orthographia e da Lingua» e no n.º 14 que a expulsão seria aplicada aos que procedessem de modo «escandalozo, ou com publicidade, ou com dezobediencia formal.»

As atribuições de incómoda latitude atribuidas aos decuriões do 3.º curso desaparecem completamente nas actas destinadas aos alunos do 4.º. Não será essa, crê-se, a mais decisiva razão para que a ausência do lente seja ocasião de perturbações. A estas se refere o aviso remetido pela Junta ao lente Sales em 25 de Outubro de 1776: «A Junta (...) sendo-lhe constante o indecente modo, e reprehensivel desasossego, com que

muitos dos Praticantes da sua respectiva Aula se conduzem tanto na entrada, como na sahida, e até no mesmo tempo da sua effectiva assistencia nella, em quanto VM.ª não concorre com a sua presença, prevaricando assim com este perniciosissimo exemplo, e desregrada conducta, a modestia e decencia de todos os outros que foram com mais civildade educados; e pertendem seriamente, por meyo da sua louvavel applicação, habilitar-se para os empregos uteis, e decorozos da Republica; Rezultando de todo o expedido, hum notorio descredito ao inteiro Corpo de todos os referidos Alumnos, que se procurou sempre com a maior vigilancia evitar em todos os antecedentes Cursos. Ordena que VM.ª (tendo a possivel informação dos complices nos expedidos procedimentos) passe vivamente a reprehendelos com toda a severidade, admoestando-os pela ultima vez, que nas circunstancias de reincidencia nas mesmas accuzadas desordens, entrando, e sahindo da mesma Aula tumultuozas, e acceleradamente, sem attenderem, ou reverenciarem qualquer dos Deputados da mesma Junta, ou ainda outros Pessoas de mayor respeito, que encontrarem nos Lances das Escadas, nas Arcadas, ou em outro qualquer lugar;stituindo assim grosseiramente as Leys da urbanidade, respeito, e boa educação; por esse mesmo facto, serão logo expulso da referida Aula, e cassados os seus respectivos provimentos da Cadea, para onde os condúzirão immediatamente os Officiaes, que se achão incumbidos desta diligencia (...)» (69).

Também o lente Frois, nas providências sugeridas em 1802 para bom funcionamento da Aula, incluía uma, a nona, tendente à manutenção da disciplina: «Havendo alguma falta de subordinação em qualquer dos Aulistas, ou transgressão da Lei, o Lente dara immediatamente conta para se determinar o castigo, segundo a gravidade da culpa (...)».

A já mencionada alteração de horários verificada em Outubro de 1819 tinha, unicamente, razões disciplinares; foi ela precedida de parecer dos lentes, o qual foi solicitado pela Junta em 7 desse mês por ter «entendido q' do ajuntam.º de todos os decipulos q' frequentão os estudos d'Aula do Commercio resultão alguns inconv.ª, e que seria vantajozo para maior comodidade, e socego, que as lições do primeiro, e segundo anno, se dictassem humas de manhaã, e outras de tarde» (70).

Significativa é também a parte apresentada em 8 de Julho de 1820 pelo capitão Gerardo de Oliveira, comandante da guarda principal, ao general Francisco de Paula Leite, bem como os documentos nela originados.

Participava o capitão Oliveira «q o aruido, e assoada praticada continuadam.» pelos Aulistas q frequentão as Aulas q estão contiguas a esta Guarda, chegou hontem a tal ponto q julgo do meu dever de a levar ao conhecim.º de V. Ex.ª (...).»

E ponderava o mesmo official: «Devo observar a V. Ex.ª q toda e qualq.º admoestação q se lhes fizese desta Guarda não som.º se tornaria inutil mas poderia comprometter a mesma Guarda e o Comandante della.»

Na mesma data officia o general a Cipriano Ribeiro Freire pedindo providências «p.º se evitar as irregularid.º praticadas pelos Aulistas (...) de q tenho repetidas queixas.»

Responde Ribeiro Freire em 10, dizendo que recomendara aos lentes o cumprimento do § 3.º das instruções que regulavam o funcionamento da Aula e sugerindo: «(...) q.º infetism.º aconteça o contrario, não lhe pesará q. V. Ex.ª encarregue dos Comandantes da guarda principal o cuidado de os mandar pelas sentinelas proceguir o seu caminho sem ajuntam.º ou demora nos cazos occorrentes em q parecer necessario, fazendo athe / com a devida prudencia / se o disturbio for mais agravante demorar na mesma guarda os que delle forem cabeças (...).»

E, na mesma data, o presidente da Junta faz notar aos lentes que os alunos esqueciam não só o cumprimento do citado § 3.º, como a «indulgencia com elles tantas vezes praticada» e a «boa educação de q devem dar constantes provas» e continuavam não só a demorar-se nas escadas e nas proximidades da guarda «mas athe a fazerem arroidos com escandalo geral, e inquietação da mesma guarda» (61).

Dois anos decorridos e deslocada a Aula para novas instalações, não parece que tenha melhorado apreciavelmente a conduta dos que a frequentavam. Em consulta de 23 de Julho de 1822 (62), sobre requerimento de um aulista expulso, está transcrita a informação com que o lente justifica a expulsão a que procedera: «Que constando-lhe ter havido nos Claustros do Convento em que se acha a Aula do Commercio, dezuzada bulha feita por alguns Discipulos que ali se acha-

vão, pedira informação disto ao Porteiro da mesma, e em virtude da que elle déra expulsara o Supp.º. Que alem do facto referido já por vezes tinha sido advertido, e reprehendido por perturbar o silencio indispensavel no tempo das Lições; por cujos motivos, e por elle informante se persuadir que sem alguns exemplos de castigo se não podia conservar a ordem e respeito devido em hum corpo numerozo, e ultimamente por ser dos Estatutos que o Lente pela primeira vez advertte o estudante, pela segunda o reprehende, e pela terceira o expulsa, era por isso que tivera o desabor de se ver na necessidade de por em uso aquelle artigo (...)» (63). E da resposta do desembargador procurador fiscal consta que «estes Estudantes estavam muito desacreditados por inquietos e amotinadores.»

Um antigo aluno da Aula, que a frequentara entre 1825 e 1827, embora vendo-a pelo prisma róseo da saudade, não deixa de testemunhar essa turbulência dos estudantes de Comércio: «Os vizinhos da aula respeitavam e admiravam a cordura d'aquelles rapazes, sempre promptos na defeza das boas acções, e as outras aulas respeitavam a união e a força que presidia sempre a varios conflitos em que entravamos.» (64).

Estes conflitos não deixariam de se multiplicar devido às perturbações politicas sofridas pelo pais, e accusam esta incidência as últimas referências encontradas a manifestações de indisciplina, todas elas de 1831: em consulta de 26 de Setembro (65), que respeita a agressão de um aulista por outro, refere-se serem «estes acontecimentos frequentes nestes ultimos tempos não só entre os Alumnos; mas até com pessoas de fora que por motivos particulares, ou por opiniões politicas os vinhão provocar» e é sugerida a obtenção «de hum Guarda da Policia que mantivesse o socego nas imidações d'Aula, evitando dezordens, e acções menos decorozas»; o desembargador que servia de procurador fiscal ponderava «que esta mocidade precisa ser conduzida mais austeramente para ser desviada dos extravijs, em que os defeitos da idade, e do tempo, os possão precipitar» e referia que já posteriormente houvera «outras dezordens entre os Aulistas»; um aviso de 16 de Dezembro respeita às «desordens praticadas pelos estudantes da Aula do Commercio, contra os da Aula de latim» (66).

Recordemos, como reformulação da persistente tentativa de impor aos escolares um comportamento morigerado, a

quarta e última das já citadas determinações enviadas pela Junta aos lentes em 19 de Dezembro de 1825: «(...) que além das informações que vos são Ordenadas nas Determinações particulares, e pelos Estatutos, remettereis no fim do Curso a Real Junta do Commercio informações sobre a Conducta moral, e Civil de Cada hum dos Alumnos, formalizadas na forma que se acha determinada aos Lentes da Academia Real da Marinha pelo novissimo Decreto de doze de Novembro deste anno»⁽⁷⁹⁾.

E, porque têm um certo pitoresco e expressam uma attitude valorativa do comportamento de determinados alumnos, terminemos a consideração deste aspecto da realidade escolar com a transcrição de anotações lançadas pelo lente à margem dos registos de matricula de três aulistas do 3.º curso: um deles «entregou o seu Provim.º p.º hir passear nas Ruas; havendo m.º tempo q' não assistia na Aula, e que a dezonrava com o seu máu procedimento»; saiu outro «para hir bregeirar à sua vontade»; mas, em compensação, um outro «Em 22 de Dez.º de 1769 morreo; e era tão applicado q' entendeo fosse a cauza da sua morte».

111

Os alumnos eram avaliados ao longo do ano (Ricardo Frois, em informação que está incluída em consulta de 22 de Outubro de 1827⁽⁸⁰⁾), refere-se aos «Assentos que diariamente fas no acto das lições quando chama a ellas os Alumnos, sendo nesta occasião em que mais diligencia penetrar a massa dos Conhecimentos dos mesmos Alumnos para julgar com acerto da sua applicação, não se afastando hum apice das regras que a Relegião, e as Leys da Aula lhe impõem»). Mas essa avaliação formalizava-se sobretudo nos exames⁽⁸¹⁾.

Já os Estatutos, no seu n.º 6, tendo em vista a selecção dos praticantes numerários, determinavam que «paffado o primeiro anno de exercicio, fe farão exames, em preferença da Junta» (registre-se que os exames poderiam ter lugar só depois de apreciavelmente excedido o período de um ano, como aconteceu logo com o 1.º curso, em que tal acto se realizou — conforme Sales informa no seu Dicionário — em 20 de Dezembro de 1760 e como mais acentuadamente terá sido o caso do 3.º curso (cfr. n. 17) e foi o do 4.º, cuja abertura se verificou em 15 de Fevereiro de 1771 e em que as

Registo do exame do 2.º ano de Francisco Justiniano da Cunha, que virá a leccionar em diversas Aulas de Comércio no Brasil.

AOS 25 de Abril de 1805 fez Exame das Disciplinas do Segundo Anno Lectivo da Aula do Commercio o Praticante *Francisco Justiniano da Cunha* _____

Filho de *Manuel da Cunha*, _____

natural desta Cidade de Lisboa; _____

sendo presente o Senhor Desembargador Deputado Inspector da mesma Aula *Thomas Antonio de Villa Nova Portugal*, Presidente do Acto o Lente *José Luis da Silva*, e Arguente o Lente *Ricardo Gomes Rozado Moreira Frois*: _____

Foi *Approvado sem discrepancia de Votos, e obteve pela immediata Conferencia; a que se procedo sobre o seu particular merecimento, a distincção de Sufficiente por todos.* _____

E por isso — terminou com o sobredito Acto o Curso Mercantil da mesma Aula. De que se lavrou este Termo, que assignarão os referidos Lentes, *o eu Ricardo Gomes Rozado Moreira Frois, Cavallero Professo na Ordem de Christo, e Lente da dita Aula o escrevi*: _____

Ricardo Gomes Rozado Moreira Frois.

Registo do exame do 2.º ano de Carlos Morato Roma
que virá a ser distinto economista.

AOS 23 de Julho de 1813 fez Exame das Disciplinas do Segundo Anno Lectivo da Aula do Commercio o Praticante *Carlos Morato Roma,*

Filho de *Associo Morato Roma,* actual Lente da mesma Aula, encarregado do Ensino de dito Anno,
natural desta Cidade de Lisboa;

sendo presente, e Presidente do Acto o Lente *Ricardo Gomes Rozado Moreira Fois,* que tambem arqui, como igualmente o Primeiro Substituto *Zacarias Joze da Silva Franco:*

Foi Approvado sem discrepancia de Votos, e obtave pela immediata Conferencia, a que se procedeo sobre o seu particular merecimento, a distincção de Muito Bom por Todos.

E por isso — terminou com o sobredito Acto o Curso Mercantil da mesma Aula. De que se lavrou este Termo, que assignaráo os referidos Lentes, que assistirão ao Exame. Eu *Ricardo Gomes Rozado Moreira Fois,* Cavallero. Profisso na Ordem de Christo, e Lente da mesma Aula o escrevi.

*Ricardo Gomes Rozado Moreira Fois. C.
Zacarias Joze da Silva Franco.*

três turmas, em que se dividiam os aulistas fizeram o seu primeiro exame em 11, 12 e 15 de Junho de 1772).

Revestiam essas provas várias modalidades. Informação respeitante a um aulista do 1.º curso regista a sua assistência «a todos os exames vagos, particulares, e publicos»⁽⁹⁷⁾; da proposta de Silva e Matos para substituto consta também ter ele feito «demonstrações da sua capacidade em repetidos exames particulares e publicos». O acto final, o chamado também «Exame geral», era público e público era também, pelo menos, o que tinha lugar após o primeiro ano de aulas.

Quanto ao modo como, em 1802, se iam realizados os exames finais do 1.º ano, são esclarecedoras as já muito citadas providências propostas pelo lente Frois. A sétima especifica que «os Praticantes que se acharem habilitados para fazerem o seu respectivo Acto no fim do Anno, farão Exame vago em Arithmetica; e em Algebra, e Geometria nos pontos, que para isso houverem tirado vinte e quatro horas antes». A oitava, que se refere a provas orais, fornece interessantes indicações quanto ao tempo das provas e, também, quanto aos processos e critérios que decidiriam das aprovações ou reprovações: «Perante o Desembargador Deputado Inspector da Aula todos os Exames se farão pelos actuaes Lentes, não se excedendo a quatro em cada dia, e de huma hora perfixa com cada hum. Logo que se acabarem os de huma qualquer turma, os Lentes congregados, e prezididos pelo Desembargador Deputado Inspector decidirão da Aprovação ou Reprovação por escrotínio; devendo para isso cada hũ ter combinado o resultado dos Exames com a conta particular das frequencias, progressos, e morigerações dos respectivos examinandos. E porque pode acontecer impate, por serem actualmente dois os unicos Vogaes, o mesmo Desembargador Deputado Inspector decidirá á vista do que tiver colligido pelos Autos, e pelas referidas contas».

Em 1827, 1828 e 1829 realizaram-se mais exames em cada dia e tinham lugar, em dias alternados, os dos 1.º e 2.º anos. É o que se verifica pela determinação enviada aos lentes em 12 de Agosto de 1828 de que, uma vez que estava «concluída a leitura das materias», comesassem os exames, «seguinto-se a ordem que se adoptou no Curso antecedente, e vem a ser, o serem examinados no primeiro dia seis Alumnos do primeiro anno, e continuar-se em todos os dias

uteis até se concluirem os mesmos exames, em igual numero, alternativamente em hum dia Alumnos do primeiro anno, e em outro do segundo, e comessando-se impreterivelmente pelas 8 horas da manhaa em cada hum dia». O mesmo se verifica por idêntica determinação datada de 27 de Julho de 1829⁽⁹⁸⁾.

As tenazes recordações de Francisco José de Almeida dão-nos, além de outros, o seguinte subsídio para o conhecimento do modo como se efectuavam as provas: quando fez exame do 1.º ano, de que era lente Ricardo Frois, respondeu, durante três quartos de hora, a perguntas de Ascenso Roma, passando depois a ser interrogado por Zacarias Franco; dado que não refere questões postas por Frois, isto prova que o lente proprietário da cadeira não intervinha nos interrogatórios. Os elementos que podem acrescentar alguma luz sobre este ponto são os respeitantes ao 7.º curso e ao período entre 1802 e 1815 e confirmam esta hipótese. No 7.º curso os exames são presididos pelo lente effectivo e os interrogatórios feitos pelos dois lentes substitutos. Nos exames do 1.º ano realizados entre 1802 e 1813 presidiu o lente da cadeira (Frois), sendo arguente o do 2.º ano (Silva) e, depois da morte deste, o lente Roma e o substituto Franco. Os exames do 2.º ano (1804 a 1815) são presididos pelo respectivo lente (Silva e, depois, Roma), sendo o interrogatório feito pelo lente Frois, depois por este e por Roma e, depois ainda, por Frois e pelo lente substituto Franco.

As condições de acordo com as quais os alunos eram ou não submetidos a exame estiveram sujeitas a variações. Se as circunstâncias o justificassem, poderia o aulista fazer exame antes de concluído o tempo lectivo⁽⁹⁹⁾. A sua admissão a exame era condicionada pela assiduidade da frequência e, obviamente, pelo parecer do lente. Mas a primeira condição podia ser dispensada⁽¹⁰⁰⁾ e há também exemplos de ultrapassagem da segunda: 15 alunos do 1.º ano «que pelo resultado das suas funções literarias se achavão excluidos de entrar em Exames», foram mandados admitir á prestação de provas por portaria de 27 de Setembro de 1804, a isso não obstante quaisquer dúvidas que o lente tivesse sobre a sua capacidade, «visto que o Exame a que se propoem he o meio legitimo de se conhecer o seu merecimento»⁽¹⁰¹⁾; quando Sales desenha o «Estado da Aula do Commercio no seu Terceiro Curso» indica cinquenta prati-

cantes «que devem ser reconduzidos para o Curso Seguinte» mas desse grupo só vinte e um o serão, pois todos eles acabaram por ser submetidos a exame. Também quanto à repetição de exame, não precedendo nova frequência, a prática variou. Assim, sobre requerimento em que essa repetição era pedida, subiu, em 5 de Fevereiro de 1822, consulta⁽¹⁰²⁾ na qual se lê: «(...) mas o Tribunal que até Agosto proximo passado mandou admitir indistinctam.» a segundo exame todos os Aulistas, por ser esta a pratica em que estava, considerando, que esta pratica era abusiva, tem depois mandado admitir som.º os reprovados pela maior parte, precedendo sempre informação do respectivo Lente, em que declara se os pertendentes tiverão boa frequencia no Anno». E se a resolução desta consulta «Declara abusiva a pratica de se admitir a 2.º Exame qualq.º alumno reprovado no pr.º sem nova freq.º», isso não obsta a que, pouco mais de dois anos volvidos, novos requerentes apresentem idêntica pretensão e, com razão ou sem ela, aleguem a existência de precedentes para o deferimento⁽¹⁰³⁾. E não obsta também a que, a partir de 1825, tal concessão, embora não seja indiscriminada, se torne bastante frequente⁽¹⁰⁴⁾. Registe-se ainda o facto (provavelmente relacionado com o estabelecimento de um regime de voluntariado) de ser possível a admissão a exame sem se ter verificado frequência das aulas⁽¹⁰⁵⁾; registe-se também o carácter tardio dessa prática, pois ainda em 1825 Frois afirmava não haver exemplo de concessão semelhante, que «simplesmente se tem concedido algumas vezes aos que poterião por documento que frequentarão o primeiro anno d'Academia Real da Marinha»⁽¹⁰⁶⁾ (mas logo em 24 de Novembro desse ano se verifica uma matricula no 2.º ano com dispensa de frequência⁽¹⁰⁷⁾). A passagem para o 2.º ano sem ter tido aprovação em exame do 1.º também é documentável mas parece de atribuir tal permissão às circunstâncias decorrentes da passagem do curso de trienal a bienal⁽¹⁰⁸⁾.

///

Vários autores registam, citando Raton, o grande «apreço que o Senhor Rei D. José fazia desta Aula», apreço que o levava a, muitas vezes, «assistir aos exames com toda a sua Côte». É este um aspecto, o mais significativo mas não o único, da solenidade que revestiam os

exames e, também, as aberturas dos cursos. Passemos em revista os dados que foi possível coligir e que provam esta preocupação de solenizar os actos maiores da vida escolar.

Em relação à abertura do primeiro curso regista Sales no artigo que, sobre a Aula, inclui no Dicionário de Comércio: «Em consequência dos (...) Estatutos se fez a abertura desta Aula no dia primeiro de Setembro de 1759, a qual honrou como Protector della o Illustriissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeiras, Ministro, e Secretario de Estado acompanhado de seus Illustriissimos Collegas de todos os membros da Junta do Commercio, e de hum Concurso Lusidissimo de Auditores, perante os quaes o Lente pronunciou hum discurso eloquente, e breve, no qual expoz a importancia desta instituição, o amor Paternal de S. Mag.^m, o incomparavel Ministerio do prezente Reynado, e o zelo e disposições do Tribunal da Junta do Commercio, na erecção de hum Seminario, unico pella sua natureza, e utilissimo pello seu objecto». Do mesmo artigo consta também, quanto ao exame realizado em 20 de Dezembro de 1760: «O Ill.^m e Ex.^m Senhor Conde de Oeiras se dignou assistir a este exame publico, a que convidou varias pessoas da mayor Jerarquia, e Nobreza desta Corte; concorrendo tambem o Tribunal da Junta do Commercio». É ainda Sales que, a respeito da «Aula publica de Lingua Franceza» nos diz que «se fez a abertura publica desta segunda Aula no dia 18 de Mayo de 1761, a que assistirão todos os membros do Tribunal da Junta do Commercio com hum grande numero de Auditores de distincção, perante os quaes o mesmo Lente pronunciou hum discurso, em que debuxou com todas as côres da Eloquencia a importancia desta instituição, e que justamente lhe merecção o applauso geral e os repetidos louvores de todos os Assistentes». E o exame geral das matérias tratadas no 1.º curso terá tido, pelo menos, a assistência da Junta⁽¹⁰⁾.

Nas palavras proferidas, certamente por Sales, por ocasião do exame final do 3.º curso⁽¹¹⁾, lá se encontra, engalanada de hiperbólicos elogios, menção do «grande Ministro de Estado, que desce do cumulo da gloria, para presenciar as particularidades destes exercicios mercantiz». E muito provavelmente neste mesmo curso, quando do exame com que se encerrava o primeiro ano de trabalhos, se houvera oportunidade para evocar a «Munificencia do mais Augusto

Monarca», não se referia mais que a «acreditada presença do mais illustre Protector, e da mais autorizada Assembléa»⁽¹²⁾.

Respeitantes ao 4.º curso há variadas indicações. Na inauguração do mesmo pronuncia o lente a «Oração de abertura»⁽¹³⁾ e nela lembra aos escolares: «tendes a honra de assistir a todos os vossos actos publicos o mayor Ministro de Estado que tem a Europa, o qual examina e conhece muito particularmente a vossa instrução e o vosso adiantamento e vos reparte os premios a porporção dos vossos merecimentos». E, além do ministro, outras personalidades gradas terão comparecido, pelas três da tarde, à abertura do novo curso, sendo possível comprovar a extrema probabilidade da presença do desembargador conselheiro Bento de Barros Lima, juiz conservador geral do Comércio, e de José de Seabra da Silva, desembargador fiscal da Junta⁽¹⁴⁾.

Por ocasião da referida abertura se dispenderam, não se sabe ao certo em que, 10\$810. Mas já relativamente aos exames realizados em Junho de 1772 estão claramente indicados os destinos de 98\$420, pagos a um armador «da Armacção que servio na d.ª Aula», de 20\$000, pagos «aos Soldados que vierão ao d.º exame», e de 5\$440, dispêndios em 16 arráteis de velas de cera.

Segundo Costa e Sá, no seu panegirico de Ribeiro Freire, o exame deste (que, recorde-se, foi antecipado relativamente ao fim do curso e ao exame geral) foi «presidiado, como costumava, para crédito do novo estudo, pelo marquês de Pombal Sebastião José de Carvalho, que na distincção que por isso lhe fez, tomando-o de parte, no fim do acto, e praticando com ele por algum espaço mostrou logo querer abonar seu destino».

Não totalmente identificáveis personalidades de tomo (um «Eminentissimo e Reverendissimo Senhor; e Illustriissimos, e Excelentissimos Senhores») mereceram de um aulista a expressão de «inexplicavel agradecimento pela accumulada honra de se dignarem assistir a este segundo exercicio do Exame geral do quarto Curso desta Aula»⁽¹⁵⁾. E com estes exames houve, além de outros dispêndios, o de 99\$120 pagos a um armador «pelo aluguer da armação que servio na dita Aulla», 38\$400 recebidos pelos soldados que aos mesmos foram assistir, 28\$160 de dez arrobas de cera.

A abertura do 5.º curso foi também assinalada por discurso do lente, mandado imprimir por despacho de 4 de Setembro

de 1776⁽¹⁶⁾, e é possível documentar as costumadas despesas com a armação que ornava a sala (112\$840), com soldados (19\$200), com cera (8\$030, por 18 arráteis e 4 onças, a 440 réis o arrátel) e ainda 9\$600 «pela importancia de hum Rol de Antonio Rodrigues Galhardo procedido das orações que se imprimirão, e suas enquadraçoens, que servirão para a abertura do 5.º curso (...)»⁽¹⁷⁾.

Neste como noutros aspectos o 5.º curso, com as suas deambulações e interrupções, marca o inicio de uma nova época em que os documentos elucidativos da vida da Aula se tornam mais escassos, escassez que parece corresponder a um esbatimento da importância da própria instituição.

Assim, para além de uma ou outra referência à presença de representantes da Junta nos exames, só tardiamente se encontra referência à assistência aos mesmos, referência talvez um pouco avolumante, em virtude do interesse de quem a faz, um aulista que atribuía a sua reprovação em exame realizado em 7 de Agosto de 1824 «ao sosobro que este ultimo acto lhe cauzou pelo grande numero de expectadores que naquelle dia com singularidade concorrerão»⁽¹⁸⁾. E respeita a 1826 outra avulsa e pouco surpreendente indicação, a de que o exame era acto que implicava um certo decoro: é-nos dada por Francisco José de Almeida, que recorda ter feito exame do 1.º ano em substituição de um colega, devendo-se a essa circunstância tê-lo feito «mesmo sem estar com o competente fato preto».

A documentação encontrada não permitiu confirmar a presença de D. José I, que Ratton afirma frequente, a nenhum destes actos. Todavia, a finalizar a análise desta faceta da vida da escola, é possível afirmar que a presença de pessoas régias ou, pelo menos, a do regente D. João, solenizando os momentos mais significativos da vida da Aula, em diversas ocasiões se terá verificado: é comprovável mediante um anúncio inserto no Suplemento à «Gazeta de Lisboa» n.º 42 (de 22 de Outubro de 1802) em que se oferece para explicar das matérias do curso comercial «José Ignacio Pereira, hum de cujos discipulos teve a honra de fazer exame em presença de S.A.R. (...)»: em atestação datada de 20 de Agosto de 1803 Ricardo Frois afirma «haver sido Arguente nos Exames Geraes, que no dia treze de Outubro ultimo se fizeram diante de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor, e a



JOANNES. D. G. LUSITANI. QUA. LATE. PATET. IMPERII.
PRINCEPS. REGENS.

*Presenti Tibi mavoras largimur honore,
Serrandasque Tuorum per nomen ponimus arms,
Nil oriturum alias, nil ortum tale, fatentes.*

A. M. Agulher delin. grav. ch. humilissimi O. Lisbona d. de 1806

D. João VI sucedeu a sua mãe, D. Maria I, em 1816, mas, em virtude da doença da rainha, assumira o título de regente em 1799 embora, de facto, já governasse desde 1792. Quando príncipe regente, por diversas vezes esteve D. João presente na Aula.

Real Junta do Commercio»⁽¹¹⁾; e Manuel Luis da Veiga, em obra cuja impressão foi recusada em 8 de Maio de 1804⁽¹²⁾, também se lhe refere, ao invocar «hum Príncipe tão Benevolente, e tão Amante das Letras, que ate tem honrado a Aula do Commercio com a assistencia da sua Real Pessoa».

///

Todas estas referências a exames vão terminar, como em boa medida parece lógico, pela tentativa de um apuramento dos seus resultados. Esse apuramento, por se basear em dados fragmentários, não permite traçar um quadro completo e coerente nem desenhar com segurança uma evolução que, por hipótese, pudesse ser amplamente significativa.

Em relação aos 3.º, 5.º e 6.º cursos os únicos elementos disponíveis são os livros de registo de matriculas, nos quais está anotado, junto a cada registo, quando é caso disso, que o aluno foi aprovado. Estes dados não se referem pois ao acto do exame, não permitem apurar quantos foram os aprovados e quantos os reprovados nos exames realizados em tal dia ou durante tal período. Informam-nos simplesmente de quantos dos alunos inscritos num dado curso obtiveram aprovação, aprovação essa por vezes obtida tardiamente, por ocasião de exames realizados a outros cursos. Assim, apurando o número de aprovados e confrontando com o total dos inscritos, é possível somente indicar que os 155, 54 e 83 aprovados nos 3.º, 5.º e 6.º cursos representam 50,9%, 17,5% e 40,2%.

Já em relação ao 7.º curso é possível obter mais dados. Se pelo livro das matriculas verificamos terem obtido aprovação 158 dos 215 praticantes inscritos, ou seja 73,4% dos mesmos, pelo livro de «Assentos dos Exames Geraes dos Praticantes do Septimo Curso» somos informados de que no exame final prestaram provas 82 aulistas (dos quais, aliás, só 76 pertenciam ao 7.º curso), tendo sido aprovados 73, ou seja 89%.

É um tanto ousado avançar algo sobre a percentagem de aulistas do 8.º curso que tenha acabado por obter aprovação. Na realidade, os livros de matriculas, além de uma não inteiramente clara divisão em 1.º e 2.º anos, têm substituídas por siglas um tanto cabalísticas as explicitas anotações marginais usuais nos livros anteriores. A percentagem de 44,6%, obtida a partir do total de 188 matriculados e daqueles que parece serem indicados como aprovados, não se pode, todavia, considerar demasiado destoante dos outros valores obtidos. Igual insegurança por idênticas razões se verifica relativamente ao 9.º, sendo com relutância que se regista que, dos 174 estudantes nele matriculados, terão chegado a resultado final satisfatório somente 37,9%. A prática impenetrabilidade das siglas usadas e os confusos reflexos das mudanças por que passava a Aula, aconselham a não tentar qualquer apuramento de dados com respeito ao curso de transição que terá funcionado entre os 9.º e 10.º.

Só torna a ser possível dispor de dados utilizáveis para os períodos de 1802 a 1813, relativamente ao 1.º ano, e de 1804 a 1815 em relação ao 2.º e, para ambos, no que respeita ao período final de existência da Aula: 1836 a 1844.

Lamentavelmente, não é possível constituir, com os elementos que acima ficam, uma série homogênea, embora descontínua. Isto porque o critério do registo dos dados é diferente: nos de que se indicou já o apuramento possível, são relacionados os aulistas matriculados por cursos, normalmente com indicação de se obtiveram, em data não determinada, aprovação final; nos que seguidamente serão analisados, regista-se quais os resultados de exames efectuados em determinadas datas sem indicação de quando o examinando iniciou a sua frequência (o que só seria possível apurar-se, e nem sempre, procurando-os, um a um, nos livros de matriculas e de exames).

Vejamos, primeiramente, o panorama dos resultados obtidos nos exames. Re-

gista o «Livro dos Assentos dos Exames dos praticantes do primeiro anno lectivo», que cobre o período de 1802 a 1806, 312 provas, que conduziram a 285 aprovações (91,3%) e 27 reprovações. Já nos 227 exames registados no «Livro dos Exames do Primeiro Anno — 2.º» (1806 a 1813) as 203 aprovações representam uma pequena descida para 89,4%. E de novo uma descida (para 88,6%, neste caso) se assinala nos resultados constantes do «Livro dos Exames do Primeiro Anno — 3.º», com um total de 390 aprovações em 440 exames efectuados entre 1836 a 1844.

Como é compreensível, os resultados no 2.º ano são melhores. Nos 312 exames realizados entre 1804 e 1815 e registados no «Livro dos Exames do Segundo Anno — 1.º» as 303 aprovações representam uma percentagem de 97,1%. O «Livro dos Exames do Segundo Anno — 2.º», que inclui registos de 407 exames efectuados entre 1836 e 1844, tem juntas duas relações que registam 40 provas que tiveram lugar em 1835; o total de 420 aprovações representa uma percentagem de 93,9%, o que significa que, tal como no 1.º ano, há neste período um agravamento em relação ao anterior considerado.

Poderia tentar-se um outro tipo de abordagem, confrontando os dados sobre matriculas com os constantes dos livros de exames, para apurar qual o número de matriculados que chegava ao acto final. Mas os dados sobre matriculas nem sempre são seguros e pertencem por vezes ao domínio da conjectura. A não muito grande regularidade das datas dos exames introduziria novo elemento de dúvida. E o facto de, curso a curso, nem todos os examinandos pertencerem ao número dos matriculados, constituiria mais um, ainda que quase despidico, elemento de distorsão. Parece, pelas razões expostas, não ser de arriscar uma sondagem cujos resultados traduziriam pouco fielmente a realidade.

Vejamos agora as distinções a fazer, mesmo dentro do grupo dos aprovados e dos reprovados. Não há uma classificação numérica, mas nem por isso deixa de haver estalões valorativos. Podiam os alunos ser aprovados ou reprovados plenamente, isto é, sem discrepância de votos, ou só pela maior parte destes (ou «pela pluralidade de votos»). Aos aprovados sem discrepância atribuía cada um dos examinadores a classificação de Suficiente, Bom ou Muito Bom (nos registos do 7.º curso aparecem alguns apro-

vados *Simpliciter*, o que parece ser forma de definir uma situação mais modesta do que a dos examinandos aprovados com Suficiente por cada um dos membros do júri). Raras vezes os examinadores permitiam-se fórmula laudatória como, por exemplo, em exame do 2.º ano realizado em 10 de Novembro de 1806 em que é referida a aprovação «Nemine Discrepante neste maravilhozo Acto, e com Assento de Optimo ou de M. B. por Todos». Esta referência, que se encontra também em registo de exame de 29 de Maio de 1805, não se verifica sempre que o júri é unânime na atribuição de Muito Bom (62 dos 303 examinandos cuja aprovação no 2.º ano teve lugar entre 1804 e 1815 conseguiram merecer aos examinadores a unanimidade nesta classificação, mas só nos dois casos indicados houve a preocupação de fazer uma menção especial).

Como já foi referido, as datas dos exames dos primeiros cursos eram extremamente variadas, tendendo depois essa situação a evoluir para a de uma certa regularidade. Só dispomos de registos de exames, com a data de cada um deles, a partir de 1802 e, embora os exames tendam a adensar-se em Julho/Agosto e se desenhe o estabelecimento de uma segunda época em Outubro/Novembro, a existência regular de duas épocas de exames só se encontra bem estabelecida e documentada nos registos de 1836 a 1844; durante este período, com muito raras excepções, os exames terão lugar em Julho e Outubro. O número de provas realizadas em Outubro era, em relação às efectuadas em Julho, um pouco maior no 1.º que no 2.º ano (1/5 e 1/6, aproximadamente). Os resultados na segunda época eram, em média, inferiores aos da primeira. Assim, se em 1836/1844 as aprovações nos exames do 1.º ano correspondem a 88,6% das provas realizadas, essa percentagem é, nos exames de Julho, superior a 89% e nos de Outubro não se situa muito acima de 71%. Quanto aos do 2.º ano, em que as aprovações, no mesmo período, atingem 93,9%, se discriminadas pelas épocas de Julho e Outubro, situar-se-ão, respectivamente, perto dos 95% e pelos 87%.

(CONTINUA)

NOTAS:

(¹) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 113, F. 142.

(²) ANTT, Cart. da Junta do Comércio, L.º 109, F. 46.

(³) ATC, Erário Régio, Diário Quarto Letra D do Donativo dos 4%, F. 11.

(⁴) ATC, Erário Régio, Diário Quinta Letra E do Donativo dos 4%.

(⁵) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 183, F. 45 V.

(⁶) Aviso da Junta de 23/7/1785 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 123, F. 85 V).

(⁷) Aviso da Junta de 9/8 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 123, F. 92).

(⁸) Consulta de 12/5/1812 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 139, F. 15 V).

(⁹) As datas de nomeação constam de relação datada de 23/11/1813 (ANTT, Cart. da Junta do Com., maço 60). Outra relação, incluída no mesmo maço e aproximadamente datável de finais de 1815, também indica o segundo como porteiro e não simplesmente serventário do lugar. O mesmo maço inclui ainda consulta de 5/9/1825 que indica o seu vencimento — 300\$000.

(¹⁰) Talvez Viana, nomeado porteiro da Secção Commercial em 1/10/1844 (conforme consta do Almanaque de Portugal para o ano de 1855), exercesse já essas funções na Aula antes do decreto de 30/9 que integrou esta no Liceu.

(¹¹) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 108, F. 149.

(¹²) Bib. Púb. e Arq. Dist. de Évora, CDX 1-10

N.º 24. Cópia deste documento foi-me amavelmente facultada pelo Senhor Dr. José Luis Cardoso.

(¹³) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 117, F. 218 V.

(¹⁴) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 178, F. 151 V. Uma adaptação, presume-se que transitória, do novo horário, é devida a razões que, por insuficientemente clarificadas, permitem supor que essa adaptação significasse uma cedência perante quaisquer exigências ou turbulências dos aulistas: em 7/5/1822 a Junta, tomando em consideração o exposto pelo lente Roma «sobre os inconven. de se continuarem as Lições do segundo anno da Aula, durante a novena de S. Rita (...), determinava-lhe «que de acordo com o Lente do 1.º anno transfira a Aula para hora em q não haja o inconven. apontado» (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 179, F. 29 V).

(¹⁵) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 178, F. 190 V e 191.

(¹⁶) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 152, F. 93 V.

(¹⁷) O artigo invocado não é «dos Estatutos» mas sim o n.º III das «Determinações particulares (...)» de 27/7/1767.

(¹⁸) Francisco José de Almeida, «Apontamentos da vida d'hum homem obscuro», pág. 76. Aliás, o memorialista confessa que era «tamente desinquieto» e que passava o tempo «a fazer diabruras, tanto fora como dentro da aula» e records ocorrência (na qual, no entanto, não tomou parte): como alguns alunos quisessem incorporar-se na procissão dos Passos da Graça e o facto de o lente prolongar a aula dificultasse a realização desse intento, «fizeram motim e muitos sahiram».

(¹⁹) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 166, F. 196 V.

(²⁰) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 167, F. 117.

(²¹) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 162, F. 90.

(²²) Todavia, não deve deixar de ser recordada a avaliação trimestral, que deveria conduzir a que

fossem «despedidos os inúteis», preconizada no aviso de 23/2/1775.

(97) E de 7/12/1769 e está incluída no maço 375 do Cartório da Junta do Comércio (ANTT).

(98) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 179, F. 327 e F. 356 V.

(99) Cfr. consulta de 26/11/1818 (ANTT, Cart. da Junta do Comércio, L.º 144, F. 195) em que o lente expressa a sua concordância e documenta casos que, no 5.º curso, constituíam precedentes. Aliás, já em relação ao 4.º curso é possível documentar idêntica situação relativamente a quatro aulistas, aos quais um prévio exame particular supriu o exame público (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 328, F. 16 V e ss.).

(100) Cfr. provisão de 8/11/1804 (no copiadór existente no Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel).

(101) Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel, Copiadór (1801/1804).

(102) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 150, F. 218 V.

(103) Consultas de 30/8 e de 13/9/1824 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 155, F. 144 V e F. 154). O primeiro requerente pedia que o rei o autorizasse a «fazer novo exame depois de férias (...) como a muitos outros tem concedido» e o segundo também alegava o exemplo «de que a muitos outros em iguais circunstancias tem concedido». Estes requerimentos foram indeferidos, assim como outro, que deu origem a consulta de 7/10/1824 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 155, F. 1622) na qual a Junta alegava que tais concessões ocorriam antes da contrária resolução régia (presume-se que a resolução de 15/2 à acima citada consulta de 5/2/1822) mas não depois dela.

(104) Cfr. ANTT, Cart., da Junta do Com., L.º 157, FF. 27, 34, 42, 42 V e 45; L.º 158, FF. 66, 67, 70, 88, 92, 93; L.º 159, F. 52 V; L.º 165, FF. 21 V a 23 V e 46 V; L.º 166, F. 199.

(105) Cfr. avisos de 6/5 e de 27/9/1831 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 167, F. 35 V e F. 77).

(106) Informação de 29/8 transcrita em consulta de 20/9/1825 (ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 159, F. 2).

(107) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 158, F. 66.

(108) Essa circunstância verifica-se em virtude da determinação da Junta de 5/6/1793 e está registada a F. 25 V e F. 28 V do livro do 9.º Curso (Arq. da Sec. da Esc. Sec. de Passos Manuel).

(109) Cfr. aviso de 26/4/1763 a F. 120 V do L.º 109 do Cart. da Junta do Com., (ANTT).

(110) Biblioteca Nacional, Reservados, Fundo Geral, n.º 6936. Retira-se que em 20/7/1771 pagou Sales 1\$500 «pela impressão da sua Oração» (Imprensa Nacional, L.º 111, F. 91).

(111) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 113, F. 80 V.

(112) Discurso do aulista Teodoro da Costa, no maço 85 de Avulsos do Reino do Arquivo Histórico Ultramarino. O «Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor» outro não pode ser que o cardeal-patriarca D. Francisco de Saldanha.

(113) ANTT, RMC, n.º 4229.

(114) Os dispêndios mencionados constam do Diário Quarto Letra D do Donativo dos 4% (ATC), F.F. 9, 70, 99, 174, 186, 199, 307, 310, 330 e 373.

(115) ANTT, Cart. da Junta do Com., L.º 155, F. 177.

(116) ANTT, Cart. da Junta do Com., maço 60.
(117) «Oração sobre o Commercio» (ANTT, RMC, n.º 1771).

LIVRO DA MATRICULA DA AULA DO COMMERCIO

PARA

O QUINTO CURSO;

Cuja abertura se fez hoje 21. do mez
de Agosto de 1776, e se justificou

do anniversario do commercio PELO LENTE Antonio D. Sales, Príncipe da Beira, que
compilou
quatro annos.

ALBERTO JAQUERI

DE SALES,

Cavaleiro professo na Ordem de Christo.



LISBOA

Na Officina de ANTONIO RODRIGUES GALHARDO,
Impressor da Real Meza Cenória.

Ann.º 1775.

Com licença da mesma Real Meza.

Folha de rosto do livro de matriculas no 5.º curso da Aula. Foi o curso que abriu com mais elevada frequência, mas circunstâncias diversas fizeram com que o seu funcionamento se arrastasse por mais de seis anos e que por diversas vezes tivesse de mudar de instalações (abriu no edificio da Praça do Comércio em que hoje estão instalados o Ministério da Justiça e o Banco Espirito Santo e Comercial de Lisboa, funcionou também no torreão que é actualmente da Bolsa, terminou junto ao Erário Régio, ao Pelourinho). Frequentaram este curso Manuel Satrio Salazar, que virá a ser caligrafo e professor de nomeada, e Joaquim José Monteiro Torres, futuro almirante e ministro da Marinha e Ultramar.



CML APOIA DEFICIENTES

Prosseguindo uma política de apoio à integração do deficiente na sociedade, a Câmara Municipal de Lisboa procedeu, no dia 13 de Abril, à entrega das chaves de um quiosque, situado na Rua Camilo Castelo Branco, ao deficiente motor Luís Fernandes Pereira. Presente à cerimónia a Vereadora do Pelouro de Acção Social da C.M.L., Ana Sara de Brito.

O quiosque, inteiramente concebido pelo NIPRED — Núcleo de Intervenção para a Recuperação de Diminuídos, serviço municipal vocacionado para a integração do deficiente, orçou em cerca de 1500 contos e é o primeiro de um amplo programa que, nesta área, visa proporcionar um meio concreto de subsistência ao cidadão deficiente.



**LADISLAU PATRÍCIO
NA TOPONÍMIA DE LISBOA**

Por iniciativa do Município e em reconhecimento dos méritos do ilustre médico, humanista e escritor, Ladislau Patrício, o seu nome passou a figurar na toponímia de Lisboa, desde o passado dia 27 de Maio, no arruamento situado junto da Alameda das Linhas de Torres, na nova praçeta fronteira ao Quartel Militar.

À cerimónia inaugural esteve presente, entre outras individualidades, o Presidente-substituto da Câmara Municipal, Dr. Lívio Borges.

O Dr. Ladislau Patrício tem uma larga biografia, rica de acções de carácter humanitário e cultural. Durante vários anos foi director do Sanatório Sousa Martins, da Guarda, e Vogal do Conselho Geral da Ordem dos Médicos.

Médico e escritor de nomeada, seria admitido como sócio honorário da Sociedade de Ciências Médicas.

GICOL

Com o objectivo de incentivar e criar melhores condições à promoção turística da cidade de Lisboa, realizou-se, no dia 7 de Abril, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a cerimónia de assinatura da escritura constitutiva do GICOL — Gabinete de Incentivos e Congressos de Lisboa.

O documento foi homologado pelo Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis e por representantes da TAP-Air Portugal, Rodoviária Nacional, União das Associações da Indústria de Hotelaria do Centro e Sul de Portugal, União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa e Associação Industrial Portuguesa.

Pretende-se, com a criação deste organismo, conquistar para Lisboa um maior número de eventos nos mercados de congressos, feiras e exposições, maximizando a utilização das infraestruturas e serviços já existentes na área da capital e, simultaneamente, atrair os investimentos necessários ao seu desenvolvimento.



CML E APPACDM FIRMAM PROTOCOLO

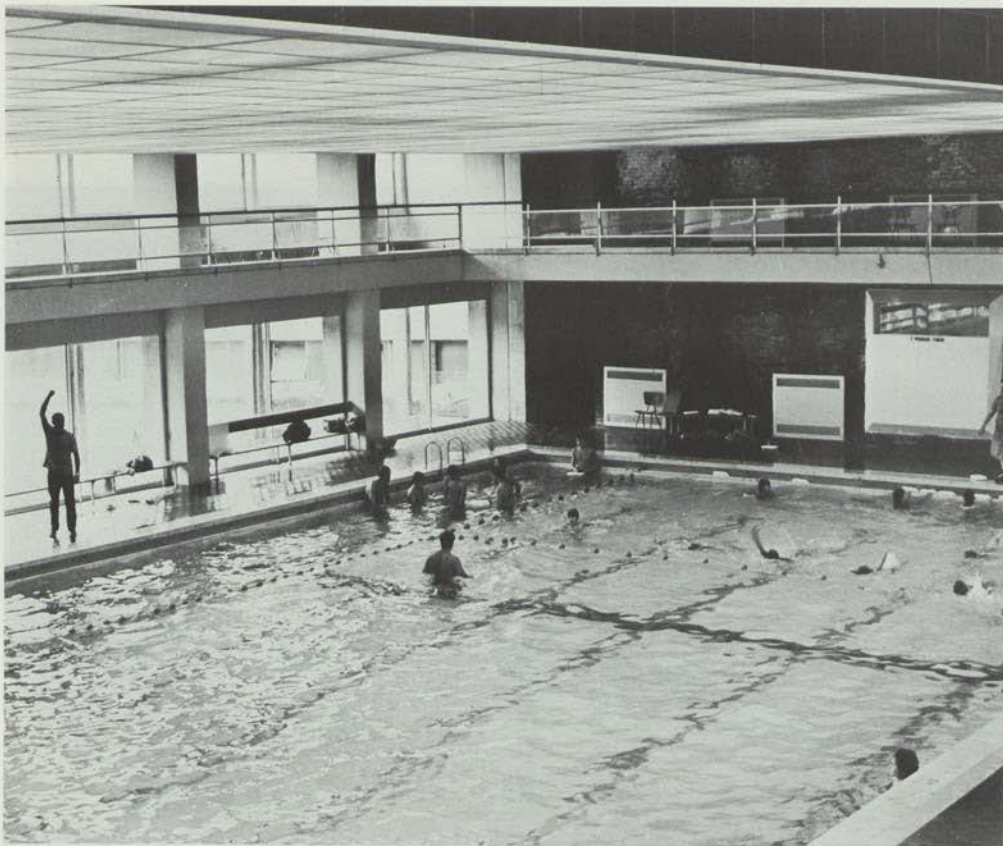
As crianças diminuídas mentais do Concelho de Lisboa têm agora melhores condições de acesso à prática desportiva, em consequência de um protocolo de acordo celebrado no dia 14 de Abril, entre a Câmara de Lisboa e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais.

Rubricaram o acordo, o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis e Luís Quintino, Presidente da APPACDM.

Nos termos do protocolo, a CML cederá gratuitamente todos os dias úteis, três corredores da Piscina da Penha de França e igual espaço na Piscina do Areeiro, dois dias por semana, bem como o apoio técnico e material a todas as iniciativas promovidas por aquela Associação na área desportiva.

Procura o Município deste modo contribuir, com os meios que possui, para uma crescente dotação de infraestruturas que permitam à APPACDM, prosseguir os seus objectivos de proporcionar o acesso ao desporto do maior número de deficientes mentais.

Piscina Municipal da Penha de França





Teatro de S. Luiz — um pólo dinamizador da actividade artística e cultural da cidade.

«CICLO ROMÂNTICO NO SÃO LUIZ»

Correspondendo ao grande interesse manifestado pelo público em iniciativas anteriores nesta área, a Câmara de Lisboa, através do Pelouro da Cultura, levou a efeito no Teatro de S. Luiz, com início em 26 de Abril, uma série de concertos subordinados ao tema «Ciclo Romântico», com direcção artística do maestro José Atalaya.

Diversos músicos interpretaram obras de autores consagrados, nomeadamente, Chopin, Mendelsson, Dvorak, Brahms, Schubert e Mahler, em espectáculos de características didácticas valorizados com comentários e destinados ao grande público.

FESTIVAL DE TEATRO AMADOR

— 1987

Por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, realizou-se mais uma vez, de 29 de Abril a 8 de Maio, o Festival de Teatro Amador, este ano na sua 7.ª edição.

O Grupo de Teatro de Carnide conquistou pela 6.ª vez o 1.º lugar com a peça «Missa Leiga» de Francisco de Assis, em versão de opereta «Rock». A encenação esteve a cargo de Bento Martins que conquistou o troféu para o melhor encenador.

O prémio para a melhor música, composta para a peça «Missa Leiga», foi partilhado por Carlos Miranda e Henrique Silva.

O 2.º e 3.º prémios do festival foram atribuídos, respectivamente, aos grupos «Gota» e «Teia», que concorreram com as peças «Os Soldados» e «Ao Longo, ao Longo da Rua».

O «Grupo da Zona 2 de Chelas» recebeu o Prémio de Teatro Infantil pela peça

«História de uma boneca abandonada», tendo também sido distinguida a sua realização plástica.

O Grupo Crínabel, Francisco Sanguinetti e Isabel Estêvão receberam menções honrosas pela sua interpretação de «Margarida» na peça «Noite Branca».

O Júri foi presidido por João Matos e Silva e constituído por Alma Flora, Madalena Sotto, Glória de Matos, Orlando Neves, Sandra Freire e Sousa Neves.

Um pormenor da representação da peça «Missa Leiga»





REPARAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL DA CAPITAL

No âmbito da política seguida pela Câmara Municipal de Lisboa para o desenvolvimento de ações vocacionadas para a conservação, reparação e recuperação do parque habitacional foi celebrado, no dia 29 de Abril, nos Paços do Concelho, um protocolo de cooperação entre o Município e várias Juntas de Freguesia da capital.

O acordo celebrado visa dar aproveitamento concreto à disponibilidade manifestada por várias Juntas de Freguesia para colaborar com a Câmara, no domínio da reparação do seu parque habitacional.

Decorre do texto do protocolo assinado com 20 das 53 juntas da capital, que a Câmara Municipal, na medida das suas possibilidades, fornecerá àquelas autarquias, com base num plano que apresentem, materiais destinados à reparação de habitações da propriedade do

município e localizadas na sua área de jurisdição.

O acordo pormenoriza que os materiais poderão ainda ser aplicados em propriedades privadas desde que com autorização expressa, caso a caso, da CML.

Por sua vez, as juntas e nos termos do referido protocolo, comprometem-se a aplicar os materiais cedidos e a exercer uma adequada fiscalização quer quanto às regras legais e regulamentares, quer quanto às respeitantes à economia, numa gestão adequada. O acordo será automaticamente renovado por sucessivos períodos de um ano, se não houver manifestação de vontade em contrário por alguma das partes contratantes.

Assinaram o protocolo, por parte da CML o Vereador do Pelouro das Obras, Vasco Franco e representantes das seguintes Juntas de Freguesia: Alto do Pina; Anjos; Benfica; Campo Grande; Campolide; Lumiar; Penha de França; Prazeres; Santos-O-Velho; S. Cristóvão e S. Lourenço; S. Domingos de Benfica; S. João; S. Paulo; Castelo; Encarnação; Santa Isabel; Mercês; Santa Maria dos Olivais e Pena.



CÂMARA ESTABELECE PROTOCOLO COM O TEATRO S. CARLOS

Em cerimónia realizada nos Paços do Concelho, no dia 29 de Abril, a Câmara Municipal de Lisboa e o Teatro Nacional de S. Carlos firmaram um protocolo de acordo com vista à cedência do Teatro Municipal de S. Luiz à Companhia Nacional de Bailado, pelo período de vinte anos.

Nos termos do acordo estabelecido, a Companhia Nacional de Bailado realizará naquele Teatro Municipal três temporadas por ano, num total mínimo de oito espectáculos e ainda um máximo de dez espectáculos fora daquele âmbito.

A Companhia Nacional de Bailado levará a efeito anualmente um espectáculo gratuito de divulgação, destinado a alunos das escolas e organizações juvenis da cidade. No decurso do mês de Setembro, o Teatro Nacional de S. Carlos apresentará igualmente no Teatro S. Luiz uma temporada de «Opereta».

PRÉMIOS LITERÁRIOS «MUNICÍPIO DE LISBOA-1985»

No desenvolvimento das suas acções de promoção cultural, a Câmara Municipal de Lisboa leva a efeito diversos concursos literários com vista a galardoar anualmente, os autores portugueses que apresentem melhores trabalhos de prosa de ficção, poesia, ensaio literário ou bibliográfico e de teatro, publicado em Língua Portuguesa e em primeira edição, entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro do ano anterior.

O Prémio Literário Município de Lisboa — 1985, tornado público em Maio, em prosa de ficção, foi este ano atribuído «ex-aequo» a António Alçada Baptista e Mário Ventura Henriques pelo seus livros, respectivamente, «Os Nós e os Laços» e «Vida e Morte dos Santiagos».

No género de poesia foi distinguido o livro «A Matéria Intensa» de Eugénio Lisboa.

Por falta de qualidade dos trabalhos apresentados a concurso, não foram atribuídos os prémios destinados a obras no género de «Ensaio e Teatro».

O valor pecuniário dos prémios é de 100 000\$00 cada.

O Júri do concurso foi presidido pelo Vereador do Pelouro da Cultura, Arq.º Vitor Reis e composto pelos seguintes membros: Dr. Fausto Lopo de Carvalho, do Instituto Português do Livro; Dr. José Correia Tavares, da Associação Portuguesa de Escritores; Dr. José Hermano Saraiva, da Academia das Ciências de Lisboa; Dr. Duarte Ivo Cruz, da Universidade Católica Portuguesa; Dr. Álvaro Manuel Machado, da Universidade Nova de Lisboa; Escritor Romeu Correia, da Sociedade Portuguesa de Autores e Dra. Maria Lúcia Lepecki, da Universidade Clássica de Lisboa.



Capelinha da Senhora da Saúde

PROCISSÃO DA SENHORA DA SAÚDE

Na sequência de uma tradição centenária, profundamente arraigada no espírito e devoção da população de Lisboa, realizou-se, no dia 10 de Maio, a procissão de Nossa Senhora da Saúde. No desfile integraram-se o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Nuno Abecasis e elementos da Vereação.

A procissão da Senhora da Saúde, ou dos Artilheiros, como também é conhecida, nasceu em 20 de Abril de 1570 como agradecimento à virgem por ter salvo Lisboa da «peste grande» que, em 1569, causara a morte a cerca de 60 mil pessoas, metade da população de então da capital.

Em 10 de Agosto de 1572, em reunião conjunta dos vereadores, procuradores da cidade e os mestres, foi deliberado «promover perpetuamente uma procissão». Assim se iniciou uma prática que todos os anos se repete com as praxes litúrgicas tradicionais e a participação de entidades oficiais, militares, civis e religiosas.



CÂMARA PRETENDE ADQUIRIR IMÓVEL ONDE NASCEU FERNANDO PESSOA

Colheu aplausos na opinião pública em geral e, sobretudo, nos admiradores da personalidade e obra literária de Fernando Pessoa, o despacho do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, de 15 de Maio, no sentido de serem accionadas as negociações necessárias para que o Município adquira o imóvel do Largo de S. Carlos, onde

nasceu o grande poeta e que possa ser integralmente destinado às finalidades culturais que a sua história justifica.

O Eng.º Nuno Abecasis fundamentou o seu despacho «no entendimento de que à Câmara assiste o direito e se lhe impõe a obrigação de, antes de qualquer outra entidade, velar pelo património físico, intelectual e moral da cidade e porque ninguém porá em dúvida que Fernando Pessoa foi um dos filhos mais ilustres de Lisboa e é, certamente, um dos maiores poetas da Língua Portuguesa, só comparável a Luís de Camões, constituindo, por isso, património inestimável desta cidade, de Portugal, da Comunidade dos povos que se exprimem em língua portuguesa e da própria humanidade...»

A determinação do Presidente da edilidade dá seguimento à preocupação manifestada pelo executivo, na sua reunião de 4 de Maio, quanto ao destino que viesse a ter aquele imóvel, dado que havia sido posto à venda pelos seus proprietários.





O Eng. Nuno Abecasis detém-se num dos escaparates da Feira do Livro

FEIRA DO LIVRO

Os amantes da cultura e do livro puderam este ano mais uma vez visitar a já tradicional Feira do Livro, no Parque Eduardo VII. Ao acto inaugural, que teve lugar em 22 de Maio, estiveram presentes o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, o Vereador do Pelouro da Cultura, Arqt.º Vitor Reis, o Presidente da APEL e o Presidente do IPLL, entre outras individualidades.

Na presente edição, e pela primeira vez na história da Feira, o Município preparou um programa diversificado de animação cultural daquele espaço, com actividades na área musical e teatral e ainda com a abertura de um pavilhão dedicado à criança, com o apoio do Jardim-Escola João de Deus. Paralelamente, esteve patente ao público uma exposição sobre a Gramática Portuguesa através dos tempos.



NOVAS ESPLANADAS NO CHIADO

Prosseguindo uma política de animação urbana de espaços públicos, o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, procedeu no dia 23 de Maio à inauguração das esplanadas da «Brasileira» e da pastelaria «Benard», na zona do Chiado. Presente também ao acto inaugural, o Vereador do Pelouro da Cultura, Arqt.º Vitor Reis.

O piso em que as duas esplanadas ficaram localizadas foi empedrado com base nos temas que ali existiam há cerca de 100 anos e reposto, o mais fielmente possível, por mestres calceteiros municipais.

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E O MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

Com vista ao desenvolvimento das acções de implantação do Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho no Município de Lisboa, foi assinado, no dia 28 de Maio, nos Paços do Concelho, um protocolo de colaboração entre a Câmara

Municipal e o Ministério do Trabalho e Segurança Social.

Presidiram ao acto o Ministro Dr. Mira Amaral e o Presidente da Câmara, Eng.º Nuno Abecasis, estando presentes, entre outras individualidades, os vereadores Lívio Borges, Carlos Robalo, Vasco Franco e Pombo Cardoso.

A criação dos Serviços de Higiene e Segurança no Trabalho no Município da Capital, com actividades que se vêm desenvolvendo desde 1985, constitui uma acção pioneira ao nível das autarquias locais.

Entre outros objectivos, o protocolo assinado, prevê que a Câmara Municipal e a Direcção Geral de Higiene e Segurança no Trabalho elaborem até Julho de cada ano um programa anual de acção, especificando os trabalhos a desenvolver e o estabelecimento de prazos.

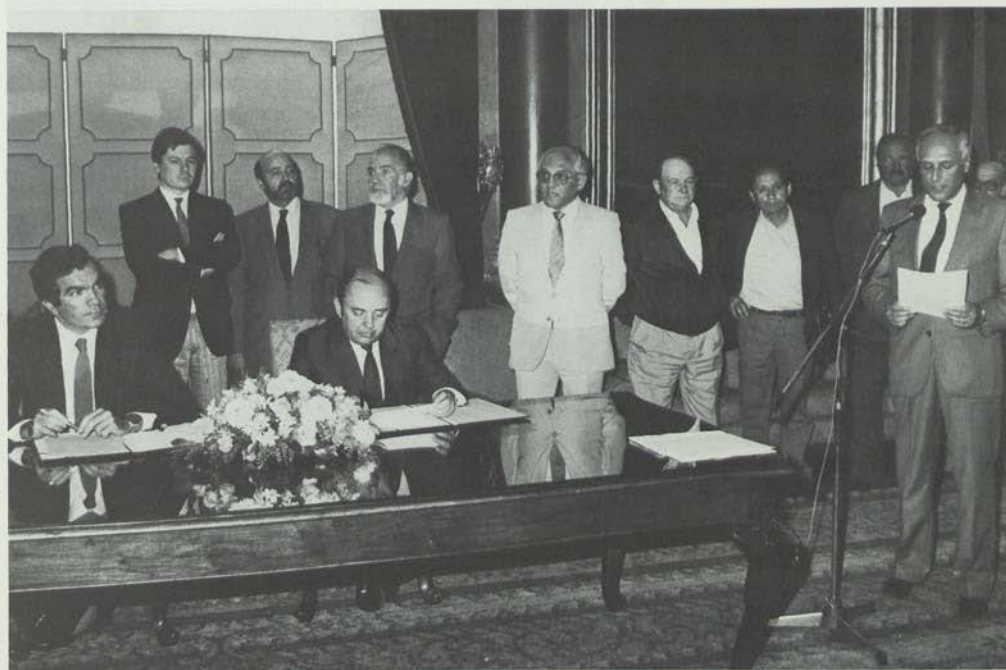
Aquele organismo ministerial vai ainda coordenar cursos de formação em socorrismo e em higiene e segurança no trabalho, bem como desenvolver campanhas de prevenção e sensibilização,

emitindo pareceres técnicos sobre estas matérias.

Por sua vez, a Câmara Municipal compromete-se a facultar todas as informações e os meios materiais necessários para o desenvolvimento dos programas, garantindo a participação dos seus funcionários nas acções de formação a realizar.

Na oportunidade, o Eng.º Nuno Abecasis, ao anunciar um programa de reajoamento de cerca de 100 mil pessoas, desprotegidas, em fogos a construir no Lumiar, pediu o apoio ao Ministério do Trabalho e Segurança Social na elaboração de acções de formação profissional e na criação de postos de trabalho para jovens carenciados que, actualmente, habitam os bairros periféricos da capital.

Por sua vez e a este propósito, o Ministro Dr. Mira Amaral, recordou algumas acções de formação profissional desenvolvidas no País, co-financiadas pelo Fundo Social Europeu e pelo Governo Português, o que terá possibilitado postos de emprego a mais de 50 mil jovens.



DIA INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE

O Dia Internacional do Meio Ambiente foi assinalado, no dia 5 de Junho, em todas as capitais membros da UCCE — União das Cidades Capitais da Europa, chamando a atenção das respectivas populações para o alto significado socioeconómico da efeméride.

De acordo com a deliberação tomada na reunião de 2 de Março em Madrid, pelos representantes da UCCE, foi divulgado nesse dia o texto integral da Declaração sobre o Meio Ambiente na Cidade, aprovado, nesse encontro expressamente, para sensibilizar as populações a colaborarem nas iniciativas para a melhoria da «qualidade de vida», na sociedade, evitando deterioração do ambiente nos seus aspectos sociais, económicos e urbanos.

O texto integral da referida declaração é o seguinte:

1) A cidade é necessária para o desenvolvimento da cultura do homem, da tecnologia e do melhoramento económico.

2) A expansão da cidade pode não ser incompatível com a conservação e desenvolvimento do ambiente; devem andar a par. Por esta razão, não devemos opor estas duas ideias de desenvolvimento urbano e de protecção do ambiente. O ambiente é não só uma condição importante para a qualidade de vida, mas também uma fonte de economia e de criação de actividades.

3) O tratamento de problemas de ambiente deve dominar o carácter sectorial que lhes tem sido dado habitualmente e ser executado de uma forma integrada, tendo em consideração o ecossistema que é fundamental para a cidade.

4) Entre os componentes que condicionam a qualidade do ambiente, têm aplicabilidade especial, os que dizem respeito ao planeamento físico da cidade. Por esta razão, os parâmetros de ambiente devem ser incluídos nos processos de planeamento urbano e regional. A qualidade de vida urbana deve ser definida através de parâmetros comuns para estabelecer técnicas idênticas que sejam válidas para todas as cidades.

5) Dado a estreita interrelação de influência entre os diferentes componentes do ecossistema urbano, devem estabelecer-se limites em todas as aglomerações humanas para aquelas actividades cujo impacto relativo ao ambiente pode dominar a capacidade de carregamento do ecossistema. Não será possível atingir o bem-estar do cidadão sem controlo rígido dos elementos de energia e matéria que invadem a cidade. A descarga de matérias contaminadoras nas águas, a contaminação produzida pelos carros ou indústrias, ruído e acumulação de resíduos sólidos, são, entre outros, exemplos de alguns dos elementos cujo regulamento não deve ser adiado.

6) As capitais da Europa são afectadas de maneira crescente pelos problemas criados pelo aumento de trânsito nas cidades.

Os problemas incluem ruído, poluição atmosférica e as alterações nas estruturas físicas da cidade.

Portanto, as capitais desejam promover actividades para tratar destes problemas e o intercâmbio de experiência no planeamento do trânsito entre as capitais europeias.



7) A integração de zona verde na cidade tem-se mostrado um meio eficiente para melhorar a qualidade do ambiente urbano.

8) Informar e envolver os cidadãos nos problemas da cidade é uma maneira eficiente de os fazer reconhecer completamente a importância da relação entre o homem e o seu ambiente.

9) Perante a importância de problemas relativos ao ambiente, a integração da política de ambiente dentro das outras políticas básicas (económica, industrial, sanitária, etc.) deve ser considerada urgente e, por essa razão, a inclusão de uma política relativa ao ambiente urbano deverá ser defendida no «quarto programa de acção da CEE».

Cartaz numa rua de Lisboa sensibilizando a população para os problemas do meio ambiente.



Prédio da R. Senhora do Monte, n.º 46, cujas obras de restauro justificaram a atribuição de uma menção honrosa do Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura.

PRÉMIO VALMOR 1983

Por deliberação unânime do Júri, tornada pública em Junho, o Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura, relativo às obras concluídas em 1983, não foi atribuído. O Júri entendeu, no entanto, atribuir ao restauro da moradia da Rua Senhora do Monte, n.º 46, de autoria do Arq.º António Marques Miguel, uma menção honrosa daquele prémio.

O Júri foi constituído pelo Vereador do Pelouro da Cultura da CML, Arq.º Vítor

Reis (Presidente) e por representantes da Associação dos Arquitectos Portugueses, da Faculdade de Arquitectura, e da CML.

A Academia Nacional de Belas-Artes não esteve representada em virtude do falecimento do Arq.º Eduardo Bairrada, académico anteriormente designado para integrar o Júri.

O Prémio Valmor foi criado em 1902, por legado do Visconde de Valmor, para distinguir anualmente o mais belo prédio ou casa edificada em Lisboa, e é atribuído simultaneamente com o Prémio Municipal de Arquitectura.

DEZ MIL HABITAÇÕES SOCIAIS PARA LISBOA

Definir, quantificar, programar e financiar a construção de cerca de 10 mil fogos de habitação social em Lisboa, destinados ao realojamento de famílias que actualmente ocupam barracas ou fogos de construção precária, é o objectivo do Acordo de Cooperação celebrado no dia 11 de Junho, entre o Instituto Nacional da Habitação, o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado e a Câmara Municipal de Lisboa.

Na mesma ocasião foi também assinada a escritura de financiamento dos primeiros 257 fogos no valor de 600 mil contos.

Presentes ao acto, que teve lugar no Centro Cultural das Descobertas, o Primeiro Ministro Prof. Cavaco Silva, o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e muitas outras altas individualidades.

O Plano de Intervenção a médio prazo, contemplado no presente acordo, resulta e consagra uma conjugação de esforços entre o Governo e o Município no âmbito das respectivas políticas de habitação, competindo ao Governo sobretudo o financiamento (50% a fundo perdido e o restante com juros bonificados amortizáveis pela Câmara no período de 25 anos) e ao Município os projectos e a execução das obras.

Este plano deverá estar concluído no prazo de 7 anos e a sua concretização a preços actuais está orçada em cerca de 33 milhões de contos a preços constantes.

«... Temos a consciência de que muitos portugueses ainda vivem em barracas, em habitações degradadas e sobreocupadas. Daí que persigamos o objectivo de dar a cada português uma casa digna», afirmou na oportunidade o Prof. Cavaco Silva.

No decurso da cerimónia falou também o Presidente da CML, Eng.º Nuno Abecasis, o qual após realçar o significado da cooperação entre o Governo Central e a Autarquia Lisboaeta, consubstanciado neste Protocolo, afirmou, ao concluir a sua intervenção: «mãos à obra que sete anos passam depressa».

A construção destes fogos terá lugar:

LOCAL	N.º
Alto do Pina	178
Bairro da Boavista	640
Casal dos Machados	1150
Chelas-Zona L	1180
Chelas-Zona M	2200
Chelas-Zona N1	1257
Quinta das FONSECAS	292
Bairro das FURNAS	90
Quinta da Horta Nova	512
Bairro Padre Cruz	1102
Outras Zonas	397

O 1.º Ministro, Prof. Cavaco Silva, ouve o Presidente da CML sobre alguns dos problemas de habitação na cidade de Lisboa

Bairro das FURNAS a Benfica



FESTAS DA CIDADE

A exibição da «Marcha de Lisboa», no decurso de uma grande festa popular que teve lugar na Praça do Comércio, na noite de Sto. António, foi um dos pontos altos das Festas da Cidade promovidas pela Câmara Municipal de Lisboa.

Cerca de 70 elementos de diversas colectividades integraram a «Marcha», cumprindo assim uma velha tradição lisboeta interrompida há alguns anos e que o Município agora pretende retomar.

A Praça do Comércio foi também palco de uma grande festa do desporto com a realização das finais dos 1.º Jogos

Desportivos de Lisboa, uma iniciativa da edilidade que se desenrolou ao longo de seis meses e que movimentou cerca de quatro mil jovens.

No decurso do mês de Junho decorreram ainda provas ou exibições de diversas modalidades, nomeadamente de motonáutica, remo, canoagem, vela, ginástica, ténis de mesa, ciclismo, atletismo, futebol de salão, andebol, basquetebol, culturismo e rãguebi.

Um pouco por toda a cidade tiveram lugar arraiais populares, designadamente no Largo de S. Miguel, Largo de S.ta Cruz do Castelo, Jardim do Torel, Largo das Amoreiras (Charneca), frente à Casa dos Bicos, Martim Moniz, Graça e Penha de França.

Do extenso programa de iniciativas promovidas pelo Município há a salientar ainda as noites de Rock na Alameda, o Dia do Ardina, a Festa Cigana, a Grande Noite do Tejo, um desfile-puzzle de automóveis e motos antigas e os concertos realizados nas Ruínas do Convento do Carmo e em diversos jardins e coretos da Cidade.





ATLANTA, GEORGIA
 (AP/WIDE WORLD)

The parade was held on Monday, Sept. 10, and was the largest in the city's history. It drew a crowd of over 1 million people. The parade featured a variety of floats, including a float for the city of Atlanta, a float for the state of Georgia, and a float for the city of Atlanta. The parade also featured a variety of bands, including the Atlanta Symphony Orchestra, the Atlanta Chamber Orchestra, and the Atlanta Youth Orchestra. The parade was a great success and was enjoyed by everyone who attended.

ATLANTA, GEORGIA
 (AP/WIDE WORLD)

The parade was held on Monday, Sept. 10, and was the largest in the city's history. It drew a crowd of over 1 million people. The parade featured a variety of floats, including a float for the city of Atlanta, a float for the state of Georgia, and a float for the city of Atlanta. The parade also featured a variety of bands, including the Atlanta Symphony Orchestra, the Atlanta Chamber Orchestra, and the Atlanta Youth Orchestra. The parade was a great success and was enjoyed by everyone who attended.

CÂMARA DISTINGUE JORNALISTA DE «A CAPITAL»

A Câmara Municipal de Lisboa, sob proposta do Presidente, Eng.º Nuno Abecasis, na sua reunião do dia 15 de Junho, deliberou, por unanimidade, atribuir a Medalha de Mérito Municipal no Grau Ouro ao jornalista Appio Sottomayor, Chefe de Redacção do Jornal «A Capital», pelo conjunto de crónicas da sua autoria sobre a cidade, diariamente publicados naquele vespertino, desde 1984, sob o título «O Poço da Cidade».

O texto da proposta aprovada pela Câmara com o fim de distinguir o conhecido jornalista, refere nomeadamente: «no estilo que lhe é peculiar, em que ressaltam, entre outras invulgares qualidades, clareza, oportunidade e acutilância, Appio Sottomayor tem dado ao longo das suas recheadas crónicas, tratamento condigno a figuras típicas de Lisboa, às suas tradições e aos seus motivos culturais e históricos»...

«Sempre atento a efemérides relacionadas com a cidade, ou com os seus habitantes, ou ainda com os eventos do



O jornalista Appio Sottomayor à varanda do seu jornal tendo por fundo um aspecto do Bairro Alto.

dia a dia, surgidos na grande «urbe», o autor de «O Poço da Cidade» dá aos seus leitores algo que merece ser apre-

ciado pelo seu significado histórico, cultural, socioeconómico ou simplesmente mundano».

CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA ESTREITAM COOPERAÇÃO

A inauguração da Casa dos Estagiários da UCCLA — União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, realizada no dia 26 de Junho, constituiu um dos actos mais significativos das comemorações do Dia daquela União.

A cerimónia estiveram presentes, entre outras individualidades, o Presidente e o Secretário-Geral da UCCLA, respectivamente Eng.º Nuno Abecasis e Comandante Pinto Machado e os Embaixadores dos Países de Língua Portuguesa.

Na casa ora inaugurada, situada na Praça Afonso de Albuquerque, n.º 2, passarão a residir funcionários e técnicos dos municípios das cidades capitais de língua portuguesa enquanto frequentam cursos de formação e aperfeiçoamento nos serviços da Câmara de Lisboa, no âmbito dos propósitos da UCCLA.

As celebrações incluíram, ainda, o hastear da bandeira da UCCLA nos Paços do Concelho e a realização dos jogos Lusíadas — versão zero — nas modalidades de futebol júnior e atletismo, disputados entre as capitais de língua portuguesa.



O Eng.º Nuno Abecasis discursando por ocasião da inauguração da casa dos Estagiários da UCCLA.

A União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas foi criada em 28 de Junho de 1985 e tem por objectivo fomentar os vínculos, relações e intercâmbios de carácter económico, cultural, técnico profissional e turístico entre as cidades capitais da expressão lusófona.

São seus membros fundadores, a Câmara Municipal de Bissau, a Câmara Municipal de Lisboa, o Leal Senado de Macau, o Conselho Executivo da cidade de Maputo, o Conselho Deliberativo da Praia, a Assembleia Distrital de Água Grande e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

